

The background of the page is a black canvas filled with vibrant, expressive brushstrokes in shades of yellow, red, blue, and green. The strokes are dynamic and layered, creating a sense of movement and energy. In the upper right corner, the title and subtitle are written in a clean, white, sans-serif font.

O Estado e os Povos Indígenas no Brasil

Caderno de Atividades

Caderno de Atividades

Concepção e Realização da série:



Financiadores:



Realização do curso de formação:



Estado e Povos Indígenas no Brasil

Caderno de atividades

Rio de Janeiro/RJ, 2015

Laced / Museu Nacional

UFRJ

Página de créditos

PRADO, Beatriz Senra da Silva. Estado e Povos Indígenas no Brasil: caderno de atividades. Rio de Janeiro: Laced/Museu Nacional, 2015. 171 p.

Este caderno de atividades foi integralmente financiado, em sua elaboração, editoração e impressão, pelo projeto “A Educação Superior de Indígenas no Brasil: avaliação, debate, qualificação”, desenvolvido, no âmbito do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED)/Setor de Etnologia/ Departamento de Antropologia/Museu Nacional-UFRJ, com recursos da Fundação Ford (Doação nº 1110-1278); do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de bolsa de produtividade em pesquisa (Processo nº 308048/2011-3) e do Edital Universal 14/2011 (Processo nº 482199/2011-3); e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), como Bolsa Cientistas do Nosso Estado para o projeto “A antropologia e as práticas de poder no Brasil, séculos XX/XXI: formação de estado, políticas de governo e saberes especializados sobre a diversidade” (Processo E-26/201.172/2014), todos sob a coordenação de Antonio Carlos de Souza Lima.

Disponível para download em <http://www.laced.etc.br>.

Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced)

Setor de Etnologia e Etnografia / Departamento de Antropologia

Museu Nacional

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Quinta da Boa Vista s/nº - São Cristóvão

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Cep. 20540-365

Apresentação:

Este *Caderno de Atividades* foi concebido como subsídio à utilização didática da série de 14 videoaulas intitulada *Estado e Povos Indígenas no Brasil*, distribuída numa pequena edição de 100 caixas enviadas a universidades (especialmente às Licenciaturas Interculturais Indígenas), organizações indígenas, centros de pesquisa, além de disponibilizada para download gratuito no site do *Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento* (Laced), do Departamento de Antropologia do Museu Nacional¹.

A série foi produzida a partir do acervo do curso de formação política de lideranças indígenas, realizado pelo Centro Indígena de Estudos e Pesquisa (Cinep), pelo Laced/Museu Nacional/UFRJ, pela Universidade de Brasília (UnB) e pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB). Destina-se a subsidiar a formação política e intelectual de lideranças, pesquisadores e estudantes indígenas no ensino superior, com vistas a fins práticos e reflexivos. Procura, para tanto, fornecer ao público indígena um olhar crítico sobre o Brasil e as instituições políticas de países moldados pela colonização europeia.

Os 14 roteiros de assistência e acompanhamento das videoaulas de cada aula, assim como os exercícios sobre os mesmos foram elaborados, elaborados por Beatriz Senra da Silva Prado, historiadora especializada nas técnicas de educação à distância. Servem de instrumento para uma abordagem mais detida sobre cada bloco temático encerrado em cada aula, em especial para aqueles que querem individualmente fazer uso da série. Mas podem ser também utilizados em processos coletivos de aprendizagem e elaboração, bem como subsídio à prática didática de professores que tenham interesse de utilizar o material.

Consideramos que com o presente caderno de atividades se encerra um ciclo de produção de material didático destinado ao ensino superior de indígenas no Brasil, fruto de diferentes investimentos em pesquisa e intervenção. Desejamos que ele seja útil aos processos conduzidos sobretudo pelos próprios indígenas na formação de outros de seus “parentes”, como foi o objetivo do curso de formação política liderado pelo Cinep. Sua disponibilização em meio digital busca exatamente facilitar o acesso e utilização.

Antonio Carlos de Souza Lima

¹ Ver em <http://laced.etc.br/site/acervo/video-aulas/o-estado-e-os-povos-indigenas-no-brasil/>. Acesso em 25/11/2015.

01 - Direito internacional

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Identificar a tradicional oposição entre o Direito Internacional Público e o Direito Internacional Privado, no passado, e a relevância que essa postura tinha para o mundo.
- ✓ Interpretar o contexto em que a ONU foi criada e o do Direito Internacional neste momento.
- ✓ Analisar o ideal dos Direitos Humanos em meados do Século XX e os sujeitos dessa nova forma de pensamento.
- ✓ Explicar as consequências para o Direito Internacional da discussão criada a partir do Direito Indígena, desde 1960 até os dias atuais.
- ✓ Interpretar a importância do estudo do Embaixador da ONU, Martinez Cubo, sobre a existência de povos indígenas no mundo inteiro.
- ✓ Analisar a criação do Grupo de Trabalho para Populações Indígenas da ONU.

- ✓ Criticar o debate em torno de populações indígenas versus povos indígenas e dos direitos dos povos, e não do povo indígena.
- ✓ Explicar a importância do texto da Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas, para os povos indígenas.
- ✓ Identificar a Convenção 169 e as diferenças que possui em relação à Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas.
- ✓ Analisar o dispositivo da Convenção 169 sobre consulta prévia.
- ✓ Interpretar o papel do Direito Internacional para os povos indígenas do Brasil.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha “pontos de observação” específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula da Prof.^a Ana Valeria Araujo.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.

1. O Direito Internacional, ao longo da História, apoiou todos os padrões colonialistas europeus.

2. Hoje, no Brasil, nenhuma autoridade tem coragem de ser contra os direitos dos povos indígenas de serem reconhecidos como sociedades diferenciadas e de manterem suas culturas.
3. A Declaração dos Povos Indígenas, assim como todas as declarações, geralmente, não é obrigatória. Estão começando a construir uma legislação internacional. O processo começa com os estados chegando a um consenso, a um acordo sobre determinados princípios.
4. A autodeterminação é o direito do povo, para dentro do seu território proteger os seus usos, costumes e tradições.
5. O Direito Indígena e sua discussão, no âmbito internacional, criam uma verdadeira revolução no Direito Internacional.

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula da Prof.^a Ana Valeria Araujo, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. O Direito Internacional Público, tradicionalmente, tratava somente das relações entre os Estados. E se opunha ao Direito Internacional Privado, que tratava da relação entre o indivíduo e as empresas.
 - ✓ A Prof.^a Ana Valeria em sua aula pergunta qual a relevância disso. Agora, responda você.
2. A ONU surge depois da II Guerra Mundial e, nas palavras da Prof.^a Ana Valeria, após uma “tentativa mal engendrada, que foi a Liga das Nações”.
 - ✓ Explique como foi a criação das Organizações das Nações Unidas – ONU.
 - ✓ Explique todo o contexto mundial da sua criação e o papel do Direito Internacional, neste contexto.
3. O Direito Internacional, em meados do século XX, tem uma preocupação clara com vários grupos de pessoas.
 - ✓ Como surge a ideia dos Direitos Humanos?
 - ✓ o Como surge a ideia dos Direitos Humanos?
 - ✓ Quem são os sujeitos dessa nova forma de pensar?

4. "O Direito Indígena e sua discussão, no âmbito internacional, vêm criar uma verdadeira revolução no Direito Internacional", explica a Prof.^a Ana Valeria em sua aula.
 - ✓ Quais os resultados gerados para os povos indígenas nos anos 1960?
 - ✓ Qual a consequência que atinge os povos indígenas até os dias atuais?

5. Em 1971, a ONU solicitou um estudo ao embaixador cubano, relator da Comissão de Direitos Humanos, Martinez Cubo, sobre a existência de povos indígenas no mundo inteiro.
 - ✓ O que foi o estudo de Martinez Cubo e o que ele representou para os povos indígenas?
 - ✓ Abrindo caminho para esse estudo, a ONU abriu que outros caminhos?

6. O ano de 1982 é um marco no Direito Internacional dos indígenas e foi consequência da criação do Grupo de Trabalho para Populações Indígenas da ONU.
 - ✓ Houve, de fato, uma mudança substancial para os indígenas?
 - ✓ Faça uma análise dessas mudanças.

7. A Declaração sobre os direitos dos povos indígenas começou a ser discutida em 1985, pela ONU. No entanto, o debate em torno de populações indígenas versus povos indígenas e dos direitos dos povos, e não do povo, era bastante acirrada naqueles tempos... Porém, esta discussão não é simples como parece. Povos, por exemplo, era inimaginável para um organismo internacional como a ONU. E está intrinsecamente vinculada à discussão da autodeterminação.
 - ✓ O que é autodeterminação?
 - ✓ Por que essa discussão está vinculada à autodeterminação?

8. O Brasil aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas. E só em 13 de setembro de 2007 é que ela veio a ser aprovada. Ou seja, 22 anos depois.
 - ✓ O quQual a importância do texto dessa Declaração para os povos indígenas?
 - ✓ Qual a avaliação que se tem a respeito do texto da Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas

9. O primeiro e único instrumento internacional que o Brasil tem hoje é a Convenção 169. Esta convenção possui mecanismos efetivos, para que sejam cobradas as obrigações assumidas pelo Estado.

- ✓ O que é a Convenção 169, em especial, em relação às convenções da OIT?
- ✓ Trace um paralelo entre a Convenção 169 e a Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas, em relação aos seus conteúdos.

10. A Prof.^a Ana Valeria, em sua aula, comenta durante muito tempo sobre o dispositivo que fala sobre consulta prévia, da Convenção 169. Analise o conteúdo da sua fala a respeito do texto, sob os seguintes aspectos:

- ✓ negociação política entre o movimento indígena e o Estado;
- ✓ o direito à consulta é um direito positivo para os indígenas, mas também pode ser uma ferramenta de manipulação;
- ✓ consulta não é um evento, é um processo de decisão;
- ✓ a consulta é uma obrigação do Estado;
- ✓ os indígenas não têm o direito de vetar.

11. O Direito Internacional trata de assuntos polêmicos. A Constituição do Direito Internacional é complexa, unir a vontade de países, situações adversas, processos longuíssimos...

- ✓ Qual o papel do Direito Internacional para os povos indígenas do Brasil?

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu as 5 (cinco) frases mais representativas para cada assunto:

1. O Direito Internacional, ao longo da História, apoiou todos os padrões colonialistas europeus.
2. Hoje, no Brasil, nenhuma autoridade tem coragem de ser contra os direitos dos povos indígenas de serem reconhecidos como sociedades diferenciadas e de manterem suas culturas.
3. A Declaração dos Povos Indígenas, assim como todas as declarações, geralmente, não é obrigatória. Estão começando a construir uma legislação internacional. O processo começa com os estados chegando a um consenso, a um acordo sobre determinados princípios.
4. A autodeterminação é o direito do povo, pra dentro do seu território proteger os seus usos, costumes e tradições
5. O Direito Indígena e sua discussão, no âmbito internacional, criam uma verdadeira revolução no Direito Internacional.

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudou sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu

pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção¹

1. O Direito Internacional Público, tradicionalmente, tratava somente das relações entre os Estados. E se opunha ao Direito Internacional Privado, que tratava da relação entre o indivíduo e as empresas.

✓ A Prof.^a Ana Valeria em sua aula pergunta qual a relevância disso. Agora, responda você.

Os sujeitos desse Direito eram os Estados. E apenas eles tinham direitos. No passado, entendia-se, então, que o Direito Internacional correspondia aos direitos dos Estados. As regras eram construídas para se decidir como é que se davam as relações entre os Estados. Porém, esse Direito é absolutamente antigo e os conceitos que surgiram a partir dele, ao longo dos anos da nossa História, serviram para apoiar todos os padrões colonialistas europeus.

Houve muitas guerras em nome do Direito Internacional. Pelo menos duas Grandes Guerras Mundiais, e de muita gente morrendo. E a própria Europa destruída mais de uma vez, para que os Estados e as autoridades estatais começassem a se preocupar com um direito cujo beneficiário não fosse simplesmente o Estado, para que o mundo começasse a se preocupar em beneficiar os cidadãos e os indivíduos daquele Estado. E para que começassem a criar normas que gerassem algum tipo de solidariedade, que viabilizasse a vida neste mundo. Foi a partir daí que o Direito Internacional Privado passou a ser chamado de Direito Internacional Moderno. É

quando, então, começa a assumir como sujeitos do Direito não apenas os Estados, mas os chamados Organismos Internacionais, as Organizações Internacionais e as Nações Unidas que surgem logo depois da II Guerra Mundial.

2. A ONU surge depois da II Guerra Mundial e, nas palavras da Prof.^a Ana Valeria, após uma “tentativa mal engendrada, que foi a Liga das Nações”.

✓ Explique como foi a criação das Organizações das Nações Unidas – ONU.

✓ Explique o contexto mundial da sua criação e o papel do Direito Internacional, neste contexto.

Com a II Guerra Mundial e com a Europa destruída, começa-se a entender e a sentir a necessidade de algum tipo de organização, que não seja um Estado, que não esteja caracterizando um interesse individual de uma nação, mas que possa congrega várias nações, vários interesses distintos e tentar criar mecanismos de convivências solidárias entre essas nações. Surge, então, a ideia de nações e de organismos internacionais como a ONU. E depois da ONU, vários outros organismos regionais surgem também, como a OEA. Organismos esses, que passam a ser vistos pelo Direito Internacional como sujeito de Direito.

Dessa forma, o Direito Internacional não rege somente as relações entre os Estados, mas também as relações entre esses organismos internacionais. Embora não sejam Estados, congregam seus interesses, de vários governos distintos, e as relações dessas organizações internacionais com os Estados.

¹ Todas as respostas foram construídas a partir da aula da Prof. Ana Valeria.

Nos dias atuais, isso parece uma coisa absolutamente natural, mas não foi nada simples construir essa noção de que deveria haver um Direito Internacional que respeitasse não só os direitos dos Estados, mas o direito de um conglomerado de Estados, representados em uma Organização Internacional.

Essa discussão amadurece e, além dos Organismos Internacionais, o Direito Internacional começa a compreender a necessidade de reconhecer direitos para alguns segmentos, grupos e indivíduos. Também por conta de todo o contexto de pós-guerra, de todas as circunstâncias que surgem a partir de um mundo bastante destruído no seu centro de poder, surgimento de populações, de levas de imigrantes de um mundo para outro, de gente totalmente deslocada, que perdeu as suas origens e precisa recomeçar a vida em outro lugar.

3. O Direito Internacional, em meados do século XX, tem uma preocupação clara com vários grupos de pessoas.
 - ✓ Como surge a ideia dos Direitos Humanos?
 - ✓ Quem são os sujeitos dessa nova forma de pensar?

Em meados do século XX, nos pós-guerra, diante das circunstâncias do mundo bastante destruído no seu centro de poder, com o surgimento de populações e de imigrantes de um mundo para outro, sem as suas origens e recomeçando a vida em outro lugar, começa-se a se preocupar com vários grupos de pessoas. É daí que surge a ideia dos Direitos Humanos, como uma ideia do Direito Internacional.

Essa passa a ser uma preocupação com os Direitos Humanos de determinados grupos. Grupos de mulheres, grupos de crianças, e com o tempo isso vai se desenvolvendo e se refi-

nando. E hoje os direitos humanos assumiram no mundo um tamanho enorme.

Essa passa a ser uma preocupação com os Direitos Humanos de determinados grupos. Grupos de mulheres, grupos de crianças, e com o tempo isso vai se desenvolvendo e se refinando. E hoje os direitos humanos assumiram no mundo um tamanho enorme.

E ainda no meio do século XX começa-se a reconhecer alguns segmentos, que antes sequer se imaginava que teriam direitos, como sujeitos do Direito Internacional. Como, por exemplo, os povos indígenas.

Os povos indígenas, em torno de 1960, não conseguiam mais levar adiante as suas demandas junto aos seus governos, em âmbito local. É dessa forma que eles chegam ao Direito Internacional. É a partir da necessidade de se organizarem internamente, dentro de alguns países. Estavam encontrando sempre limitações às respostas as suas demandas. Passaram, então, a tentar recorrer, especialmente, a alguns organismos internacionais que começavam a desenvolver instrumentos de proteção aos direitos humanos, aos direitos de grupos, aos direitos de povos. E pleitear, junto a esses organismos, proteção.

4. “O Direito Indígena e sua discussão, no âmbito internacional, vêm criar uma verdadeira revolução no Direito Internacional”, explica a Prof.^a Ana Valeria em sua aula.
 - ✓ Quais os resultados gerados para os povos indígenas nos anos 1960?
 - ✓ Qual a consequência que atinge os povos indígenas

até os dias atuais?

O processo que os povos indígenas vivenciaram nos anos 1960 gerou uma série de resultados e o reconhecimento pelo Direito Internacional como sujeito de direito. Este reconhecimento se concretiza em vários instrumentos de defesa, em vários documentos internacionais, inovadores, diferentes, e que hoje formam um conjunto de normas interessantes e diferenciadas dentro do próprio Direito Internacional.

O que o Direito Indígena cria é a admissão de que se começasse a pensar em parâmetros até então não existentes no Direito Internacional. E com a criação de alguns instrumentos, os direitos indígenas abririam uma série de precedentes para outros grupos também pleitearem, até hoje, o reconhecimento de seus direitos nesse nível.

Hoje os povos indígenas são sujeitos do Direito Internacional. Esta foi uma enorme conquista. E foi consequência do esforço dos grupos que se organizaram para assegurar a proteção legal de seus direitos dentro de seus próprios países e que apelaram à comunidade internacional. Conseguiram ligar suas demandas, os seus pedidos a princípios gerais de Direitos Humanos. Direitos estes que já estavam sendo estabelecidos no Direito Internacional, para segmentos variados da população mundial. Esses grupos conseguiram, portanto, se utilizar de ferramentas que já estavam sendo construídas para a proteção dos direitos humanos gerais e fazer com que as suas demandas coubessem dentro desses princípios e se aproveitar de instrumentos que já estavam sendo discutidos e implementados. Inclusive, princípios como repúdio a qualquer tipo de discriminação, que foi o que impulsionou, majoritariamente, a criação dos instrumentos de direitos humanos, no início da criação de um corpo de normas de proteção aos direitos humanos do Direito Internacional (discriminação, discrimina-

ção dos povos). Levou, também, à construção de uma série de pactos no âmbito da ONU, que tinha exatamente como foco tentar combater a discriminação generalizada mundo afora.

5. Em 1971, a ONU solicitou um estudo ao embaixador cubano, relator da Comissão de Direitos Humanos, Martinez Cubo, sobre a existência de povos indígenas no mundo inteiro.
 - ✓ O que foi o estudo de Martinez Cubo e o que ele representou para os povos indígenas?
 - ✓ Com esse estudo, que outros caminhos a ONU possibilitou?

A primeira vez que se admitiu falar em povos indígenas como sujeitos do Direito Internacional, foi em 1971, depois de várias sessões da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Os representantes indígenas assistiam a essas sessões da ONU, trazendo as suas demandas. A presença deles naquele ambiente, gerava um enorme desconforto, deixando todas as pessoas atônitas, sem saber quem eram eles!?!...

Passaram muitos anos tentando sensibilizar a comunidade mundial para o fato de que existiam povos indígenas no mundo inteiro. E que esses povos eram segmentos diferenciados da sociedade que os envolviam. E que tinham e pleiteavam direitos de existir, permanentemente, dentro dessa sociedade. Conseguiram sensibilizar a comunidade internacional aos poucos e, em 1971, a ONU autorizou que se preparasse um estudo sobre as condições de vida dessas populações indígenas.

A responsabilidade foi entregue a um relator da Comissão de Direitos Humanos, o embaixador cubano Martinez Cubo, que

durante um ano fez um estudo. O resultado foi um trabalho de cinco volumes, sobre a existência de povos indígenas no mundo inteiro: onde estavam, quem eram, em que condições viviam... Este estudo passou a ser o grande referencial da comunidade internacional durante muitos anos. Até hoje é uma fonte de pesquisa muito importante da situação dos povos indígenas mundo afora.

Abrindo para esses estudos, a ONU possibilitou que se falasse de populações indígenas em um tempo em que nem se falava no nome povos. Quando o estudo do Martinez ficou pronto e se viu que era uma parcela ponderável da população mundial, que havia uma diversidade e questões próprias que precisavam ser abordadas de uma maneira peculiar, a ONU criou dentro da sua estrutura o Grupo de Trabalhos para Populações Indígenas. Primeiro estava a Comissão de Direitos Humanos, abaixo dela a Subcomissão de Minorias, e abaixo da Subcomissão de Minorias criaram o Grupo de Trabalhos para Populações Indígenas.

O Grupo de Trabalhos para Populações Indígenas era um grupo de trabalho temporário, para estudar os resultados pesquisados por Martinez, as demandas que os indígenas traziam para ONU e entender a melhor forma de fazer encaminhamentos. Foi um passo bem grande.

6. O ano de 1982 é um marco no Direito Internacional dos indígenas e foi consequência da criação do Grupo de Trabalho para Populações Indígenas da ONU.

- ✓ Houve, de fato, uma mudança substancial para os indígenas?
- ✓ Faça uma análise dessas mudanças.

Sim, houve de fato uma mudança para os povos indígenas. 1982 é um marco com a criação desse grupo de trabalho sobre populações indígenas, muda o rumo no âmbito do Direito Internacional, porque o grupo de trabalho passou a se reunir todos os anos.

Era um fórum onde os representantes indígenas passaram a frequentar. Os representantes na ONU, naquele momento, eram os Estados. Até então, só quem frequentava as reuniões, eram os Estados. O Ministro das Relações Exteriores, representantes do Itamaraty, seu equivalente mundo afora. Não havia como uma ONG ou um representante indígena entrar em uma reunião. Somente as autoridades dos Estados. Não havia mecanismos para receber as demandas.

A partir do momento em que se cria o Grupo de Trabalho, abre-se uma porta para se receber as demandas. Inicialmente, esse Grupo de Trabalho reunia-se uma vez por ano e os indígenas tomaram conta desse espaço e passaram a ir a essas reuniões que eram realizadas em Genebra. Os indígenas se articularam mundialmente.

A cooperação internacional teve uma participação importante, financiando a possibilidade que os representantes indígenas de vários países, participassem dessas reuniões e passassem a trazer demandas, a trazer relatos das situações de várias partes do mundo, aos representantes governamentais, os mais sensíveis a essas causas. Desta forma, podiam dizer a esses representantes: queremos que a ONU faça regras que possibilitem que o Estado respeite nossos direitos, que seja obrigado a conversar com a gente, no plano interno...! E essas demandas foram sendo apresentadas de 1982 até 1985, quando, então, os representantes que compunham o Grupo de Trabalho das Populações Indígenas, estenderam e aperfeiçoaram o mandato, que deixou de ser um grupo temporário e passou a ser permanente e a ter um foco: escrever um documento, um esboço do que poderá se transformar numa declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas.

7. A Declaração sobre os direitos dos povos indígenas começou a ser discutida em 1985, pela ONU. No entanto, o debate em torno de populações indígenas versus povos indígenas e dos direitos dos povos, e não do povo, era bastante acirrada naqueles tempos...

Porém, esta discussão não é simples como parece. Povos, por exemplo, era inimaginável para um organismo internacional como a ONU. E está intrinsecamente vinculada à discussão da autodeterminação.

- ✓ O que é autodeterminação?
- ✓ Por que essa discussão está vinculada à autodeterminação?

Com o foco criado em 1985, escrever um documento, um esboço do que poderá se transformar numa declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas, e com a Declaração aprovada, já é possível discutir que não são populações e sim POVOS. E qual a razão desta discussão?

Porque não era mais possível sustentar que eram direitos de populações. Provou-se que não estavam tratando de populações e sim de povos. Mas povos ainda era impossível de ser admitido por um organismo internacional como a ONU.

Se formos analisar os pactos de direitos humanos que foram construídos efetivamente para os povos colonizados, principalmente para países africanos colonizados pela Europa, e que todos os instrumentos foram construídos no sentido de garantir que aqueles povos colonizados têm direito a autodeterminação... Então, todos os pactos de direitos humanos anteriormente construídos, justamente para viabilizar o equilíbrio de uma

situação de povos colonizados, como aqueles de países africanos, alguns países centro-americanos e até aqui da América do Sul, se concretizou lá nos pactos de direitos humanos da ONU, o direito de que todo povo tem direito à autodeterminação. E se todo povo tem direito à autodeterminação, agora quando a ONU está discutindo e está admitindo que populações indígenas não são populações, são povos, mas se for povo tem direito à autodeterminação. Aí começa a discussão: então, não pode ser povo! Mas não é população. Então, o que é?

Mas o que é autodeterminação? Nos primeiros instrumentos de direitos humanos é definida como o direito de você se autodeterminar, se autogovernar, dizer o que você quer fazer e, no limite, o direito de secessão. A autodeterminação era o direito que estava por trás da tentativa de se viabilizar, especialmente, para que os países africanos colonizados pela Europa tivessem o direito de ganhar sua independência, se reconhecessem como nações e povos independentes

Povo. Por quê? Porque o povo da África era povo. Agora, os povos indígenas não são povos. O que a ONU queria passar é que se é índio é tudo igual, todos os povos indígenas do planeta são um povo só! Não era possível admitir isso! Porque se você pensar em direitos para esse povo, como uma massa coletiva, o impacto disso em cada território não haveria! Se você der o direito da autodeterminação para o povo indígena do planeta, você não está dando direito para todos os segmentos serem independentes.

8. O Brasil aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas. E só em 13 de setembro de 2007 é que ela veio a ser aprovada. Ou seja, vinte e dois anos depois.
- ✓ Qual a importância do texto dessa Declaração para os povos indígenas?
 - ✓ Qual a avaliação que se tem a respeito do texto da Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas?

Demoraram mais de 20 anos para aprovar a Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas, em 1985 quando a ONU ampliou o Grupo de Trabalho e mandou fazer o primeiro texto da minuta da declaração. E só em 13 de setembro de 2007 é que ela veio a ser aprovada. Vinte e dois anos depois.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas tem princípios que poderiam ser usados como base para outras leis que o Brasil pretende aprovar. Por exemplo, o Estatuto dos Povos Indígenas, ainda não definido. A Prof.^a Ana Valeria em sua aula chama a atenção para o fato de que os indígenas estão sendo chamados para as oficinas, para que discutam os projetos que estão em trâmite no Congresso, para que aprovem uma Lei que substitua o atual Estatuto do Índio. E este Estatuto dos Povos Indígenas pode incorporar princípios no seu texto que estão colocados na declaração das Nações Unidas sobre e o próprio movimento indígena quando estiver discutindo o Estatuto do Índio, pode se utilizar de um instrumento que já está aprovado pelo consenso das nações, para dizer que ali tem padrões mínimos, sem os quais não se pode aprovar uma legislação.

A declaração deve ser usada por toda a sociedade para conscientização sobre os povos indígenas, que direitos eles têm,

suas aspirações, situações particulares, necessidade de combater atos de racismo, discriminação, violência cometida contra eles. É preciso ter uma perspectiva de mobilização e de conscientização da sociedade brasileira para conseguir uma comunicação mais adequada de quem são os povos indígenas e de que maneira eles se colocam dentro da nossa sociedade. Por outro lado, de que maneira a sociedade tem de se colocar em relação a eles.

A Declaração serve como um documento que ajuda a conscientizar e a comunicar pra sociedade como um todo, que direitos os povos indígenas têm.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas é absolutamente interessante. Com mais de 46 artigos que se referem aos povos indígenas como forma de protegê-los e promovê-los, uma demanda direta deles. Afirma que têm direito à dignidade, à diversidade de suas culturas, histórias, anseios, confirma seus direitos à livre determinação e reconhece o direito de subsistência e de seus territórios e recursos. E confirma, ainda, a obrigação dos estados de fazerem consultas aos povos indígenas, obrigação esta que está explicitada na Convenção 169.

9. O primeiro e único instrumento internacional que o Brasil tem hoje é a Convenção 169. Esta convenção possui mecanismos efetivos, para que sejam cobradas as obrigações assumidas pelo Estado.
- ✓ O que é a Convenção 169, em especial, em relação às convenções da OIT?
 - ✓ Trace um paralelo entre a Convenção 169 e a Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas, em relação aos seus conteúdos.

- ✓ Trace um paralelo entre a Convenção 169 e a Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas, em relação aos seus conteúdos.

A Convenção 169 foi efetivamente aprovada em 1989, pela Organização Internacional do Trabalho. Mas só entrou em vigor, internacionalmente, em 1991. Isso aconteceu porque a Convenção estabelecia nas suas disposições finais um mecanismo que só depois que tivesse um número determinado de assinaturas e ratificações entraria em vigor. Portanto, só dois anos depois que entrou em vigor para o Direito Internacional.

Para o Direito, cada país tem autonomia para que uma lei internacional seja transformada em uma lei interna. No Brasil, ela precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional, através de um Decreto Legislativo. E isso só foi acontecer no Brasil, em 2002, através do Decreto Legislativo nº 143, que aprovou o texto da Convenção, introduziu-a no nosso ordenamento jurídico e a Convenção passou a ser uma lei ordinária. Mas só passou a valer, a partir de um dispositivo, em 2003.

Desde 2003, então, a Convenção 169 é uma lei brasileira. Em especial, em relação às convenções da OIT, o Supremo Tribunal Federal tem se manifestado entendendo que, além de terem essa hierarquia de Lei Ordinária, elas podem ser consideradas como um critério auxiliar da Constituição. Isso tem relevância, por exemplo, em dispositivos como no capítulo do Índio da Constituição que ainda não está regulamentado, que ainda precisa de lei. Tem a questão da mineração, tem a questão do relevante interesse nacional, que são dispositivos que estão na Constituição, mas que precisam de Lei aprovada pelo Congresso para poder ser efetivada na prática. Nós ainda não temos essas leis e temos a Convenção 169, que trata desses assuntos ou de assuntos paralelos a esses.

10. A Prof.^a Ana Valeria, em sua aula, comenta durante muito tempo sobre o dispositivo que fala sobre consulta prévia, da Convenção 169. Analise o conteúdo da sua fala a respeito do texto, sob os seguintes aspectos:
- ✓ negociação política entre o movimento indígena e o Estado;
 - ✓ o direito à consulta é um direito positivo para os indígenas, mas também pode ser uma ferramenta de manipulação;
 - ✓ consulta não é um evento, é um processo de decisão;
 - ✓ a consulta é uma obrigação do Estado;
 - ✓ os indígenas não têm o direito de vetar.

É muito importante distinguir a Declaração da Convenção 169. A Declaração é uma mera declaração de vontades, sem forças vinculantes. Não tem força para obrigar os estados a nada, só cria compromissos morais.

A Convenção 169 tem uma série de dispositivos que tratam da exploração de recursos naturais e da exploração mineral, por exemplo. Desta forma, é possível entender que a Convenção 169 está, de alguma maneira, regulamentando a Constituição naquilo em que ela ainda não tem uma Lei regulamentada pelo Congresso.

Esse é um assunto considerado complexo e polêmico, mas o Supremo já se manifestou algumas vezes, apontando na direção de que é possível usar as Convenções da OIT. Neste sentido, a Convenção 169 é uma delas, a ajudar a interpretação de dispositivos constitucionais.

A Convenção é um instrumento internacional por excelência, e seu texto é super progressista, super moderno, que enfrentou uma série de questões polêmicas.

A Convenção 169 é um instrumento vinculante, tanto que virou Lei! E dentro do Brasil. Todo o seu conteúdo é lei hoje. Apesar das críticas que sofreu, trouxe uma série de avanços: reconhecimento da integridade cultural indígena, direito à terra, recursos naturais, não discriminação. E o mais importante desses direitos conquistados, a grande inovação da Convenção é o direito de consulta prévia. Esta é uma inovação no Direito Internacional, especialmente, para a legislação brasileira. Ela representa uma oportunidade para se construir em conjunto entre os povos indígenas, Governo, Poder Legislativo, autoridades, sociedade em geral, alguns entendimentos e alguns consensos sobre assuntos que digam respeito aos interesses dos povos indígenas. É lá que determina que os povos indígenas passam a ter o direito de serem consultados. A Convenção cria uma obrigação para o Estado negociar com os indígenas, escutá-los, e tentar chegar a um consenso sobre todo e qualquer assunto que diga respeito a eles. A Convenção, através do direito de consulta prévia, abre essa possibilidade pela primeira vez.

Ou seja, cada vez que os governos forem aplicar dispositivos dessa Convenção, tudo o que disser respeito aos indígenas, os povos interessados terão de ser consultados. E está caracterizado no texto que os povos indígenas passam a ter o poder de influenciar de uma maneira efetiva, eficaz, um processo de maneira de tomada de decisões administrativas e legislativas sobre aquilo que lhe afetam diretamente. É sobre toda e qualquer decisão administrativa que um governo tome no âmbito federal, estadual, municipal e que vá afetar diretamente um determinado povo, pelo o que está exposto na Convenção 169. Os povos indígenas passam a ter o direito e o Estado brasileiro passa a ter a obrigação de consultá-los.

E esses povos passam a ter o poder de ter alguma influência, porque não é uma mera consulta de ouvir o que você pensa e não prestar atenção no que você falou.

Durante muito tempo se discutiu o que é consulta. A Convenção é enfática. Ela diseca a obrigação da consulta. E, no final, dá um poder muito mais eficiente ao povo indígena que é afetado, de interferir na decisão que será tomada.

Essa consulta deve ser sempre realizada por meio de suas instituições representativas e mediante procedimentos aplicados a cada circunstância.

A Convenção passa a ser, então, mais um instrumento na mão do movimento indígena organizado. Demanda do Estado o direito de participação, o direito a ser consultado, o direito a se manifestar, com relação a todos os assuntos que impactam a sua vida, a sua rotina, o seu cotidiano, os seus direitos territoriais. Não é um instrumento perfeito, mas abre caminhos para uma negociação que é política.

No entanto, tem o outro lado. Se o direito à consulta tem sido um direito positivo para os indígenas, por outro lado ele também pode ser uma ferramenta de manipulação por parte daqueles que já tomaram decisões arbitrárias e querem legitimar essas decisões a qualquer preço. Fazem uma consulta muito ineficiente, os povos indígenas não conseguem discutir esse mecanismo, não conseguem questionar, não conseguem provar que a consulta não foi feita de uma forma como a convenção manda, e o Governo se vangloria e diz: já consultei os índios, está tudo certo, vai ser assim, vamos em frente!

O texto da Convenção é claro em relação à necessidade da informação pertinente, clara, oportuna e imparcial. Consulta não é um evento, uma entrada na aldeia. Nem mesmo um seminário, com a presença dos povos indígenas e discussão sobre as decisões administrativas que foram tomadas.

Trata-se de um processo de decisão, onde tem de se dar as informações amplas. As mais específicas possíveis, para aquele povo que será afetado por aquela decisão que vai ser tomada, de forma que este povo tenha todos os instrumentos e tempo suficiente para pensar naquilo vai acontecer com eles, de modo que possa se manifestar. Tem de dar para o povo que será afetado todos os instrumentos para que se possa compreender a real extensão da iniciativa que se pretende realizar, e tempo suficiente para que o povo possa pensar, discutir entre si, discutir a proposta, os prós e os contras e ver se quer aceitar ou não. Essa consulta é PRÉVIA. Não pode ser depois que já tomou a decisão.

Esse processo tem de ser acordado entre os dois lados. Entre o povo e a autoridade governamental. Têm de chegar a um acordo de como será esse processo de consulta. E tem de ser dado recursos para que a consulta possa ser executada. É obrigação de o Estado viabilizar a consulta. Seja indo ao local ou trazendo os representantes indígenas, financiando a viagem, pagando hospedagem, alimentação, viabilizando a vinda para as pessoas discutirem, compreenderem com calma o projeto que está sendo apresentado.

A decisão tem de refletir alguma opinião que foi emitida, seja para o sim, ou seja para o não. Tem de ter uma justificativa convincente o suficiente de que aquela opinião foi ouvida.

A consulta é uma obrigação do Estado, não pode ser delegada a uma empresa.

O direito de consulta, portanto, é muito mais do que mera participação, é muito mais do que um evento só, tem de ser um processo. Por outro lado, ao definir o direito de consulta, a Convenção não determinou que os indígenas tivessem o direito de vetar. O direito que está estabelecido ali é o direito de ser consultado. E de provar que a decisão tomada levou em consideração os resultados daquela consulta. É sutil. Os povos indígenas têm o direito

de não gostar de determinada coisa, se insurgir contra determinado processo, projeto, e mesmo que o governo decida que vai fazer, resistir é um direito legítimo. Só que ele não está escrito na Convenção.

11. O Direito Internacional trata de assuntos polêmicos. A Constituição do Direito Internacional é complexa: unir a vontade de países, situações adversas, processos longuíssimos...

✓ Qual o papel do Direito Internacional para os povos indígenas do Brasil?

A Constituição do Direito Internacional é complexa. Para que se consiga assinar uma Convenção, é preciso unir os desejos de muitos países, de Estados, os mais diferentes possíveis. São muitas situações, os processos são extensos. O que a Convenção cria é a possibilidade de levar os povos indígenas para outro patamar de negociação. Desta forma, os governos são obrigados à negociação e a tentar acordos.

É importante perceber que nenhuma dessas decisões será 100% benéfica para nenhuma das partes, mas é um avanço e mais equilibrado.

Com a Constituição do Direito Internacional são criados mecanismos em que em um mundo mais solidário fortalece os povos indígenas como interlocutores das suas vontades perante o Estado. São criadas oportunidades de se estabelecer compromissos e situações que sejam menos prejudiciais aos povos indígenas, que beneficiem e seja interessante para todos os lados.

A OIT oferece um caminho internacional para cobrar dos Estados o cumprimento das obrigações que assumiram. E essa cobrança é feita através de relatórios, com os mecanismos que o Direito

Internacional permite para acompanhar.

Portanto, esses instrumentos precisam ser utilizados em benefício das questões que estão na pauta do movimento indígena. É preciso realmente começar a pensar nesses instrumentos e a participar cada vez mais das discussões a respeito dos instrumentos internacionais. É importante se qualificar para entender essas discussões, para conseguir que esses instrumentos sejam aprovados com os melhores textos.

02 - Institucionalização da participação e do controle social (comitês, conferências e conselhos).

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Interpretar a questão do controle social dos comitês e dos conselhos dos governos.
- ✓ Analisar a importância da representação no Conselho para o movimento indígena.
- ✓ Identificar as formas de participação dos movimentos indígenas na vida pública.
- ✓ Explicar a diferença de proposta do Governo e dos indígenas para a Comissão de Políticas Indigenistas.
- ✓ Analisar a participação institucionalizada dos indígenas na vida pública.
- ✓ Analisar o repasse de responsabilidade da gestão pública para os grupos sociais.
- ✓ Interpretar o conceito de Democracia Participativa.
- ✓ Interpretar os cinco modelos de participação apresentados.
- ✓ Criticar o processo de formulação política a partir da

participação e as instâncias existentes.

- ✓ Explicar quem faz o controle da política pública e o que é o conselho gestor.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha pontos de observação específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula do Prof. Ailton.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.

1. Há uma decepção dos movimentos indígenas em relação aos Conselhos, como espaço de legitimação de políticas públicas.
2. O movimento indígena tem dificuldade em ter as suas próprias propostas para a política pública.
3. Os conselhos são precariamente formulados enquanto marco legal.
4. O conselheiro tem uma demanda de conhecimento técnico, acadêmico, científico.
5. O Conselho muitas vezes 'incomoda' o Estado.

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula do Prof. Ailton, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. O Prof. Ailton abordou em sua aula a questão do controle social dos comitês e dos conselhos dos governos. Explorou também as regras de funcionamento desses comitês e desses conselhos.
 - ✓ Diante de seus argumentos, os comitês e os conselhos são espaços de legitimação de políticas públicas? Por quê?
2. A representação no Conselho é um ponto importante para o movimento indígena.
 - ✓ Como acontece essa participação? É uma demanda do movimento indígena? Quem, geralmente, representa o movimento indígena? Como é feita essa articulação?
3. Em uma fase da história recente do Brasil, houve uma grande discussão a respeito das formas de participação dos movimentos indígenas na vida pública. O Prof. Ailton aborda essa questão em sua aula.
 - ✓ Que outra forma de participação institucional é possível?
 - ✓ Que outros espaços públicos é são possível ocupar?
4. Havia em andamento quando o curso foi feito uma proposta de criação de uma Comissão Nacional de Políticas Indigenistas.
 - ✓ Qual a diferença entre a proposta do Governo e a demanda dos indígenas?
5. Hoje, com um processo ainda recente de democratização do país, passamos de uma participação reprimida, para uma participação reconhecida como valor importante e institucionalizada na vida pública.
 - ✓ Como é essa participação institucionalizada?
 - ✓ Ela é legítima e representativa?
 - ✓ Como o movimento indígena interpreta essa participação?
6. O Prof. Ailton em sua aula falou sobre a participação de grupos sociais na gestão do Estado e a relação dessa participação com a descentralização das decisões.
 - ✓ A partir do processo de democratização brasileira, o que aconteceu com os povos indígenas, em relação ao repasse de responsabilidades da gestão pública?
7. Alguns analistas dizem que o Conselho tem o mesmo conceito da Democracia Participativa.
 - ✓ Por que o Prof. Ailton discorda desses analistas?

- ✓ Qual o conceito de Democracia Participativa?
8. O Prof. Ailton em sua aula diz que falar em ações indígenas é muito vago. Dizer que a população indígena está participando e ter isso como uma legitimidade, não é, necessariamente, a visão da população. Pode ser apenas de um representante.
- ✓ Quais os cinco modelos de participação que o Prof. Ailton cita em sua aula?
9. Uma vez que o Estado reconhece a participação, tem o processo de formulação da política pública.
- ✓ Como é esse processo? Quais são as instâncias existentes?
10. Conforme o Prof. Ailton explicou em sua aula, o Estado formula a política pública, tem o domínio, o dinheiro e o corpo técnico.
- ✓ Quem faz o controle?
 - ✓ O que é o conselho gestor?

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu as 5 (cinco) frases mais representativas para cada assunto:

1. Há uma decepção dos movimentos indígenas em relação aos Conselhos, como espaço de legitimação de políticas públicas.
2. O movimento indígena tem dificuldade em ter as suas próprias propostas para a política pública.
3. Os conselhos são precariamente formulados enquanto marco legal.
4. O conselheiro tem uma demanda de conhecimento técnico, acadêmico, científico.
5. O Conselho muitas vezes 'incomoda' o Estado.

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudei sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção¹

1. O Prof. Ailton abordou em sua aula a questão do controle social dos comitês e dos conselhos dos governos. Explorou também as regras de funcionamento desses comitês e desses conselhos.
 - ✓ Diante de seus argumentos, os comitês e os conselhos são espaços de legitimação de políticas públicas? Por quê?

Os comitês são tidos normalmente como espaços de controle social. O indígena tem a possibilidade de controlar o que o Estado está fazendo. E também se está fazendo o que foi

¹ Todas as respostas foram construídas a partir da aula do Prof. Ailton.

acordado anteriormente e o que está escrito na legislação. Por outro lado, também tem a percepção de que é um mecanismo do Estado controlar as organizações, trazendo-as para junto do Estado e, muitas vezes, representa certa domesticação, um controle indireto sobre estas organizações, através de seus representantes que têm presença no Conselho.

O Estado quando formula as propostas e chama o movimento indígena, sua intenção é apenas validar. É legitimar a sua proposta, com a presença dos representantes indígenas. E isso gera um incômodo do movimento indígena, de estar sendo usado apenas como um elemento legitimador. Então, não é um acordo verdadeiro com a participação dos representantes indígenas.

2. A representação no Conselho é um ponto importante para o movimento indígena.
 - ✓ Como acontece essa participação? É uma demanda do movimento indígena?
 - ✓ Quem, geralmente, representa o movimento indígena? Como é feita essa articulação?

A participação e o Conselho estão sempre lidando com a questão do representante. Não é a população indígena, o povo indígena ou a organização indígena como um todo, e sim apenas um representante que se faz presente no conselho e que ocupa uma vaga. Para que serve o representante? Qual o critério de escolha do representante? O que ele vai discutir no conselho? São questões pertinentes e que geram preocupações em relação à representação.

A imposição dos modelos dos brancos aos indígenas no Con-

selho, é uma coisa da estrutura formal da sociedade não indígena. Os indígenas são convidados, levados a participar deste espaço que não foi proposto ou elaborado por eles. O Estado abre alguns espaços de participação onde o movimento indígena pode se fazer presente. A demanda do movimento indígena é a de se apropriar deste espaço.

Às vezes tem apenas um representante no Conselho, sem articulação com o resto do movimento indígena. É uma representação isolada e desarticulada. Há necessidade de indicações da base do movimento. Muitas vezes se abre uma vaga em conselho e esta vaga acaba sendo ocupada pela cúpula do movimento indígena. E a discussão é: quem deve ocupar as vagas no conselho? Quem indica? São organizações mais confederadas ou são as organizações de base?

Alguns espaços foram reivindicados pelo movimento, foram demandas do próprio movimento. O Estado efetivou esta demanda e abriu as vagas para a representação indígena. E agora o movimento se vê com um problema: como manter a representação funcionando dentro desta estrutura que é basicamente criada pelo Estado, que são os conselhos?

3. Em uma fase da história recente do Brasil, houve uma grande discussão a respeito das formas de participação dos movimentos indígenas na vida pública. O Prof. Ailton aborda essa questão em sua aula.
 - ✓ Que outra forma de participação institucional é possível?
 - ✓ Que outros espaços públicos é são possível ocupar?

Existe a necessidade de uma plataforma de políticas por parte do movimento indígena. A política indigenista distribuída

em muitos ministérios, gera uma dificuldade muito grande de diálogo. Ao mesmo tempo, os próprios indígenas têm dificuldade em definir as suas propostas para a política pública.

Outro grande dificuldade é saber como lidar com a via parlamentar. Que é outra forma de participação institucional, via Câmara dos Vereadores, Assembleia Legislativa, Congresso Nacional. Em uma fase da história recente do Brasil, se discutiu muito que a participação se daria, cada vez mais, através destes espaços, como conselho, conferência, espaços públicos etc. E, ao mesmo tempo, existe a percepção de que é preciso ocupar as instâncias parlamentares, os cargos eletivos, eleger deputados, vereadores etc.

Geralmente, conselhos e conferências, é o governo quem pauta, quem fala como vai funcionar e quais os temas que serão ser tratados.

4. Há em andamento uma proposta de criação de uma Comissão Nacional de Políticas Indigenistas.

- ✓ Qual a diferença entre a proposta do Governo e a demanda dos indígenas?

A Comissão Nacional de Políticas Indigenistas (CNPI) foi criada e o Conselho foi proposto. A princípio, o governo lançou a CNPI como um espaço consultivo. Mas a demanda do movimento Indígena é que seja um espaço deliberativo, ou que seja efetivado o Conselho.

5. Hoje, com um processo ainda recente de democratização do país, passamos de uma

participação reprimida para uma participação reconhecida como valor importante e institucionalizada na vida pública.

- ✓ Como é essa participação institucionalizada?
- ✓ Ela é legítima e representativa?
- ✓ Como o movimento indígena interpreta essa participação?

A participação reconhecida como um valor importante e até institucionalizada, é uma participação onde o Estado cria as próprias regras para que ela ocorra. Em alguns casos, até convida o movimento social a participar. Mas que tipo de participação?

Embora com todo o dilema da participação, a questão da representação, o importante é que a partir da década de 1980, foi criado um instrumento chave muito importante para defesa de direitos, a participação direta, que é a mobilização, a realização de manifestações, de pressão. E muitas conquistas do movimento indígena deve-se a essa mobilização.

Existe uma percepção também de que a democracia representativa, com a eleição para deputados, governadores, representantes, é insuficiente. Não garante efetividade dos direitos conquistados. Esse modelo de democracia representativa não sendo suficiente, que outros meios a sociedade tem para controlar, para participar, para garantir a sua atuação dentro das políticas?

É aí que surgem as alternativas de participação: Conselho, fóruns, comitês participativos. São mecanismos criados para complementar o modelo de democracia representativa.

Foram temas trabalhados na Constituição de 1988, que já vem um pouco com esse arcabouço. Mas hoje acha-se que outros mecanismos de participação como os conselhos por exemplo, são precariamente formulados enquanto marco legal. Existe muita discrepância, não se tem um entendimento claro de como se deve operar um conselho, se é deliberativo ou consultivo, isso não está muito amarrado na legislação. A própria paridade entre sociedade civil e Estado, pois a sociedade tem que ter 50% de representantes e o Estado outros 50%, mas, na prática, isso vai variar muito.

Então, existe uma percepção de que a democracia representativa não é suficiente, é preciso avançar para outros mecanismos de gestão da sociedade, e a demanda da sociedade participar também da gestão da coisa pública, do orçamento, das ações que o Estado implementa. Participar do controle social, isto é, controlar o que o Estado está fazendo com o dinheiro público.

6. O Prof. Ailton em sua aula falou sobre a participação de grupos sociais na gestão do Estado e a relação dessa participação com a descentralização das decisões.
 - ✓ A partir do processo de democratização brasileira, o que aconteceu com os povos indígenas, em relação ao repasse de responsabilidades da gestão pública?

No início da década de 1990 houve um grande processo da descentralização da gestão pública. O Estado transferiu responsabilidades, e até de orçamentos, do governo central para instâncias como governos municipal e estadual. Transferiu também para instituições não estatais, terceirizou, mediante

acordos da Funasa, com organizações como ONGs, e organizações indígenas.

O que era responsabilidade do Estado, o próprio Estado toma a iniciativa de repassar para outras instâncias, que não do seu controle direto. Então, repassa com todos os problemas que vemos contratos das organizações indígenas com a FUNASA. Então Este modelo de repasse de responsabilidade, também veio junto do processo de democratização brasileira. E tem a ver, também, com a ideia que ficou muito em voga na época, do *Estado Mínimo*.

A participação é muito mais ampla do que simplesmente a presença no Conselho. O movimento indígena não pode investir toda a energia em um assento no Conselho, porque existem muitos outros canais de participação e de luta política a ser feito fora dos deles. Inclusive, na disputa de poder partidário, parlamentar etc. Então, a presença no Conselho é possível, é viável para ter acesso à informação, para disputar no município, com os grupos políticos que tentam controlar a política, mas não é a única. Existem outros mecanismos que podem e devem ser explorados. Depende da tática do movimento, da situação. O Conselho abriu uma oportunidade.

Tem momentos em que talvez o canal seja buscar uma via de participação, de pressão de negociação fora do Conselho. Talvez via Ministério, e tentar influenciar esse processo via parlamentar. Essa é a complexidade do que é a participação.

Além desse interesse todo dos grupos como partidos políticos, muitas vezes tem o interesse corporativo.

7. Alguns analistas dizem que o Conselho tem o mesmo conceito da Democracia Participativa.

- ✓ Por que o Prof. Ailton discorda desses analistas?
- ✓ Qual o conceito de Democracia Participativa?

Existe o conceito de Democracia Participativa. Alguns analistas dizem que podemos classificar Conselho como Democracia Participativa. O Prof. Ailton considera que não, que Conselho ainda é um modelo de representação.

A Democracia Participativa são as normas: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de lei. Esses são os três mecanismos em que a população decide e participa sobre uma questão de interesse da sociedade.

O plebiscito é para tomar decisão sobre uma forma de governo. Parlamentarismo ou presidencialismo? República ou monarquia? Todos opinam e o que a população decidir, está decidido. É diferente de você eleger o representante, que depois vai para o Congresso, num processo lento, formular as leis. Você elege o representante, mas não tem controle do que ele vai fazer depois.

Referendo é um sistema em que o Estado, o poder legislativo, formula uma proposta e depois submete esta proposta a uma consulta universal. Como, por exemplo, o referendo sobre a comercialização de armas. O Estado formulou uma proposta e a população achou que não era o caminho, e foi acatada a posição da população.

E a Iniciativa Popular de Lei é um mecanismo que prevê que a população pode elaborar um projeto de lei e submeter ao legislativo. Tem de colher no mínimo 1% de assinaturas do eleitorado, além de outras regras, e depois envia para o legislativo.

Alguns estudiosos colocam outros instrumentos: a partici-

pação em conselho, a participação em comitê, o movimento participativo, o comitê de bacia (teve o comitê da Bacia do S. Francisco), as audiências públicas, a consulta pública, e chamam tudo isso de Democracia Participativa.

Já o O Prof. Ailton separa todos eles e usa como exemplo o Comitê da Bacia do São Francisco, que não é, necessariamente, um modelo de Democracia Participativa. Ele tem representantes. E tem um dilema dentro do movimento indígena, se vale a pena continuar participando de Conselho...

Então, a questão é: como classificar a participação nos conselhos gestores de políticas públicas?

Os Conselhos são classificados como democracia indireta. A participação é feita via representantes. Na maioria dos casos é escolhido um representante, mas não há um diálogo muito constante do representante com a sua base. Tem muitos textos falando da participação popular, chega-se a falar que a população indígena está participando da gestão de determinadas políticas, mas na verdade não é a população indígena, e sim os representantes...

8. O Prof. Ailton em sua aula diz que falar em ações indígenas é muito vago. Dizer que a população indígena está participando e ter isso como uma legitimidade, não é, necessariamente, a visão da população. Pode ser apenas de um representante.
 - ✓ Quais os cinco modelos de participação que o Prof. Ailton cita em sua aula?

Existem vários estilos e entendimentos sobre o que é a par-

ticipação. Para o Estado a participação é uma coisa e para a sociedade é outra. E às vezes dentro da sociedade tem vários entendimentos do que é a participação.

Cinco modelos de participação:

- ✓ *Participação manipulada* quando a pessoa é chamada, convidada, levada a tomar parte de uma decisão, de um fórum, de uma conferência, e ela sequer tem conhecimento do que está se tratando ali. Então ela está participando mais como uma presença. Um político, por exemplo, traz 2 ônibus com indígenas, e depois fala que os indígenas estão participando do evento. Mas se você perguntar o que está passando ali eles não sabem. Participam como figurantes. Isso acontece com indígena, com não indígena, com ribeirinhos, população extrativista, trabalhador etc.
- ✓ *Noção de Conselho Consultivo*, o nome já diz: consulta para determinado tema. Outros instrumentos de consulta: conferência, audiência pública. Por exemplo: audiência pública sobre a hidroelétrica do Madeira. O estado tem as normas para realizar aquela consulta, tem a participação de representantes de organizações locais, sociais etc., mas não existem garantias de que aquelas reivindicações serão incorporadas nos procedimentos seguintes. As vezes são incorporadas, em outras não. O Estado é que decide. E em muitos casos essa consulta é um mecanismo de praxe, está na lei e tem que fazer, mas sem nenhuma consequência.
- ✓ *Participação Funcional*, que está ligada à implementação de ações. O Estado precisa da atuação da população para tornar efetiva as suas ações. O agente do Estado chama a organização local, a associação, a população, a comunidade para ajudá-lo a implementar determinada coisa. Com o objetivo funcional, com objetivo utilitarista, executando coisas, não para decidir ou tomar parte no desenho da ação, e sim, na implementação.
- ✓ Subindo na qualificação de participação, tem a *Participação Interativa*. Esta tem mais a ver com o que o Prof. Ailton considera o que é participação. Não se quer participação para estar lá só de enfeite. Também não é só para ser consultado sem que as decisões sejam efetivadas. A participação interativa pressupõe que se irá interagir na tomada de decisão, influenciar o seu interlocutor, e ele vai dialogar com você para qualificar aquela tomada de decisão. Este é um nível de participação um pouco mais elaborado, e às vezes acontece, dependendo da oportunidade, da abertura que ocorre em relação à política que está sendo negociada, há uma oportunidade do movimento efetivamente influenciar e tomar parte em algumas decisões.
- ✓ E, por fim, a participação como *Automobilização*. Esta não depende tanto do outro, não depende tanto do Estado estar dialogando, mas a própria comunidade se auto-organiza e parte para organização e implementação de propostas. Está mais ligada à autonomia de cada grupo social. Organiza e decide

que tipo de solução vai implementar, orientado para que atividade, que estratégia, e a partir desta auto-participação o Estado chega para discutir em bases mais autônomas.

9. Uma vez que o Estado reconhece a participação, tem o processo de formulação da política pública.
- ✓ Como é esse processo? Quais são as instâncias existentes?

O grande desafio é a formulação de uma política pública. Um equívoco que se comete, é a ideia de que os Comitês e os Conselhos são instâncias de políticas públicas. Não são. Normalmente não é ali que se formula a política.

Existe um problema manifestado pela sociedade, por exemplo. Problemas na área de saúde, educação, moradia etc. A sociedade demanda uma solução para aquele problema, e quem tem a atribuição de ofertar uma solução é o Estado. Então, há um trabalho de mobilização para definir este problema, e levá-lo ao Estado para que ele seja colocado em sua pauta. Este é um esforço grande de participação, de autoparticipação, não tem regras muito definidas. Acontece quando o grupo social se mobiliza para levar aquele problema para o Estado, de várias formas. Às vezes, pela via parlamentar. Às vezes, leva o problema para o legislativo. Às vezes, vai direto no executivo, ministro, secretário de Estado. Então, é o momento que se formula o problema e se faz uma pressão da sociedade sobre o Estado buscando uma solução.

10. Conforme o Prof. Ailton explicou em sua aula, o Estado formula a política pública, tem o domínio, o dinheiro e o corpo técnico.
- ✓ Quem faz o controle?
 - ✓ O que é o conselho gestor?

O Estado formula, tem o domínio da política pública, tem o corpo técnico, tem o dinheiro. Então, é o Estado que faz a gestão. Quando se diz que é um Conselho Gestor, na prática, a gestão é feita por um órgão governamental.

E o que seria um Conselho Gestor é reduzido a um Conselho de Controle, onde são apresentados os orçamentos, propostas, o que não foi feito e deveria ser feito, e tem a disputa que ocorre na hora da implementação da política, e também como instância de monitoramento e avaliação, mais do que propriamente fazer a gestão.

O Estado é que decide se vai fazer ou não a conferência, se vai ou não proceder este instrumento de consulta à população. Se ele achar que não vai fazer, não há nenhuma instância que o abrigue a fazer. Além disso, é o Estado que define os temas gerais e as regras de participação. Normalmente, quando anuncia a conferência das populações indígenas, meio ambiente, etc., por exemplo, já anuncia com o escopo definido de participação dos temas prioritários. As conferências só ocorrem no âmbito estadual e nacional. Com a realização tirada de delegados, as pré-conferências, leva as propostas para a conferência nacional. E, então, ocorre o processo de formulação de propostas e diretrizes gerais.

Durante uma conferência, não tem como entrar no detalhamento técnico das propostas. Só é possível discutir os termos

mais gerais. E aí é a hora de ver os problemas identificados anteriormente e pautar dentro do documento da conferência, apontando os problemas e as soluções.

Então, até esse momento não há participação. É o Estado que define o que vai fazer, quais as regras e quais as condições de participação. A população se mobiliza, mas é uma participação prioritariamente por consulta. E, ao final, tem-se um documento formulado que fica com o Estado.

O processo de participação é uma troca de informações, é um processo educativo, tanto para o Estado quanto para as pessoas da sociedade que participam. Permite ao Estado conhecer os problemas e questionamentos que a sociedade faz sobre um determinado tema. Para muitos gestores públicos esse é um fator importante, pois é a partir disso que eles irão tecnicamente amadurecer algumas propostas internas do Estado.

As conferências servem de subsídio para formulação das políticas estatais, representam uma mensagem que vem da sociedade e podem orientar a atuação do estado.

Também permite aos participantes um aprofundamento do tema tratado e a própria ação futura do movimento.

Então esses são os aspectos positivos da participação nessas instâncias.

O funcionamento dos conselhos na prática, sempre confrontando como eles foram concebidos, mas visualizando hoje como são. Aí tem vários conjuntos de questões:

03 – Índios nas cidades

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Explicar o que a Antropologia chama de *destribalização* e qual o seu contexto; *como são chamados no Brasil e qual a diferença de contexto*.
- ✓ Analisar a ideia que está implícita no evolucionismo do final Século XIX e por que a questão da diversidade cultural indígena não foi importante para o Governo português naquele momento.
- ✓ Interpretar quais são os pressupostos da ideia de urbanização e como é para os povos indígenas a visão ocidental sobre esse processo de urbanização.
- ✓ Explicar em que situações foram citadas na aula e o que os índios fazem para se defender do preconceito existente ainda hoje, e se existe uma separação em rural e urbano.
- ✓ Analisar a grande marca da mudança da postura dos povos indígenas e das suas demandas, o que ajudou nesta mudança e seu significado político.
- ✓ Explicar os critérios para considerar um índio e um não índio.

- ✓ Analisar a relação entre as áreas em branco do mapa do Brasil com as populações indígenas do passado e as atuais, e como foi essa construção histórica do mapa do Brasil.
- ✓ Explicar a discussão interna no movimento indígena a respeito dos direitos sobre as terras.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha “pontos de observação” específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula do Prof. João Pacheco de Oliveira.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.
1. O termo *silvícola* está no Estatuto do Índio, no código Civil, em textos legais, nos jornais, escrito por jornalistas querendo ser eruditos. Há uma ideia implícita nisto.
 2. Toda a história do ocidente está em cima do indivíduo, cada homem é uma coisa diferente. Mas para os povos indígenas não é assim. Eles vivem dentro da família, em redes.
 3. Quem vem para a cidade, quer permanecer como índio. Mas existem os “Índios Descendentes”, os índios que ressurgem, mas não sabem a que povo

- pertencem, de que região vieram, qual a sua origem.
4. Na história ninguém volta para trás, mas com os índios existem retornos. E existem mudanças de culturas e informações dentro das próprias aldeias. Existem aldeias que têm internet, professor, escola... Coisas que em muitas escolas de periferia das cidades não se encontra.
 5. A ideia é deixar de ser índio, ficar invisível. Quem vai para uma cidade grande não vai para ser artesão, vai para tentar desaparecer dentro da sociedade. Não quer fazer parte de um grupo.

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula do Prof. João Pacheco, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. O Prof. João Pacheco cita em sua aula que e 'A discussão é a respeito das categorias dos índios que estão em cidades. Na África eram milhões de pessoas.'
 - ✓ O que a Antropologia chama de *destribalização* e qual o seu contexto?
 - ✓ E no Brasil, como são chamados e qual a diferença de contexto?
2. Como disse o Prof. João Pacheco em sua aula, 'se formos pensar qual era a visão, desde a história e ao que

está na cabeça das pessoas, o que está presente em relação à condição indígena'?

- ✓ Qual é a ideia que está implícita no evolucionismo do final Século XIX?
 - ✓ Por que a questão da diversidade cultural indígena não foi importante para o Governo português naquele momento?
3. A urbanização é bem construída na cabeça e no discurso das pessoas, em geral. As condições típicas da vida rural também.
 - ✓ Quais são os pressupostos da ideia de urbanização?
 - ✓ Como é para os povos indígenas a visão ocidental sobre esse processo de urbanização?
 4. O Prof. João Pacheco cita em sua aula, um levantamento feito por ele sobre informações de índios em cidades. Neste levantamento, aparece uma série de coisas importantes, porque a informação de cada índio, embora venha de regiões distintas, é um fenômeno nacional.
 - ✓ Que situações foram citadas na aula e o que os índios fazem para se entre do preconceito?
 - ✓ Existe uma separação em rural e urbano? Uma vez na cidade, jamais índio?

5. Decididamente, os povos indígenas e suas demandas mudaram.
- ✓ Qual é a grande marca dessa mudança e o que ajudou a mudar?
 - ✓ O Prof. João Pacheco cita o exemplo de uma cidade e de três grandes demandas. Que cidade é essa, quais são essas demandas e qual o significado político para o movimento indígena?
6. Índios que vivem em comunidades consideram Índios rebeldes aqueles que se manifestam e que vivem em cidades, sem viver a cultura indígena. É praticamente uma traição.
- ✓ Qual a sua opinião a respeito dessa questão?
 - ✓ Quais os critérios para considerar um índio e um não índio?
7. O Prof. João Pacheco propõe uma leitura do mapa do Brasil, baseado em um material do IBGE.
- ✓ Qual a análise que o Prof. João Pacheco faz da relação entre as áreas em branco com as populações indígenas do passado e as atuais?
 - ✓ Como foi essa construção histórica do mapa do Brasil?

8. Existe contemporaneamente uma discussão interna no movimento indígena a respeito dos direitos sobre as terras.
- ✓ Que discussão é essa?
 - ✓ Qual o sentido atual para o movimento indígena a respeito dessas terras rurais?

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu as 5 (cinco) frases mais representativas para cada assunto:

1. O termo silvícola está no Estatuto do Índio, no código Civil, em textos legais, nos jornais, escrito por jornalistas querendo ser eruditos. Há uma ideia implícita nisto
2. Toda a história do ocidente está em cima do indivíduo, cada homem é uma coisa diferente. Mas para os povos indígenas não é assim. Eles vivem dentro da família, de redes.
3. Quem vem para a cidade, quer permanecer como índio. Mas existem os "Índios Descendentes", os índios que ressurgem, mas não sabem a que povo pertence, de que região vieram, qual a sua origem.

4. Na história ninguém volta para trás, mas com os índios existem retornos. E existem mudanças de culturas e informações dentro das próprias aldeias. Existem aldeias que têm até internet, professor, escola... Coisas que em muitas escolas de periferia das cidades não se encontra.
5. A ideia é deixar de ser índio, ficar invisível. Quem vai para para uma cidade grande não vai para ser artesão, vai para tentar desaparecer dentro da sociedade. Não quer fazer parte de um grupo.

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudei sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção

1. O Prof. João Pacheco cita em sua aula que 'A discussão é a respeito das categorias dos índios que estão em cidades. Na África eram milhões de pessoas.'
 - ✓ O que a Antropologia chama de *destribilização* e qual o seu contexto?
 - ✓ E no Brasil, como são chamados e qual a diferença de contexto?

A antropologia tem um termo, *índio destribilizado*, e uma história que vem da África: eram as grandes populações tribais que foram levadas para as cidades, para trabalhar nas minas, nas fazendas e nas fábricas daqueles países, mas, so-

bretudo, nas minas. Certas regiões da África, como a África do Sul, Rodésia, dentre outras, foram importantes para produzir diamante e ouro. E a ideia era que esses índios que abandonavam as autoridades nativas do interior, deixavam de ser indígenas, pois passavam a ser cidadãos 'normais' daquelas colônias inglesas, francesas e outras que existiam pela África. Tinham direitos como qualquer um.

Do ponto de vista cultural também não praticavam mais seus rituais, não usavam mais suas vestimentas, não cantavam mais seus cantos, seus mitos, estavam virando habitantes da cidade. Isso é a *destribilização*.

Mas onde está o preconceito? Está em chamar de tribos, aqueles que já eram povos. Pelo volume demográfico era muita gente. Mas sempre que há uma referência à África, é em tribos. Mas são milhões de pessoas. É como se fosse um país inteiro. Ninguém vai dizer que Portugal, França e Itália são tribos. São povos. Com os africanos não tinha isso, eram tribos, mas já estavam perdendo a condição de tribo e se tornando iguais aos colonizadores.

Destribilização é um termo utilizado na tradição brasileira mais na literatura da antropologia, e no uso de advogados e de jornalistas. Mas tem outro termo mais usado no Brasil que é *desaldeado*.

O contexto no Brasil é que o SPI, desde as primeiras décadas do sec. XX, já fazia um levantamento em Mato Grosso do Sul, com os Terena e Guarani e já dividia entre índios e *desaldeados*. Em relação aos *desaldeados* o SPI não tinha responsabilidade nenhuma. Seriam pessoas a caminho da assimilação, da integração, não seriam objetos de proteção do SPI.

Às vezes o SPI tinha estimativa de quantos eram, mas não tinha uma atuação junto a eles. A atuação se reduzia aos que estavam dentro dos postos indígenas: tinha uma escola, algu-

ma medicação, era essa a estrutura.

2. Como disse o Prof. João Pacheco em sua aula, 'se formos pensar qual era a visão, desde a história e ao que está na cabeça das pessoas, o que está presente em relação à condição indígena'?
- ✓ Qual é a ideia que está implícita no evolucionismo do final Século XIX?
 - ✓ Por que a questão da diversidade cultural indígena não foi importante para o Governo português naquele momento?

A ideia que está marcada na Sociologia e no Direito e em todos os países colonizadores é essa: se os povos indígenas vieram da selva, chegaram a algum lugar. Então, vai se tornar um brasileiro igual a todos os outros. A assimilação é um objetivo para todo o Estado Nacional.

Portugal operou no período colonial, com duas categorias de índios. De um lado, os bravos, que sublevam, que lutam contra os colonizadores. E, por outro lado, os mansos, que aceitam a catequese, que habitam um espaço físico do território, ficam em aldeias e passam a ser súditos do Rei.

Então, essa divisão de bravos e não bravos, de cristãos, ela já faz parte do imaginário dos brasileiros. Dentro da visão do brasileiro, quando ele fala de índio, está falando sempre de uma ameaça do índio bravo virtualmente. Quanto ao outro, que não representa uma ameaça física, à propriedade privada, à invasão das fazendas, a bloqueio de estrada... Ele já é igual ao restante da população.

A questão da diversidade cultural não foi muito importante dentro da construção do Brasil porque o que importava mais era o controle sobre essa população, era o fato de estarem dentro das aldeias e aceitarem o Rei de Portugal como o que mandava. Eles deveriam se aliar ao Rei de Portugal e não se aliar aos franceses, aos ingleses.

Na verdade, o governo nativo começa com o Rei de Portugal. É como se fosse uma administração municipal, isso que eles chamavam *submeter*. Não significava que aquela população não estava morta. Ela estava viva e, muitas vezes, praticando elementos da sua cultura sem que os colonizadores tivessem preocupação com isso. O que eles queriam saber é quantos índios iriam precisar para trabalhar na usina, na construção do forte, para guerrear outros índios, ou para guerrear os franceses. Então, estavam *submetidos*.

Mas certas práticas e rituais a própria administração não estava muito interessada. Os missionários perseguiam os pajés porque queriam que o cristianismo fosse uma coisa internalizada por aquela população. A primeira coisa que fizeram em Salvador foi um colégio de menores, que os Salesianos e outros fizeram. Sequestraram cordialmente as crianças, e a estratégia foi criar aquelas crianças com outra cabeça, diferente da cabeça da vida da aldeia.

Tudo isso era considerado positivo. Várias escolas agrícolas foram administradas por religiosos também, para tirar as pessoas da vida da localidade e serem submetidas a outro aprendizado.

3. A urbanização é bem construída na cabeça e no dis curso das pessoas, em geral. As condições típicas da vida rural também.
- ✓ Quais são os pressupostos da ideia de urbanização?
 - ✓ Como é para os povos indígenas a visão ocidental sobre esse processo de urbanização?

Existem alguns pressupostos da ideia de urbanização. Ter TV, morar em casa de tijolo, ter água, luz, não são as condições típicas da vida rural. No entanto, as pessoas podem isso sem sair para a cidade. Podem ter isso dentro da aldeia. As pessoas têm orelhão, têm telefone, têm antena parabólica, tem muitas coisas. A situação é que mudou como um todo. Estes canais de informação não são mais reduzidos à cidade, já chegam ao interior e às áreas rurais onde estão as aldeias também. As pessoas já são criadas com uma grande carga de informação. E isso já traz para elas uma certa duplicidade em relação à cultura...

Ao mesmo tempo em que o indígena vai a um ritual, assiste na TV o que acontece na cidade, no Rio e em SP. Vê rapazes e moças, sabe sobre drogas, tudo o que faz parte da vida das pessoas e, geralmente, o que aparece não é nunca uma parte das cidades reais. É sempre a de 5% ou 10% da população das cidades, que é a classe média alta. E o que é jogado para o interior não é uma situação de dentro de uma favela. O que vai aparecer em uma praia, em um condomínio de luxo, é das maravilhas da cidade. Não dos problemas que a cidade tem também.

Este processo de urbanização é uma coisa muito antiga dentro da cabeça de todo o mundo ocidental. Ele parte de uma diferença, que seria imaginar o tradicional, o rural, onde as

pessoas vivem com tradições, com comandos locais, com orientação religiosa, com rituais, com crenças, e do outro lado a civilização, que vem através das estruturas do Estado, vem através da capital, vem através da cidade, vem através da escola, vem através dos serviços médicos. Vem através de toda esta atuação do Estado, que lá de cima da capital ele está jogando cultura, lá para dentro daquelas áreas.

Então, a ideia da urbanização é um processo que de certo modo faz parte há 500 anos da história do Ocidente. Ao mesmo tempo que se descobre a América, também está acontecendo um processo de urbanização muito forte em toda a Europa. O mesmo que acontece aqui, tomando as terras dos indígenas, também acontece na Inglaterra, por exemplo, quando inicia a Revolução Industrial. É o processo de cercamento dos campos.

Começa um processo de produção de lãs e tecidos, começa a fazer criações maciças, tomando as áreas que eram para a subsistência dos camponeses, direcionando para esta atividade que vai dar origem à manufatura dos tecidos. Esta é a primeira indústria capitalista do mundo. Então, este processo vai acontecer lá também. Mas com a visão de que todos têm, transformando as coisas em coisas naturais, é como se fosse alguma coisa que não é causada por nada, uma fatalidade, faz parte de uma necessidade, é irreversível. As pessoas, depois de terem passado um período na cidade, aprendendo a educação escolar, aprendendo a ler e a escrever, vendo os meios de cultura, etc., elas não irão nunca mais se integrar dentro das aldeias e se conectar lá dentro.

Tudo isso é história, mas é uma visão ruim para os indígenas. É uma visão preconceituosa, quando vemos dentro das aldeias caciques tradicionais, chefes tradicionais, como se tivessem amarrados em um cercado. Muitas vezes migraram e tiveram histórias muito longas fora da sua área, trabalharam

em construção em SP, outros foram policiais, trabalharam em sindicato.

Em muitos casos o indígena sai e depois volta. É muito bonito sim, casam e moram lá dentro. Parecia que nunca mais ele ia se integrar. Ele entrava na aldeia até com um ar de desprezo com os índios, queria beber água mineral para mostrar que era diferente, andando de bota, etc.. Mas com o tempo ele se reintegra, se casa, tem filhos. Isso faz parte da vida, em um determinado momento ele se encantou, mas aquilo não era o objetivo dele. A medida em que ele se integrou a uma vida familiar, ele perdeu essa direção. É muito importante tirar essa visão da história do ocidente, que está marcada pela categoria do indivíduo, cada pessoa isolada. E não é bem assim para os povos indígenas. Vivem dentro de famílias, vivem dentro de redes, parentelas. Essas pessoas, de certa forma, governam o que cada índio faz. Ele não é um escravo da sua família, mas tem obrigações com ela e vive dentro daquela rede.

4. O Prof. João Pacheco cita em sua aula, um levantamento feito por ele sobre informações de índios em cidades. Neste levantamento, aparece uma série de coisas importantes, porque a informação de cada índio, embora venha de regiões distintas, é um fenômeno nacional.

- ✓ Que situações foram citadas na aula e o que os índios fazem para se defender do preconceito?
- ✓ Existe uma separação em rural e urbano? Uma vez na cidade, jamais índio?

Para desmontar o preconceito contra os povos indígenas, uma das coisas a se fazer é trabalhar com a diversidade de situações. O Prof. João Pacheco cita em sua aula, um levantamento feito por ele sobre informações de índios em cidades. Neste levantamento, aparece uma série de coisas importantes, porque a informação de cada índio, embora venha de cada região, é um fenômeno nacional.

Por exemplo, uma pesquisadora fez um levantamento premiado em 1994, em Boa Vista, em que ela falava de 12 mil índios. Hoje, essa população está acima de 300 mil. Ela fez a pesquisa com os índios Macuxi, que trabalhavam na lixeira pública, e era o único lugar em que os índios estavam agrupados. Existia uma associação de indígenas trabalhando lá, mas não eram só indígenas, e era muito violento. Outra informação é que esta população está toda distribuída, não formam bairro. Este é um problema da sociedade de Roraima, onde tem muros pichados "Fora FUNAI", "Vamos acabar com os índios", "Fora o bispo". Eles querem acabar com o índio, é uma sociedade montada na exploração e na ação contra os índios. Essa ideologia vai do governador ao procurador, os índios não têm aliados lá dentro, independentemente de partidos políticos, todo mundo tem a mesma postura. Então, os índios vão para a cidade e não querem reconhecer-se enquanto indígena. Ficam invisíveis para não terem problemas. Ficam distribuídos no meio da população.

Em Boa Vista, essa situação muda em certos casos. Existem algumas iniciativas e ações, como um núcleo dentro da universidade, um grupo trabalhando com cultura indígena, uma escola indígena ensinando a própria língua, são experiências novas. Então, os indígenas dentro da sua cidade estão aprendendo a sua cultura, as crianças estão tendo essas experiências. Está começando uma mudança apesar de o governo estadual ser completamente contra, mas o governo não consegue comandar tudo que se faz. Às vezes, dentro de uma secretaria tem alguém a favor, e consegue alguma coisa lá.

O Prof. João Pacheco fez um levantamento e apurou que existem índios em cidades, com notícia de jornal, com estudo, em vários lugares, como Boa Vista, Porto Alegre, Rio Branco do Acre, Assis Brasil, Manaus, Lábrea, Altamira, Curitiba, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Campo Grande... E existem muitos indígenas em cidades. Não porque escolheram ficar em cidade, mas porque foram pressionados, desalojados, e a única alternativa era ficar submerso, embaixo da represa ou ficar numa cidadezinha que criariam à margem do rio. No caso dos Funi-ô é o contrário. Primeiro existiu o aldeamento de Ipanema, depois este aldeamento foi tomado e invadido, e hoje a área dos Fulni-ô é um bairro dentro da cidade. Mas é discriminado, com as piores condições de esgoto, piores condições urbanas, mas é no centro da cidade, a Catedral, inclusive, nasceu lá dentro.

Existem situações muito diversas, que são importantes. Aparecem formas de organização como, por exemplo, do Porto Alegre. Os índios se articularam, têm desde poucas áreas, duas áreas, que eles chamam de aldeias urbanas. São núcleos pequenos de 20 casas onde eles permanecem.

Mas também tem outros lugares que são de circulação. São as áreas de troca, vivem muito da venda de artesanato, através do mercado municipal, do Parque Farroupilha, e outros lugares habituais. Eles circulam pelo espaço urbano tal qual como se estivessem dentro da área rural.

E tem as áreas da coleta. A coleta não veio da aldeia nem veio da área rural. Eles fazem a coleta de semente dentro da área do grande Porto Alegre. Então, na realidade, eles estão em um território. Não é um território contínuo como o rural, mas é um território convivido com os brancos e onde eles têm certa forma de exploração também bem definidas. Existe dentro disso como uma associação de feirantes indígenas. Mas em Porto Alegre acontece uma coisa parecida com o que

existia em Boa Vista: as pessoas ainda não estão aglutinadas em bairros adensados, elas estão bem distribuídas. A ideia é deixar de ser índio. Quem vai para Porto Alegre não vai para ser artesão, vai para tentar desaparecer dentro da sociedade, não ter muito retorno de composição de um grupo.

A situação das pequenas cidades é diferente das grandes. Muitas vezes o índio vai mesmo para estudar, para trabalhar, mas essas cidades são próximas das aldeias. Então, a relação é mais próxima, elas dificilmente são consideradas fora do território indígena. Porque também são indígenas mais articulados com a luta pelo território. Geralmente, são lideranças, têm uma atuação dentro desse grupo, conseguem afirmar os interesses indígenas perante os outros. Mas é possível falar também do nordeste, em Pesqueira, tem certos agrupamentos, em alguns lugares dentro do perímetro urbano.

Tem outras iniciativas acontecendo em Manaus. Os Sateré-Mawé têm estrutura, têm escola. Tem pessoas de procedência de vários povos.

Não é possível separar em rural e urbano. Não é verdade que se tem uma linha irreversível de que se o índio largou o rural e entrou no mundo da modernidade não volta mais. Essas pessoas estão em bairros e estão conectadas com a vida das aldeias, elas participam de ritual, falam a língua, etc. Muitas vezes o que se tem de argumento para desmontar estas ideias, é apelar para a complexidade. A pessoa deve estudar mais, viajar mais, para entender que é mais complicado do que ela acha que é.

5. Decididamente, os povos indígenas e suas demandas mudaram.

- ✓ Qual é a grande marca dessa mudança e o que ajudou a mudar?
- ✓ O Prof. João Pacheco cita o exemplo de uma cidade e de três grandes demandas. Que cidade é essa, quais são essas demandas e qual o significado político para o movimento indígena?

Os povos indígenas que estão dentro das cidades já estão criando demandas absolutamente diferentes, e realidades diferentes das que eram colocadas antes. Não é mais aquela ideia de se pulverizar e desaparecer no meio dos brancos. Isso era uma coisa de 30 ou 40 anos atrás, agora já não é mais assim. E não é uma coisa que depende de um lugar ou do outro. Por exemplo, em São Paulo, além dos Pankararu, tem três aldeias Guarani, que são dentro da cidade, situadas em diferentes lugares. Tem escola e ensinam a falar Guarani, isto dentro de São Paulo. E tem uma educação diferenciada sim. E também em Manaus, e tem outras mistas de várias procedências, que estão sendo organizadas ao longo do tempo. Já é um cenário diferente. Antes os que iam para Manaus, queriam se pulverizar lá dentro, agora estão querendo marcar posição.

O que ajudou a mudar, foi a influência da existência da COAB lá dentro, o debate sobre os índios, uma nova visão em relação à cultura... Eles estão querendo fazer uma afirmação de cultura, fazem a festa dentro da área, vendem artesanato, e está sendo uma alternativa econômica estruturada.

Em Manaus tem uns dados interessantes. Foi feito um levantamento da Secretaria Municipal de Educação, pois haveria

um público de 1500 crianças em idade escolar que seriam objeto de ação escolar, de uma educação específica. O que justifica a presença e a contratação de professores indígenas pelo município. E mais impressionante, já são 280 índios fazendo ensino médio, considerando a pirâmide educacional brasileira, não é pouca coisa.

No caso de Manaus também, em 2005, na eleição para prefeito, os índios levaram um documento interessante, que marca a proposta política dos índios que moram nessas áreas. A primeira coisa que eles querem é escola, uma escola diferenciada onde possam estudar um pouco da sua cultura, aprender a língua. Além disso, viver como se vive dentro de uma família indígena, onde fala uma língua, onde se comunicam. A segunda coisa era ter um atendimento em relação à saúde, e a terceira era uma coisa muito séria, porque a presença dos indígenas em cidades está nas piores áreas, onde tem mais riscos de desmatamentos, de inundações, de quedas de barreiras, de remoção das áreas de risco. Era um programa com essas três reivindicações. O cenário está mudando, está surgindo uma nova reivindicação, uma personalidade nova em relação às demandas dos indígenas dentro das cidades, já não é mais uma coisa menor. É uma coisa que tem significação política. E os governos começam a gerar estruturas para responder a isso, conselhos municipais, secretarias especiais, para entender e discutir essas demandas.

6. Índios que vivem em comunidades consideram índios rebeldes aqueles que se manifestam e que vivem em cidades, sem viver a cultura indígena. É praticamente uma traição.

- ✓ Qual a sua opinião a respeito dessa questão?
- ✓ Quais os critérios para considerar um índio e um não índio?

Quando se trata dos índios, dos pobres, existe muita manipulação, não podemos entrar no jogo. Usar o critério de não índio para aqueles que vivem fora das aldeias, é muito complicado. E os que vivem e se casaram com não índios? Os que estudaram? É um critério que politicamente não é bom ser usado.

Existe sim uma linguagem local, para resolver os problemas locais. Não é para ser para o movimento nacional. As questões dos padrões, a comunidade local sabe o que é a cultura dela. A linguagem que a imprensa formula e que as próprias leis formulam, são armadilhas.

Não tem sentido ficar acusando ninguém de aculturação. Se ele está dentro de uma rede de luta, se está articulado à rede, ele é índio. Essa linguagem de discriminar é da Funai.

É importante ter clareza quem é que faz isso, separar quem é índio e quem não é índio. É a FUNAI que tem a preocupação de que o bem é limitado, a capacidade dela de demarcar terra é limitada, está cheia de problemas em tudo o que é lugar, é lenta, não quer que aumente a lista de demandas dela. Faz isso manipulando, faz isso de um modo espúrio. Já não demarca terra, é enrolada, não quer mais índios. Quando vem um índio da Amazônia, eles dizem: "aqueles caboclos do nordeste vem pedir terra, não são mais índios". Então, isso faz parte de uma conversa que é a conversa do Estado, mas os povos indígenas devem ter clareza que sua luta é uma luta vitoriosa, os índios estão fazendo um novo Brasil, uma nova moldura de Nação. Estão criando a possibilidade de serem brasileiros e serem diferentes. Pode ser índio no Japão, na cidade, em qualquer lugar. Não é refém, não precisa estar encapsulado dentro de uma só cultura. Esta foi uma visão errada que o branco criou, para fazer exatamente o que os brancos criaram de mecanismos tutelares para as nações indígenas. Agora, a ideia é que os índios não vivam mais tutelados. O índio pode ser muitas coisas. Pode ser índio, pode ser

sindicalista, pastor, músico, surfista, jogador de futebol... E não deixa de ser índio por causa disso. O índio é ser humano, não tem de absorver esta ideia tradicional.

7. O Prof. João Pacheco propõe uma leitura do mapa do Brasil, baseado em um material do IBGE.

- ✓ Qual a análise que o Prof. João Pacheco faz da relação entre as áreas em branco com as populações indígenas do passado e as atuais?
- ✓ Como foi essa construção histórica do mapa do Brasil?

O Brasil está mudando! Ao analisar o mapa, é possível perceber que o Brasil era todo de terras ocupado por índios. Essas terras não eram dos portugueses ou dos franceses. Eram terras dos índios! Essas áreas onde estão brancas são áreas onde não existem mais índios, onde terminou a presença indígena no Brasil. É possível observar que são poucas, mas dentro da área da Amazônia são grandes, mas são, provavelmente, seringais que foram ocupados na era da borracha, onde o relacionamento com os índios era de assustar ou matar. Então, eles foram expulsos. Mas tem áreas amarelas, que são de maior presença indígena também.

A conclusão que estão fazendo, geralmente a mídia, é de que nas 20 áreas que tem mais índios no Brasil, 10 são capitais. A leitura que se faz é que os índios avançaram muito no processo de "civilização", e que eles não precisam mais de tanta terra assim. Eles já estão em grande parte dentro das cidades, eles já são até um problema para a administração urbana. Este raciocínio está implícito!

É importante perceber que todo o mapa do Brasil foi uma construção histórica. As populações indígenas do litoral não desaparecem, elas são colocadas em aldeamentos missionários, dominadas e incorporadas dentro de fazendas e usinas. Muitas continuam a existir até o séc. XIX. Muitas saíram e ocuparam outros lugares, para onde não havia uma pressão demográfica e econômica contra elas. Por exemplo, a parte do sul da Bahia e certas partes de Minas Gerais, apesar do primeiro avanço dos colonizadores ser na costa, a área dos Pataxó, a conquista pelos brancos aconteceu no momento em que estava desencadeando o cacau. Até esta época os índios viviam lá tranquilos, em alguns casos até viviam católicos, cristãos, mantinham relações com a sociedade, relações econômicas. E outros viviam isolados e só vieram ter o primeiro contato na década de 1930. Então, a presença indígena é mantida lá dentro da Mata Atlântica.

Na parte do Sertão é possível perceber que são áreas ocupadas por missões. Primeiro, preservaram aquelas áreas contra os ranchos, as Casa da Torre, a pecuária e, depois, a população ficou, mas teve a sua condição indígena sempre afirmada. Muitas populações não estavam restritas aos lugares de missão. As missões eram criadas em áreas onde haviam missionários, existiam muitos índios fora dessas áreas. Também no Ceará é um caso parecido, não tem aldeamentos missionários, mas tem muita presença indígena nesta parte do sertão. Em Minas gerais, por exemplo, havia uma proibição de criar aldeias religiosas em lugares onde tinha produção de ouro, então eles viveram em fazendas e viveram arranchados dentro das fazendas. Existem casos de escravização, de violência, de entrada na sociedade nacional, casamentos mistos com brancos, com negros, isso fez parte do processo.

8. 8. Existe hoje uma discussão interna no movimento indígena a respeito dos direitos sobre as terras.
 - ✓ Que discussão é essa?
 - ✓ Qual o sentido hoje do movimento indígena a respeito dessas terras rurais?

De fato, ser índio não é mais ser primitivo, atrasado, ser alguém que não tenha direitos. Então, as conversas são estabelecidas com alguém que é portador de direitos, e isso muda totalmente o cenário. O que está acontecendo em todas as áreas rurais reflete isso. As pessoas, alguns líderes dos povos se mobilizaram para lutar por determinadas terras, mas têm muitos povos que não se mobilizaram há décadas atrás. Alguns diziam que não queriam fazer negócio com a FUNAI, que se entediavam melhor com o município, ou com os patrões, e não se podia insistir.

É claro que o pensamento deles depois mudou, e agora chegam lá e falam que querem terras sim. É importante que as lideranças que tiveram visão, afirmem a correção do ponto de vista deles. Afirmem que estavam equivocados, mas chegaram aonde o movimento queria.

Mas é hora de tentar incorporar sim, o movimento vai crescer e quanto mais forte ele for, quanto mais gente ele tiver, mais efetiva vai ser a pressão dos indígenas.

É importante que este Senso traga dois milhões de indígenas. Não é crescimento demográfico que o senso marca. E municípios onde aparecem percentuais indígenas, não existe nenhuma área indígena mobilizada ainda. O que está acontecendo com estas áreas? São aproveitadores? O Prof. João Pacheco acha que não. Que são famílias que sempre tiveram

uma pressão muito forte contra eles, nunca tiveram nem um apoio do SPI, de missão, de instituição de nenhuma espécie. Então, eles estavam tentando se esconder entre eles. Quando sentem que têm alguma possibilidade de reivindicar direitos, voltam a se apresentar e quando se analisa a documentação histórica sobre essas áreas, eles não deixaram de ser índios. Quando tem alguma documentação histórica, relatam: "passei em determinada área e tinha uns índios ali, do séc XVIII, XIX...". A documentação policial também aponta que muitas vezes quilombos foram apoiados pelos índios de dentro da área. Existe uma caboclicização, mas perdeu a língua. Perdeu a língua, mas não perdeu a cultura nem a identidade. É um problema das condições de dominação que foram feitas. Mas o caminho é fazer com que a geração de 30 anos atrás não ignore isso. Se ela não sabe, é porque foi obrigada a esconder esta condição indígena, esconder a língua, os rituais, ficar invisível diante da sociedade.

O sentido da ação é ampliar, fortalecer e reconhecer o direito destas populações, e não se deve endossar a FUNAI, que diz que são os clientes da reforma agrária conversando com um funcionário da Funai. Mas não são! Eles não são trabalhadores rurais, eles são índios! Eles não chegam lá dizendo: eu quero uma terra. E sim uma coletividade, famílias que querem uma terra juntos, não querem uma terra isolada. Então, isso é uma comunidade indígena.

04 – Povos Indígenas e o Estado no Brasil: de 1960/2000.

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Analisar o contexto político pré ditadura militar e o perfil político de ex-presidente João Goulart.
- ✓ Explicar o marco da mudança do primeiro período do Golpe Militar para o segundo e com o endurecimento da ditadura militar o projeto de país que se instaura.
- ✓ Identificar o surgimento da questão indígena relacionada ao projeto de Brasil grande e como a ditadura é contextualizada pelo Prof. Paulo nesse período.
- ✓ Interpretar o fato marcante que a ditadura cria para as populações indígenas, que gera uma indignação no Brasil, no seu período de abrandamento, e uma importante intervenção feita na época, por uma liderança indígena, citada pelo Prof. Paulo em sua aula.
- ✓ Explicar como se desenha o fim da ditadura e o surgimento das novas entidades de representação do povo brasileiro e como é o processo de construção

da União das Nações Indígenas.

- ✓ Identificar como foi o final da ditadura militar no Brasil, a eleição do Tancredo Neves e José Sarney e qual o seu principal compromisso.
- ✓ Interpretar como foi o processo das subcomissões dentro da Constituinte, em especial da indígena, o enfrentamento que aconteceu dentro do Congresso, qual a grande vitória dos povos indígenas e como isso se refletiu na Constituição de 1988 para eles.
- ✓ Analisar a chegada da primeira eleição para presidente no Brasil depois da ditadura militar, o que acontece com os principais candidatos, como fica o país em relação às conquistas alcançadas com a eleição do Collor, o que ele faz para se legitimar frente à sociedade e como ficam as lutas dos povos indígenas.
- ✓ Explicar porque grandes organismos financiadores de obras de Estados nacionais passaram a se preocupar em investir no Brasil, as consequências disso e o reflexo imediato dessa mudança para os povos indígenas.
- ✓ Explicar sob que perspectiva o governo Fernando Henrique propôs avanços para os povos indígenas e quais as consequências desses avanços são apontadas pelo Prof. Paulo em sua aula.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha pontos de observação específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula do Prof. Paulo Maldos.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.
- 1. Para resgatar a história, o primeiro tópico é a ditadura militar, nos anos 1960, 1970, e a sociedade brasileira.
- 2. Entre 1964 e 1968, o primeiro período da ditadura militar, foi de reorganização da sociedade brasileira, dos EUA, dos militares, em que combinou-se que seria a manutenção de um certo nível de aparência democrática, dos partidos, de certa liberdade na sociedade, da imprensa relativamente livre, dos artistas e cantores trabalhando, de publicação de livros, do teatro e da cultura urbana.
- 3. Em dezembro de 1968 o Brasil mergulha em um escuro profundo.
- 4. A partir de 1977 até 1985 volta certa liberação da sociedade brasileira e voltam os movimentos e as críticas.
- 5. A partir de 1977 a sociedade e os povos indígenas começaram a se mover para combater a ditadura e em todo o país havia essas mobilizações sociais que questionavam a ditadura.

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula da Prof. Paulo Maldos, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. Uma das coisas que sempre foi enfatizada pela Funasa, é a questão da melhoria da saúde indígena.
 - ✓ Como está a saúde da população indígena no Brasil?
 - ✓ Existe um sistema de informação da saúde indígena? Isso é importante?
2. No primeiro período da ditadura militar, de 1964 até 1968, foi um momento de golpe. Todas as instituições foram fechadas e os partidos políticos extintos. Depois criaram dois partidos políticos, a ARENA e o MDB, que eram conhecidos como o partido do sim e do sim senhor. A partir de 1968 tudo muda.
 - ✓ Qual o grande marco dessa mudança?
 - ✓ Com o endurecimento da ditadura, qual o projeto de país que se instaura?
3. A ditadura militar impõe ao país grandes projetos de ocupar a Amazônia, grandes projetos de desenvolvimento, barragens, estradas.
 - ✓ Como surge a questão indígena relacionada ao projeto de Brasil grande?

- ✓ Como a ditadura é contextualizada pelo Prof. Paulo nesse período?
4. A partir de 1977 até 1985 entra um novo período da ditadura, um pouco mais branda.
- ✓ Qual o fato marcante que a ditadura cria para as populações indígenas, que gera uma indignação no Brasil?
 - ✓ Comente uma importante intervenção feita na época, por uma liderança indígena, citada pelo Prof. Paulo em sua aula.
5. partir das lutas no campo contra a emancipação, e nas cidades também, começam a se intensificar as lutas contra a ditadura.
- ✓ Como se desenha o fim da ditadura e o surgimento das novas entidades de representação do povo brasileiro?
 - ✓ Como é o processo de construção da União das Nações Indígenas?
6. O Prof. Paulo cita em sua aula: Em nível nacional, temos, então, uma ditadura que perde força. Com toda a sua violência, com toda a violência que foi criada. E ganha críticas.
- ✓ Como foi o final da ditadura militar no Brasil?
- ✓ Como foi a eleição do Tancredo Neves e José Sarney e qual o seu principal compromisso?
7. Na Constituinte, a questão indígena, em especial, a luta não foi fácil.
- ✓ Como foi o processo das subcomissões dentro da Constituinte, em especial da indígena, e o enfrentamento que aconteceu dentro do Congresso?
 - ✓ Qual a grande vitória dos povos indígenas e como isso se refletiu na Constituição de 1988 para eles?
8. Lula representava o fim da ditadura. Collor o continuísmo.
- ✓ Com a chegada da primeira eleição para presidente no Brasil depois da ditadura militar, o que acontece com os principais candidatos?
 - ✓ Collor eleito, como fica o país em relação às conquistas alcançadas e o que ele faz para se legitimar frente à sociedade? E como ficam as lutas dos povos indígenas?
9. O Prof. Paulo pontuou em sua aula o surgimento das ONGs no Governo Collor.
- ✓ Como que grandes organismos financiadores de obras de Estados nacionais passaram a se preocupar em investir no Brasil? Quais as consequências disso?
 - ✓ Qual o reflexo imediato dessa mudança para os povos indígenas?

10. O governo Fernando Henrique Cardoso, embora mantendo concepções da ditadura, fez avanços para os povos indígenas.
- ✓ Sob que perspectiva o governo Fernando Henrique Cardoso propôs avanços para os povos indígenas?
 - ✓ Quais as consequências desses avanços são apontadas pelo Prof. Paulo em sua aula?
11. O fim do governo Fernando Henrique Cardoso foi melancólico, muito aquém das realizações democráticas que se esperava, e com muita dificuldade econômica.
- ✓ Qual a relação e expectativa do movimento indígena com o candidato Lula?
 - ✓ Como foi a relação do movimento indígena com o Presidente Lula? Quais as estratégias adotadas e os exemplos citados pelo Prof. Paulo em sua aula?

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu as 3 (três) frases mais representativas para cada assunto:

- ✓ 1. Para resgatar a história, o primeiro tópico é a ditadura militar, nos anos 1960, 1970 e a sociedade brasileira.
- ✓ 2. Entre 1964 e 1968, o primeiro período da ditadura militar, foi de reorganização da sociedade brasileira, dos EUA, dos militares, em que combinou-se que

seria a manutenção de um certo nível de aparência democrática, dos partidos, de certa liberdade na sociedade, da imprensa relativamente livre, dos artistas e cantores trabalhando, de publicação de livros, do teatro e da cultura urbana.

- ✓ 3. Em dezembro de 1968 o Brasil mergulha em um escuro profundo.
- ✓ 4. A partir de 1977 até 1985 volta uma certa liberação da sociedade brasileira e voltam os movimentos e as críticas. 5. A partir de 1977 a sociedade e os povos indígenas começaram a se mover para combater a ditadura e em todo o país havia essas mobilizações sociais que questionavam a ditadura.
- ✓ Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudou sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção

1. Na década de 1960, vivia-se um momento histórico para os países da América Latina, com processos de urbanização bastante intensos e demandas sociais crescentes no sentido de reformas, de mudanças e democratização das suas sociedades.
- ✓ Em que contexto político vivia o Brasil pré ditadura militar?
 - ✓ Qual o perfil político do ex-presidente João Goulart?

Ainda que de cunho capitalista, dentro desses movimentos

de aprofundamento das democracias, havia lutas por reforma agrária, por melhorias salariais, por reformas educacionais. Logo, eram vistos com desconfiança pelas elites nacionais e internacionais, principalmente, pelos Estados Unidos. E não demorou muito para serem colocadas como marco: são comunistas, querem tomar o poder e levar o Brasil para o campo socialista. Mesmo movimentos extremamente localizados como as ligas camponesas, no Nordeste, que eram lutas por terras, de populações extremamente empobrecidas, eram caracterizados como comunistas.

Esses movimentos eram vistos como ameaçadores. O Brasil vivia naquele momento uma mudança institucional. Tinha sido eleito em 31 de janeiro de 1961. Em 25 de agosto de 1961, o Presidente Jânio Quadros renunciou à presidência.

Há várias leituras para essa renúncia, o que ele queria de fato, voltar nos braços do povo, com mais força... Mas ele renunciou, várias coisas aconteceram, ele não voltou, e quem ficou como presidente foi o vice João Goulart.

Jango era um latifundiário do Sul, mas um presidente de perfil progressista. Tinha participado do início do governo de Getúlio Vargas. Exercia uma boa relação com os sindicatos, pois foi um dos negociadores dos 100% do aumento do salário mínimo no período dos anos 1950. Um presidente com boas relações com os trabalhadores do campo e da cidade. Além disso, possuía uma base social muito forte e progressista, no sentido de defender a abertura diplomática e econômica do Brasil como um todo. Inclusive, no momento em que Jânio renunciou, ele estava visitando a China comunista. Já era visto com muita desconfiança pelos militares brasileiros, pelas elites e pelos Estados Unidos.

Ao voltar, passou por um processo de negociação para assumir o poder, mas sempre em uma situação muito instável. Isto, em um momento de guerra fria. Era visto como perigoso, como um presidente que queria escapar da órbita norte-americana e levar o Brasil para o campo socialista.

Teve, então, toda uma articulação interna da oligarquia, da direita brasileira, dos militares com os Estados Unidos, e em 1964 tivemos o Golpe Militar. O Golpe derrubou João Goulart, que foi para o exílio no Uruguai e os militares implantaram um regime de ditadura no Brasil que durou de 1964 até 1985.

2. No primeiro período da ditadura militar, de 1964 até 1968, foi um momento de golpe. Todas as instituições foram fechadas e os partidos políticos extintos. Depois criaram dois partidos políticos, a ARENA e o MDB, que eram conhecidos como o partido do sim e do sim senhor. A partir de 1968 tudo muda.

- ✓ Qual o grande marco dessa mudança?
- ✓ Com o endurecimento da ditadura, qual o projeto de país que se instaura?

Em 1968, o mundo inteiro se vê em um momento importante. Maio de 68, na França, foi um marco para o mundo, em que estudantes passaram a se rebelar contra as estruturas muito rígidas das Universidades como Sorbonne, por exemplo, e isso foi contaminou outros países da Europa. Foi também para os EUA, e foi um período de questionamentos da sociedade capitalista, do mercado, da mercantilização da vida. 68 para cada país teve algo em comum e de diferente também. No Brasil, nós também tivemos 68! Em São Paulo, no Rio de Janeiro, protestos de rua, tensões nas universidades.

Em São Paulo temos um caso famoso dos estudantes de filosofia da USP, na mesma rua que a Universidade Mackenzie, privada, cara e que defendia a ditadura, o embate foi na própria rua entre estudantes da universidade pública e da privada. Era uma situação grave, de um partindo para cima do outro, às vezes armados. De novo, a sociedade brasileira em 68 estava muito mexida, com muitos movimentos de artistas.

No Rio de Janeiro, em um conflito contra a alta dos preços da comida no restaurante Calabouço, o estudante Edson Luís foi morto a tiros pela polícia e isso gerou uma comoção muito grande na cidade e no país. Houve um protesto contra a morte do estudante e contra a ditadura, a famosa passeata dos cem mil, com artistas, intelectuais, estudantes e a sociedade em geral.

O clima era de tensão muito forte na sociedade brasileira e, então, em Brasília, um deputado chamado Marcio Moreira Alves, que era do MDB, o partido da crítica consentida, vai para o plenário da Câmara e faz um discurso contundente contra a ditadura militar e foi um pretexto para o que se chama de golpe dentro do golpe. E se na ditadura de 64 a 68 se admitia debate, a crítica até certo ponto, a partir de 68 não mais. A ditadura legislou a partir de atos institucionais, e em 13 de dezembro de 1968, foi feito o Ato Institucional número 5, o AI-5. Este ato institucional deixava na mão do presidente a possibilidade de intervir em qualquer espaço político do país, fosse Câmara Municipal, Assembleia Legislativa, Congresso Nacional, e concentrava o poder absoluto no presidente ditador militar. E abria uma nova fase da ditadura.

De 1969 em diante a ditadura passou a ter outro caráter, muito mais dura, perseguindo com muito mais força todos os opositores, impedindo qualquer questionamento e se lançou num macro projeto de Brasil potência, de Brasil grande, que ia dar um salto em termos de crescimento. Na

verdade, pegou uma época favorável no mundo, em que o petróleo tinha gerado um capital excedente, que o poder dos países centrais com os royalties do petróleo estavam emprestando muito dinheiro a custo baixo ao mundo inteiro. A ditadura empresta muito dinheiro nesse período. A dívida externa brasileira é resquício desse momento.

3. A ditadura militar impõe ao país grandes projetos de ocupar a Amazônia, grandes projetos de desenvolvimento, barragens, estradas.
 - ✓ Como surge a questão indígena relacionada ao projeto de Brasil grande?
 - ✓ Como a ditadura é contextualizada pelo Prof. Paulo Maldos nesse período?

No segundo período da ditadura militar, depois do AI-5, é aí que atinge a questão indígena, pois abrem-se muitas estradas na floresta Amazônica. A ditadura lança Amazônia, terra sem homens para homens sem-terra.

A Rodovia Transamazônica, que começa na Paraíba e vai até o extremo oeste do Amazonas, a Perimetral Norte, Além-Brasília. Todos esses projetos causam um processo de genocídio nas populações indígenas.

Essa concepção de Brasil grande, Brasil potente, começa a ocupar a Amazônia despovoada, segundo eles. Cortam inúmeras estradas, desenvolvem grandes projetos agropecuários, subindo do Paraná, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre etc. Enormes projetos de ocupação, grandes fazendas de gado, e tudo isso ao custo de uma repressão violenta da sociedade brasileira.

Caso existisse uma sociedade livre, com imprensa livre, academia livre iria ter muita crítica. Não conseguiriam levar esses projetos adiante. Mas fizeram a ferro e fogo, impedindo a crítica, com muita censura. Havia um censor que selecionava as matérias jornalísticas, fotos, desenhos, teatro, música, televisão... A sociedade brasileira ficou sufocada e todo o calor que vinha da militância dos anos 60 não teve para onde ir. E foi por isso que vários grupos propuseram enfrentar a ditadura pela luta armada e mais de setenta grupos foram criados no Brasil, mas foram todos dizimados, com seus militantes presos, torturados, assassinados, exilados.

Em 1975 foi detectada uma reunião no comitê central do Partido Comunista Brasileiro, onde muitos foram assassinados e presos. Em 1976, em São Paulo, foi detectada outra reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil e figuras conhecidas como Pedro Pomar, que foi constituinte em 1946, estavam presentes. A casa foi cercada, bombardeada por canhões e todos morreram, até a empregada doméstica. Só quem estava fora naquele momento se salvou.

4. A partir de 1977 até 1985 entra um novo período da ditadura, um pouco mais branda.
 - ✓ Qual o fato marcante que a ditadura cria para as populações indígenas, que gera uma indignação no Brasil?
 - ✓ Comente uma importante intervenção feita na época, por uma liderança indígena, citada pelo Prof. Paulo Maldos em sua aula.

Marcante nisso foi que em 1977 a ditadura cria um decreto emancipando os índios. Queriam fazer um plebiscito, por aldeias, para que os índios decidissem se eram índios ou aculturados. Caso se considerassem aculturados a terra iria ser destinada ao mercado e eles seriam tratados como cidadão brasileiro branco. E para aqueles que não se considerassem, iriam criar reservas. Mas, no fundo, era uma grande manipulação dos militares, que queriam tirar a terra dos índios e entregar para esses grandes projetos, para as grandes empresas privadas.

Uma liderança da época, Daniel Cabixi, falou algo muito interessante: na verdade, a emancipação era para emancipar as terras para as empresas privadas e fazer com que as lideranças indígenas naquele período pudessem ser presas, como eram presos todos os outros brancos.

E o que seria prender uma liderança indígena naquele momento? Segundo Daniel Cabixi, era quebrar a coluna vertebral de cada comunidade. Você prende lideranças indígenas pela Lei de Segurança Nacional, que era a lei que a ditadura fez para prender artistas, intelectuais e lideranças políticas, e quebra cada povo indígena.

Isso cria uma indignação muito grande no Brasil, no período em que a ditadura havia acabado com seus opositores e, então, o decreto de emancipação permitiu que houvesse uma indignação e reação muito forte, e fizesse denúncias contra a ditadura, contra o massacre que queriam fazer dos povos indígenas no Brasil. Não nas ruas, pois não era permitido, mas em universidades, em anfiteatros, em teatros, onde fosse possível. E aí começam a surgir propostas de apoio ao índio, as comissões pró-índios, a união das nações indígenas do Brasil, todas surgem nesse calor da luta contra a emancipação.

Eles queriam implantar os grandes projetos e ignorar completamente a existência de povos indígenas na região. Não queriam nem saber se existiam ou não. A ditadura tinha um projeto do Ministro da Agricultura, chamado Projeto Rangel Reis, que simplesmente tinha o projeto de resolver a questão indígena no Brasil da seguinte maneira: até o ano 2000 não existiria mais nenhum povo indígena no país. Era um projeto de integração total dos povos indígenas do Brasil. Integrando, tirando território, empregando em fazenda. Estava escrito, não era segredo!

Naquela época, o dado que se alardeava era que existiam cem mil índios no país e que, em 30 anos, eles deveriam se extinguir e as terras seriam entregues aos projetos, às fazendas para agropecuária.

5. A partir das lutas no campo contra a emancipação, e nas cidades também, começam a se intensificar as lutas contra a ditadura.
 - ✓ Como se desenha o fim da ditadura e o surgimento das novas entidades de representação do povo brasileiro?
 - ✓ Como é o processo de construção da União das Nações Indígenas?

Em todo o país havia mobilizações sociais para combater a ditadura militar. Em 1977 é marcante também nas cidades o fato dos movimentos sindicais começar a questionar outra vez a questão dos salários, da inflação, da incapacidade de recuperação de compra dos salários etc. Em uma figura que fica conhecida exatamente em 1977 é o Lula, que era presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Em 1978 começam as primeiras greves, que eram totalmente proibidas. Em 1979 Lula é preso e daí para frente é greve, é prisão, é a volta para as ruas. Em 1977 os estudantes também voltam para as ruas. Estavam desde 1968 sem poder fazer nenhuma manifestação. E é o início do fim da ditadura. Os movimentos começam a surgir, dos camponeses, dos moradores de periferia, de favela, dos trabalhadores, dos povos indígenas.

Aos poucos começam a surgir organizações populares representativas desses setores. Os estudantes reconstróem a UNE, os sindicatos voltam a ter vida, a fazer greve, manifestações, questionamentos, surgem as associações de bairro. É exatamente nesse período, final dos anos 1970 e início dos anos 1980, que surge o Partido dos Trabalhadores.

As entidades sindicais surgem no país todos, para em 1982 chegar a uma grande articulação e criar uma grande Central Única dos Trabalhadores. Em 1983, em São Bernardo, é criada a CUT. e começamos a notar o surgimento das grandes entidades nacionais que temos até hoje, nesse período.

O movimento sem-terra, famoso até hoje, surge por causa dos índios. Porque no Rio Grande do Sul tinha latifúndios e a ditadura queria levar os camponeses para ocupar a Amazônia. Só que no Rio Grande do Sul tinha um grupo de camponeses que estava sem terra e que invadiu terras indígenas, sem saber que eram terras indígenas, os Nonoai. Foram expulsos pelos índios, mas como esse grupo não aceitava ir para a Amazônia, e invadir outras terras indígenas. Resistiram e ocuparam a encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul. E ficaram acampados por meses, puseram cruces e morreram crianças. Cada criança que morria colocavam uma fralda pendurada nas cruces. E eles ficaram ali denunciando a ditadura e não culpavam os indígenas de nada, porque sabiam que as terras eram deles. Mas ficaram ali e ali surge o Movimen-

to dos Sem Terra. Por que sem-terra? Porque expulsos pelos indígenas e expulsos pelos fazendeiros. Quem são aqueles da encruzilhada Natalinos? São os sem-terra! E ficou o Movimento Sem Terra.

Nos final dos anos 1970, surgem, então, todos esses grandes movimentos, CUT, MST, além das Pastorais, ligadas à Igreja Católica, e inspirados nessas organizações grandes surge a proposta das Uniões das Nações Indígenas. Como estavam surgindo grandes organizações nacionais de setores como mulheres, camponeses, trabalhadores, os índios começam a se mobilizar. O início foi com estudantes indígenas de Brasília e depois foi estendendo para outros setores. Durante o período da luta contra o Decreto surgiram muitas lideranças que passaram a vir nas cidades. Figuras como Álvaro Tukano, Ailton Krenak, Daniel Cabixi, vários Xavante, Caiapó e outros do Nordeste passam a vir às cidades e conhecer antropólogos, estudantes, conhecer essa movimentação toda. E nesse período surge a União das Nações Indígenas que era uma proposta de uma articulação nacional de índios e organizações regionais, haveria UNIS regionais. Em 1982 chegou a ter uma mobilização grande para discutir como seriam as UNIS.

Todas as entidades que surgiram contra o Decreto, deram apoio à criação da União das Nações Indígenas.

6. O Prof. Paulo Maldos cita em sua aula: Em nível nacional, temos, então, uma ditadura que perde força. Com toda a sua violência, com toda a violência que foi criada. E ganha críticas.
 - ✓ Como foi o final da ditadura militar no Brasil?
 - ✓ Como foi a eleição do Tancredo Neves e José Sarney e qual o seu principal compromisso?

O povo vai para as ruas denunciar os crimes de tortura, os assassinatos. Também exige liberdade de direitos políticos. A imprensa não respeita mais a censura. As pessoas escrevem, fundam jornais, peças de teatro, músicas, cinema... e não passam mais pelo censor.

E a ditadura começa a ruir.

E, por outro lado, surge o PT combatendo a ditadura. Com ele os outros partidos que estavam na clandestinidade voltam a surgir, como o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, dentre outros. E os movimentos sociais principalmente, como os movimentos indígenas, movimentos camponeses, a CUT. E eram coisas grandes. A CUT quando fazia greve reunia até 300 mil trabalhadores na rua, contra a ditadura.

Em 1983 surge a exigência do fim da ditadura e as eleições para presidente da República. O famoso movimento Diretas Já. Milhões de pessoas foram para as ruas exigindo as eleições diretas para presidente. Existia o calendário de eleições e o Congresso deveria indicar o próximo presidente em janeiro de 85. O Congresso Nacional era o legitimador da ditadura. Como não foi aprovada a lei das Diretas, com a pressão popular o Congresso Nacional acabou polarizando entre duas

indicações **civis**: Tancredo Neves, que vinha com apoio do movimento das Diretas, e Maluf como candidato da ditadura¹.

Tancredo foi eleito, na chapa com José Sarney, e com a eleição deles ficou marcado o fim da ditadura. Tancredo fica doente logo depois de eleito, não toma posse e Sarney assume a presidência. Tancredo morre em seguida.

Eles são eleitos com o compromisso de dar um fim à ditadura, de fazer a Assembleia Nacional Constituinte, que seria o momento em que toda a legislação do Brasil seria refeita. Iria se reorganizar o Brasil na democracia, com liberdade de sindicatos, com liberdade de partidos políticos, etc. O povo percebeu que o seu futuro estava em jogo e começaram os movimentos para interferir na Constituinte, fazendo lobby, cobrando os deputados, conhecendo o que estava acontecendo lá dentro, para fazer a diferença. E foi aí que mudou a Constituinte, que criaram as audiências públicas, as subcomissões que tratavam de diversos temas, chamavam as lideranças das donas de casa, dos movimentos negros contra o racismo, dos indígenas, os antropólogos, os sindicalistas, para escutar sobre a legislação e, com isso, conseguiram uma Constituição, para a época, bastante avançada no sentido de reconhecimento de direitos.

7. Na Constituinte, a questão indígena, em especial, a luta não foi fácil.
 - ✓ Como foi o processo das subcomissões dentro da Constituinte, em especial da indígena, e o enfrentamento que aconteceu dentro do Congresso?
 - ✓ Qual a grande vitória dos povos indígenas e como isso se refletiu na Constituição de 1988 para eles?

A subcomissão para assuntos indígenas começou a escutar as lideranças. Foi até a uma aldeia Caiapó, escutou antropólogos e a primeira versão da subcomissão sobre os assuntos indígenas foi muito boa, excelente. E, assim, das outras subcomissões, também surgiram textos muito avançados. A Constituição iria ser revolucionária! Mas o que acontece? Os ricos da Constituinte, os mais ligados às empresas percebem o perigo e criam o Centrão, que reunia os deputados e os senadores contra os povos indígenas, contra os camponeses, contra os trabalhadores, contra os movimentos sociais. E queriam passar um rodo compressor, mudando todo o texto previsto. E as questões indígenas são jogadas no lixo. Fazem um texto próprio e criam a figura dos indígenas como aculturados e tentam fazer valer essa Constituição.

Bernardo Cabral, do Amazona, que era o relator do Centrão, para ele era o fim dos indígenas. Mas o plano não deu certo, pois não contavam, na questão indígena, que os índios perceberiam e foram a Brasília, de arco e flecha, cobrar alimentação, lugar para ficar, etc. Foi aí que o jogo virou novamente.

A Constituição que o Brasil tem hoje, deve à pressão de centenas de povos indígenas que foram a Brasília, entraram no Congresso, fazendo o corpo a corpo com os deputados, denunciando na imprensa, e o Juruna lá dentro, foram eles que viraram o jogo.

¹ Nota da autora dos exercícios: No vídeo há um pequeno engano. O Prof. Paulo Maldos diz que o candidato da ditadura foi o Andreazza. Na verdade, ele disputou com o Maluf a convenção do PDS e perdeu.

Os resultados foram os artigos 231 e 232 da Constituição Federal, que significou uma virada na relação do Estado Nacional com os povos indígenas, com uma perspectiva de integração que se tinha até aquele momento, que a vivência indígena seria transitória e o objetivo do Estado seria integrar os índios, em um processo lento, mas permanente. Integrando os índios às sociedades, como se a nossa sociedade tivesse uma superioridade em relação às indígenas. E liberando os territórios às grandes empresas para exploração de cunho empresarial.

A Constituição significou essa virada dessa perspectiva integracionista, tutelada inclusive, pois a FUNAI tinha tutela absoluta e seu papel era de vigilância sobre qualquer movimentação de uma comunidade, de uma liderança, para reconhecimento de direitos originários. E o Estado, através do Ministério Público ou qualquer atividade estatal, seria de apoio ao exercício das comunidades, sobre seus direitos originários, sobre a terra, território, sobre suas próprias formas de vivência em sociedade, suas próprias políticas internas, na educação, saúde, artes, respeito a essas práticas sociais. E o papel do Estado seria de apoio e de respeito a esse protagonismo, a partir de suas culturas.

8. Lula representava o fim da ditadura. Collor o continuísmo.

- ✓ Com a chegada da primeira eleição para presidente no Brasil depois da ditadura militar, o que acontece com os principais candidatos?
- ✓ Collor eleito, como fica o país em relação às conquistas alcançadas e o que ele faz para se legitimar frente à sociedade? E como ficam as lutas dos povos indígenas?

Em 1989 ocorre a primeira eleição direta para presidente, depois do golpe militar. Por um lado, toda essa movimentação que cresceu durante a ditadura e que contribuiu para a sua derrota, depois participou da Constituinte, ajudou a Constituição a sair de uma maneira mais progressista, reconhecendo direitos, e quando chegou em 1989 nas eleições para presidente, encontrou uma referência em termos eleitorais o Lula.

No início, Lula tinha 15% das intenções de votos, mas com o crescer da campanha durante o ano de 1989, todos esses movimentos passaram a identificar nele o aprofundamento da democracia. Seria a figura que podia representar o fim da ditadura, representar esses avanços da Constituição e iria no plano do Executivo implementar mudanças, transformações no país. E a gente vê o crescimento da candidatura Lula e o medo das elites com relação a ele.

Surge, então, a candidatura Collor, que apesar de desconhecido, entra com o apoio financeiro fantástico. Com o apoio da Rede Globo e toda a elite brasileira. Começa um processo de demonização do Lula, dizendo que ele ia acabar com a economia, haveria uma crise, ia expropriar a poupanças e que ia instaurar o comunismo.

Com a candidatura Collor, entramos em uma nova fase, que tem uma continuidade da ditadura, porque o Collor vem representando o interesse das grandes elites. Que bancaram a ditadura, que bancaram a Nova República, com o Sarney, é uma continuidade no plano ideológico.

O plano Collor assume, mas com dificuldade, pois apesar de ter sido apoiado era considerado meio aventureiro. Então, Collor tenta se legitimar frente à sociedade e entre as iniciativas que ele deu muita importância está a ECO 92. E Collor tentou fazer da ECO 92 um grande palco, tanto no Brasil como no exterior. Fez de tudo para que desse certo.

Mas lá fora havia muitas denúncias do governo Collor na questão indígena, exatamente porque a área lanomâmi estava sofrendo um processo de invasão muito forte, muito estimulado pelo Romero Jucá, e havia um verdadeiro genocídio lá dentro. Os garimpeiros davam bebidas, levavam prostitutas e conhecendo os rituais com o tempo lá dentro, ele chegaram a perceber algumas subdivisões étnicas naqueles grupos lanomâmi. Chegaram a dar armas para os grupos e estimular guerras entre eles mesmos, que eram guerras rituais, mas eles estimulavam guerras de verdade para os índios se matarem. Fora que eles mataram mesmo. Todas essas notícias da mortandade lanomâmi, a devastação ambiental com mercúrio, chegava na Europa e alguns grupos passaram boicotar a ECO 92. A invasão garimpeira na lanomâmi, fora a tragédia interna que criou, criou também muitos problemas para o Brasil no exterior, por causa das denúncias sobre a situação indígena.

E foi aí que o Collor para tentar sinalizar que era importante fazer a ECO 92 se empenha na questão na demarcação do território lanomâmi. Mas isso era uma estratégia para ele também se legitimar perante ao mundo, como um governo que respeita os direitos indígenas e os direitos humanos.

9. O Prof. Paulo Maldos pontuou em sua aula o surgimento das ONGs no Governo Collor.
 - ✓ Como que grandes organismos financiadores de obras de Estados nacionais passaram a se preocupar em investir no Brasil? Quais as consequências disso?
 - ✓ Qual o reflexo imediato dessa mudança para os povos indígenas?

Grandes organismos financiadores de obras de Estados nacionais, principalmente o Banco Mundial, passaram a ter muita preocupação com o efeito que as grandes obras estavam tendo sobre as populações locais. Por exemplo, estradas, como a Transamazônica e as grandes represas, tinham efeitos violentos sobre comunidades. O Banco Mundial e outros organismos passam de uma linha de financiamento governamental, para uma linha de apoio não governamental. É aí que passa a ter a expressão de organizações não governamentais.

O que era uma expressão de uma linha de apoio não governamental, passa a ser disseminada na sociedade.

Organizações não governamentais são aquelas que não fazem parte do Estado e que atuam no sentido de contribuir para que as populações atingidas, tenham condições de defenderem seus interesses, de negociar seus interesses, de impedir que determinadas obras tenham efeitos destruidores frente às comunidades.

As ONGs passam a significar entidades que trabalham junto às populações no campo, nas cidades para defender seus interesses frente às ações do Estado. São entidades profissionais que atuam subsidiando, buscando fortalecer as entidades de apoio às populações locais.

Exatamente na ECO 92 que acontece a primeira reunião das ONGs, pelo menos com esse nome. A ABONG Associação Brasileira de ONGs.

Em Brasília, um grupo de entidades passa a se preocupar com a questão de adequar o Estatuto do Índio, que ficou desatualizado com relação à Constituição, que colocou um marco legal de reconhecimento de direitos, já que o Estatuto do Índio tinha outra concepção. Uma concepção marcada pela tutela, considerando o Índio incapaz e foi necessário um novo estatuto. E um grupo de entidades passa a debater isso: o Núcleo

dos Direitos Indígenas, o CIMI, a própria FUNAI e a Procuradoria da República, antropólogos em geral começam a debater isso.

Nessa busca de construir coletivamente e de forma consensual um novo estatuto é que passaram a acontecer encontros em Brasília de povos e organizações indígenas.

10. O governo Fernando Henrique Cardoso, embora mantendo concepções da ditadura, fez avanços para os povos indígenas.
 - ✓ Sob que perspectiva o governo Fernando Henrique Cardoso propôs avanços para os povos indígenas?
 - ✓ Quais as consequências desses avanços são apontadas pelo Prof. Paulo em sua aula?

Já entrando no próximo governo eleito, o de Fernando Henrique Cardoso, o que tem de importante é uma revitalização da questão indígena no plano nacional. A chapa do Fernando Henrique era o PSDB com o PFL, que era a ARENA, o partido da ditadura, que virou PDS, PFL e hoje são os Democratas. O Fernando Henrique fez uma composição com o PFL, o vice dele era o Marco Maciel, era ainda uma sobrevivência das concepções da ditadura, na Presidência da República.

O governo Fernando Henrique significou um avanço na perspectiva da Constituição, pois mandava que todas as terras indígenas deveriam ser demarcadas em até cinco anos. Pois já havia passado o prazo! Com o apoio internacional existe uma linha política de demarcar as terras indígenas pelo menos na região Amazônica. Então, a Constituição quando abriu-se essa possibilidade legal dos povos indígenas de se represen-

tarem em torno dos seus interesses de serem reconhecidos pelo Estado como interlocutores, abriu-se todo esse campo para criar ação nos movimentos de organizações para os povos se mexerem, entre os povos, federações.

O processo específico de demarcação na floresta Amazônia funcionou também como estimulador, como fomentador, como espaço para as organizações que queriam conduzir o processo de demarcação das terras indígenas. Para o lado do Nordeste estava caindo a ficha de que tínhamos uma nova Constituição que permitia lutar por territórios. O processo que vinha de forma pontual, passa a se espalhar. O povo que estava espalhado em favelas, em comunidades, se sente fortalecido, com a Constituição assimilada, vai para a briga.

No nordeste essas comunidades que sofreram durante séculos, espalhadas pelas cidades, passaram lentamente a se agrupar e a lutar pela recuperação territorial e aconteceu o que os antropólogos chamam de etnogenese, que é a recuperação étnica. São grupos étnicos que se juntam e recuperam rituais, idiomas, sua cultura.

11. O fim do governo Fernando Henrique Cardoso foi melancólico, muito aquém das realizações democráticas que se esperava, e com muita dificuldade econômica.
 - ✓ Qual a relação e expectativa do movimento indígena com o candidato Lula?
 - ✓ Como foi a relação do movimento indígena com o Presidente Lula? Quais as estratégias adotadas e os exemplos citados pelo Prof. Paulo em sua aula?

As eleições de 2002, com o governo Lula, surge como o final da ditadura. O movimento indígena sempre apoiou a candi-

datura Lula em todas as campanhas. E com muita esperança, pois a Carta Programa dele sempre se baseou na pauta do movimento indígena.

José de Alencar, o vice do Lula, apesar de rico, tinha outras origens que não a ditadura. Porém, quando o governo Lula chega lá, apesar de ter uma bancada expressiva de esquerda e de petistas, começa a priorizar a luta institucional, ao invés de se basear nesse fluxo de apoio popular, das mobilizações sociais e desde esse ponto de vista, alavancando e sendo alavancado pela força popular, ao invés de partir daí, o governo Lula passa a negociar com o Congresso, com os poderes e prioriza a estabilidade do país. Tanto financeira, quanto política. Neste sentido, não trabalha a interlocução com os movimentos sociais que, tradicionalmente, sempre apoiaram a candidatura Lula. Nem chega a romper nem chega a compactuar. Não rompe, mas não trabalha o diálogo.

E o movimento indígena que tinha apostado bastante, começa se decepcionar. Com a demora da demarcação de terras, com os processos que começam a tramitar, que quando chegam na Casa Civil, voltam para a FUNAI. Com os bloqueios que começam a acontecer em vários pontos e a questão indígena não é tratada, não tem recursos.

Inicia-se uma pressão mais clara do movimento indígena e de outros movimentos sociais em relação ao governo. Cada setor cria sua própria estratégia. No caso indígena, o que conhecemos como estratégia mais clara e comum para pressionar e denunciar, para trabalhar essa interlocução foi o Abril Indígena. E a cada ano, desde 2004, o Abril Indígena tem sido realizado. Reúne em torno de 800 lideranças e criam-se grupos para discutir como está a saúde, a educação, fazem um balanço, debatem com as autoridades, cobram da imprensa, visitam o Congresso Nacional e os Tribunais Superiores. É um evento com bastante agitação,

e Brasília coloca a questão indígena com força na mídia e se cobra dos três poderes as demandas indígenas.

O saldo é sempre bastante positivo. Como consequência, um exemplo é a criação da CNPI Comissão Nacional de Políticas Indigenistas -, que depois foi instituído o Conselho Nacional de Políticas Indigenistas. A Comissão Nacional foi um primeiro passo, uma experiência, para se chegar ao Conselho, que é um organismo do Estado Brasileiro referente à questão indígena.

05 – Acabou a tutela?

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Identificar os diferenciais nas políticas públicas e nas políticas indigenistas, especialmente, a respeito da tutela e da Funai, e o contexto do Governo FHC que contribuiu para o fim da tutela.
- ✓ Analisar o período de descentralização da Funai e como foi delineado nesse momento o PPTAL.
- ✓ Interpretar as políticas indigenistas nos anos do Governo FHC e no Governo Collor, e quais os impactos que tiveram sobre os povos indígenas.
- ✓ Explicar a diferença entre a política de saúde e a política de educação indígenas.
- ✓ Interpretar o funcionamento do SUS indígena, onde está a base da ação das políticas e como ficam os movimentos indígenas dentro dessa estrutura.
- ✓ Explicar a análise que o Prof. Antonio Carlos faz da relação entre o Estado e os povos indígenas, sob o ponto de vista da tutela e sob o ponto de vista da participação política dos povos indígena.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha pontos de observação específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula do Prof. Antonio Carlos de Souza Lima.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.
1. O Governo Collor contém boa parte do que são as orientações que estruturariam como pautas, a longo prazo nas políticas públicas do Brasil.
 2. Havia um componente do PPTAL que era voltado para a reestruturação da FUNAI, componente este que não saiu do papel.
 3. É importante saber quanto se avançou em matéria de rompimento com a tutela e de estabelecimento de políticas que tenham a ver com as demandas indígenas reais.
 4. No início da década de 1990, a FUNAI dizia que era capaz de fazer sozinha toda a demarcação das Tis, e as ONGs, e organizações de movimentos indígenas diziam que se a FUNAI fizesse sozinha, faria mal feito.
 5. É importante avançar no conhecimento da realidade pré e pós-Constituição, para ter uma melhor interação e ela possa ser melhor explorada.

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula do Prof. Antonio Carlos de Souza Lima, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. No início da década de 1990, houve muitos debates sobre o papel da Funai. Mobilizações indígenas e organizações de apoio defendiam que a reestruturação do órgão fosse feita junto à aprovação do novo texto do Estatuto do Índio.
 - ✓ Qual a análise que o Prof. Antonio faz no início da sua aula a respeito da tutela e da Funai?
 - ✓ Qual o contexto do Governo FHC que contribuiu para o fim da tutela?
2. A descentralização do poder da Funai foi um momento muito complicado. Durante o governo Collor, as ações que não se referiam diretamente à Funai, impactaram de modos diversos os povos indígenas do Brasil.
 - ✓ Como foi o período de descentralização da Funai?
 - ✓ Como foi delineado nesse momento o PPTAL?
3. O Prof. Antonio cita em sua aula que: "A outra grande virada para quebrar o padrão tutelar, além de acabar com o monopólio de um órgão único, era fazer com que a presença dos povos indígenas fosse essencial para a execução de qualquer política destinada a eles".
 - ✓ Durante os anos do Governo FHC as políticas indigenistas passaram a adquirir contornos mais precisos. Quais foram?
 - ✓ Por meio de decretos, o Governo Collor realizou uma ampla reforma das atribuições da Funai. Quais os impactos que tiveram sobre os povos indígenas?
4. A educação foi o primeiro campo de protagonismo indígena. É importante pensar quanto se avançou em matéria de rompimento com a tutela e de estabelecimento de políticas que tenham a ver com as demandas indígenas reais.
 - ✓ Qual a comparação que o Prof. Antonio faz em sua aula entre a política de saúde e a política de educação indígena?
 - ✓ O que faz uma estar melhor regulamentada do que a outra
5. O primeiro a aplicar o controle social nas políticas públicas no Brasil, foi o SUS, na área da saúde.
 - ✓ Como funciona com o sistema de saúde indígena?
 - ✓ Onde está a base da ação das políticas? E como ficam os movimentos indígenas dentro dessa estrutura?

6. A preocupação do Prof. Antonio em sua aula era chamar atenção, primeiro, de um quadro pré-constituição 1988. Segundo, ter clareza para além do que, legalmente, o que consta nas leis e nas normas.
 - ✓ A partir disso, qual a análise que ele faz da relação entre o Estado e os povos indígenas, sob o ponto de vista da tutela?
 - ✓ E sob o ponto de vista da participação política dos povos indígenas?

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu as 5 (cinco) frases mais representativas para cada assunto:

1. O Governo Collor contém boa parte do que são as orientações que se estruturariam como pautas, a longo prazo, nas políticas públicas do Brasil.
2. Havia um componente do PPTAL que era voltado para a reestruturação da FUNAI, componente este que não saiu do papel naquele momento.
3. É importante saber quanto se avançou em matéria de rompimento com a tutela e de estabelecimento de políticas que tenham a ver com as demandas indígenas reais.
4. No início da década de 1990, a FUNAI dizia que era capaz de fazer sozinha toda a demarcação das Tis, e das ONGs e organizações de movimentos indígenas diziam que se a FUNAI fizesse sozinha, faria mal feito.

5. É importante avançar no conhecimento da realidade pré e pós-Constituição, para ter uma melhor interação e ela possa ser melhor explorada.

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudou sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção¹

1. No início da década de 1990, houve muitos debates sobre o papel da Funai. Mobilizações indígenas e organizações de apoio defendiam que a reestruturação do órgão fosse feita junto à aprovação do novo texto do Estatuto do Índio.
 - ✓ Qual a análise que o Prof. Antonio Carlos de Souza Lima faz no início da sua aula a respeito da tutela e da Funai?
 - ✓ Qual o contexto do Governo FHC que contribuiu para o fim da tutela?

A permanência da tutela é do ponto de vista jurídico. Enquanto não se tem um novo Estatuto do Índio, essa questão ainda está pendente. Se pensarmos no protagonismo indígena hoje, todos sabemos que a tutela acabou. Mas se pensarmos nas imensas regiões do Brasil, sabemos que a tutela não acabou.

¹ Todas as respostas foram construídas a partir da aula do Prof. Antonio Carlos de Souza Lima.

Em torno da condição jurídica se estruturaram dois organismos. Primeiro o SPI, depois a FUNAI, que tinha como papel, em nome do Estado brasileiro, exercer a tutela. Isto significa que este organismo centralizava todas as políticas destinadas aos povos indígenas. A FUNAI fazia assistência à saúde, à educação, tratava da terra, do meio ambiente, enfim, tudo o que tinha a ver com o patrimônio indígena. Além de ser um órgão que fazia a mediação entre os povos indígenas e a administração pública mais abrangente, a FUNAI ainda era um órgão monopolista. Monopolizava integralmente o diálogo com os índios. Em certas regiões do Brasil a FUNAI, porque herdou esse passado do Serviço de Proteção aos Índios, e porque investiu muito, teve uma ação muito extensa e muito intensa. Cobriu um largo espectro de funções e por um longo período. Sua atuação não foi homogênea no Brasil inteiro.

Em determinadas regiões a presença do regime tutelar foi bem mais fraca do que em outras. Até hoje há coisas muito mais fortes no sul do Brasil, do que no Nordeste, onde a FUNAI foi atuar em períodos mais recentes do que o SPI atuou no sul.

No Governo FHC começou a se falar muito em reforma do Estado. Mas a ideia não começou com ele. A primeira proposta da redução do Estado foi no Governo Collor. E essa proposta se espalhou para uma série de áreas, e estava por trás de elementos que estão presentes na discussão sobre política indigenista. Na verdade, naquele momento, tratava-se de reconfigurar vários organismos. Existia uma discussão a respeito do rumo que tomaria a FUNAI. Se iria para o Ministério do Meio Ambiente ou se iria para o Ministério da Justiça. Ou ainda, se iria para uma Secretaria Especial da Presidência da República, na hipótese da continuidade de uma série de funções ainda debaixo da FUNAI.

Os decretos de 21 a 26 do Governo Collor, de 1991, foram

decretos que não tiraram exatamente da FUNAI a capacidade de intervir em certas áreas, mas abriram no Ministério da Educação a obrigação, na medida em que a Constituição Federal assegura aos povos indígenas o direito a suas formas específicas de cultura, de educação, do uso da língua, de manutenção de costumes e tradições, era preciso abrir esse espaço não só em um único organismo, mas em toda a administração pública brasileira. A cumprir a lei, abriu-se um espaço no MEC, no Ministério da Educação, da Saúde, apesar do decreto ser de 1991.

A política de educação começa a tomar contorno em 1994, com os referenciais curriculares para a educação. Mas a ação mesmo foi, sobretudo, em 1996, no Governo FHC. Mas o que foi tão ou mais importante, é a questão da dimensão jurídica da tutela. Porque uma coisa é dizer que os povos indígenas são incapazes e tem de ter mediador. Outra coisa é esse mediador ter poderes para efetivamente decidir tudo que for oferecido como parte dos direitos indígenas, como educação, terra...

2. A descentralização do poder da Funai foi um momento muito complicado. Durante o governo Collor, as ações que não se referiam diretamente à Funai, impactaram de modos diversos os povos indígenas do Brasil.
 - ✓ Como foi o período de descentralização da Funai?
 - ✓ Como foi delineado nesse momento o PPTAL?

Até hoje há os que reclamam de terem de ir em vinte ministérios e que no tempo da FUNAI era melhor. Ter um único ministério é mais importante do que a questão jurídica da relati-

va incapacidade? Isso é voltar a um perfil de um único órgão centralizando. Ainda não tem no Brasil políticas consistentes, na maioria dos ministérios.

Isso se deu pelo fato de que o governo Collor entrou com um sinal forte na questão do meio ambiente para o cenário internacional. Na verdade, boa parte da descentralização, no caso das políticas indigenistas, passa pela questão do investimento em meio ambiente. Em 1991 é realizada a demarcação de terra Yanomami. E de 1990 a 1992 acontece a preparação para a ECO 92, onde a ação dos povos indígenas e das suas organizações foi extremamente importante para que se tirasse uma agenda para o meio ambiente no Brasil e no planeta. O Rio de Janeiro estava cheio de representações indígenas.

No período 1990 e 1991 se preparava também as bases para o programa piloto para as florestas tropicais do Brasil, do seu componente indígena, PPTAL - Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal.

O PPTAL foi sendo delineado, e a ideia não era apenas uma intervenção da Amazônia legal no tocante a terra. Ele reestruturava uma série de consultorias, fazia planos de carreira, dinheiro para reconceituar formas de ação da FUNAI. Ficou sendo como uma área privilegiada, terra e meio ambiente. Poderia ser também uma assessoria jurídica as povos indígenas, mas isso nunca foi configurado. A FUNAI até hoje é um pouquinho de cada coisa. Talvez menos de saúde, pois foi à área que mais saiu da FUNAI.

Nessa época, em seminários realizados em Brasília, a FUNAI dizia que era capaz de fazer sozinha toda a demarcação e as ONGs e organizações de movimentos indígenas, diziam que se a FUNAI fizesse sozinha, faria mal. Seria preciso a participação indígena. Era necessária a participação de outros que conheçam melhor, como antropólogos. Era fundamental que

os povos indígenas não fossem atores passivos dos processos de demarcação de terras, ou subalternos, pois não tem quem conheça mais os territórios indígenas do que os povos indígenas.

O PPTAL implantou em 1996 a demarcação participativa e estabeleceu mudanças importantes.

3. O Prof. Antonio cita em sua aula que: "A outra grande virada para quebrar o padrão tutelar, além de acabar com o monopólio de um órgão único, era fazer com que a presença dos povos indígenas fosse essencial para a execução de qualquer política destinada a eles".
 - ✓ Durante os anos do Governo FHC as políticas indigenistas passaram a adquirir contornos mais precisos. Quais foram?
 - ✓ Por meio de decretos, o Governo Collor realizou uma ampla reforma das atribuições da Funai. Quais os impactos que tiveram sobre os povos indígenas?

É menos a questão jurídica, é menos a questão do monopólio, mas, sobretudo, a questão da participação indígena que põe fim à tutela. É a participação exercendo o controle social. Essa era a ideia original.

No governo FHC uma série de funções do controle social, que eram funções do Estado, até certo ponto, foram passadas às organizações indígenas através de vários convênios. Sobretudo na área da saúde. E muitos conselhos que seriam essenciais, não se estruturaram. E até hoje não funcionam devidamente.

Esse é um sinal de que tudo o que existe hoje, tem bases em outras coisas. Não são as políticas dos povos indígenas. É o clientelismo característico de funcionários de órgãos públicos, com populações pelo Brasil afora. Se no caso da questão indígena isso era sancionado por lei, e administrativamente estabelecido, em alguns casos gerava acusações de corrupção e de nepotismo, e era sancionado como padrão da política indigenista.

No momento em que se começou a expansão sobre a Amazônia, a ditadura atentou para a FUNAI. Então ela foi transformada em um organismo de controle sobre as populações indígenas. Mas é preciso também levar em consideração certas regiões, como o Ceará, que não tinha Funai, não se reconhecia a indianidade de diferentes povos indígenas. E herda décadas de presença do SPI e de esquemas muito bem montados naquela região, com políticos locais, com as redes de interesses, com comerciantes.

Mas é no período Collor que começa um processo bastante complicado de desestruturação desse padrão de controle da FUNAI, sob todos os aspectos. Abertura de outras experiências, muitas vezes quadros da Funai migram para outros órgãos. No Ministério do Meio Ambiente todos eram ex-funcionários da FUNAI. O Ministério da Educação talvez tenha sido o que menos teve presença da FUNAI.

Os decretos de 1991 só foram ter de fato eficácia com a entrada do governo FHC. O importante é que os cortes foram dados no período do governo Collor e os recursos foram retirados. A dotação orçamentária da FUNAI nesse período caiu muito e começou o processo de sucateamento da FUNAI, que teria a ver com retirada de fundos para políticas específicas e retirada das suas atribuições. Não houve capacitação para o trabalho na área da educação. Toda a entrada da cooperação técnica na área da terra e do meio ambiente, todos os cursos

de capacitação não deram aos povos indígenas uma formação mais sólida. Eram só cursos para gerenciar projetos, cursos para não dar rombo financeiro em doação de projetos...

Existe uma medida provisória que propõe a criação de 3.100 novos cargos administrativos na FUNAI, com revisão do patamar salarial destes cargos. O movimento indígena tem de dialogar fortemente, com uma posição coesa, ou haverá uma remontagem no antigo padrão.

O Prof. Antonio chama a atenção para o fato das pessoas que saem da graduação, cheias de ideologia, entrarem na FUNAI e *virarem* da FUNAI. Começam a defender tudo, parece que estão há 20 anos ali dentro e que em um mês sabem tudo sobre a questão indígena. Este fato fala também do despreparo dos brancos. O movimento indígena não tem preparo para participação. Isso é um dos lados, além do sucateamento.

Houve várias propostas de reestruturação da FUNAI. Desde 1992, por exemplo, foram várias. O problema é que a briga de facções dentro da Funai é intensa. No governo FHC foram feitas algumas tentativas. Na gestão do Marcio Santilli, foi pensado um redesenho das formas de ação do Estado, e ele escreveu um texto em que há uma proposta de se fazer programas com a participação indígena, ao invés da ação federal da FUNAI, pelas suas circunscrições administrativas de onde estão os polos reais de articulação étnica. Por exemplo, pegar as lideranças do Alto Rio Negro e desenhar um programa de ação para aquela região, com diversas políticas integradas em um plano de ação conjunta.

O problema é que na gestão de Marcio Santilli, 1995/1996, as facções internas queriam tomar todas as políticas para a FUNAI. E este é o grande perigo de se remontar a FUNAI sem uma crítica profunda dos seus modos de ação. É um problema de índio e de branco, porque os índios lá dentro

também pensam assim. O triste é que temos uma grande desmontagem, e de 1991 até a entrada de FHC existe uma briga generalizada, porque se deixa de dar recursos para a FUNAI. Ela perde gradativamente as funções e ao mesmo tempo nenhum ministério quer assumir. E esse é um problema que persiste até hoje. No caso de retomada de projetos de desenvolvimento, a FUNAI é chamada novamente para ser a mediadora. E os povos indígenas precisam pensar muito e rápido. Porque é possível voltarmos a ter o que foi o padrão tutelar clássico de centralização. A centralização deveria estar no plano do Conselho Nacional de Políticas Indigenistas, o Conselho Paritário, onde, no entanto. Índio que é da área de saúde só discute saúde, o da área de educação só discute educação, e uma política geral só é discutida muito raramente. A proposta do conselho é uma proposta da época do início do Governo Lula.

Demorou muito para constituir a comissão para preparar o conselho, muito aquém do que é a proposta. Então, se não existir essa e outras formas de intervenção dos movimentos indígenas em cada uma das políticas nenhuma delas escapa do padrão tutelar, sobretudo, na área da saúde.

4. A educação foi o primeiro campo de protagonismo indígena. É importante pensar quanto se avançou em matéria de rompimento com a tutela e de estabelecimento de políticas que tenham a ver com as demandas indígenas reais.
 - ✓ Qual a comparação que o Prof. Antonio faz em sua aula entre a política de saúde e a política de educação indígenas?
 - ✓ O que faz uma estar melhor regulamentada do que a outra?

Foi através da política de saúde que os povos indígenas experimentaram lidar com recursos. E aprenderam empiricamente, com as experiências complicadas de gestão de distritos sanitários, que muitas organizações indígenas tiveram.

A política de saúde indígena no fundo é uma medida de transformação dessa ideia do ex-presidente da Funai, Marcio Santilli, dos programas regionais, que hoje está de novo presente na ideia do MEC. Propuseram o nome Territórios Etno Educacionais, que é a ideia de um pacto regional para ação em uma área específica de atenção aos direitos indígenas. Foi aplicada pela primeira vez no programa dos distritos sanitários especiais indígenas, para funcionar na reforma do Estado do Governo FHC. Mas ficou pela metade, porque foi revertida por conta das demandas jurídicas que envolvia a terceirização. Na época a intenção não era terceirizar, era criar parcerias público/privada que desenhasses a atenção à saúde indígena. Isso demandava uma mudança mais ampla à saúde indígena do Estado brasileiro, o que não aconteceu.

O quadro mudou e o mapa em termos de saúde ficou completamente diferente. Regiões com organizações não indígenas, outras regiões com organizações indígenas com gestores dos distritos... Isso não tem no sistema funcionalidade. No governo Lula entrou a demanda jurídica. Mas isso tudo só funcionaria com a participação indígena intensa, o que também não aconteceu.

Mas durante todo esse período diversas propostas aconteceram, de novas formas de relacionamentos entre administração pública e comunidades indígenas.

Em matéria de regulamentação a melhor é a da Educação. E ela está muito bem regulamentada porque tem muito professor indígena. Não houve em nenhuma área um planejamento de médio e longo prazo. E um planejamento com a presença

indígena. O Prof. Antonio Carlos cita um exemplo: “Na área de educação, quando fiz o primeiro contato com o pessoal de educação no MEC, era Secretaria de Educação Fundamental. Tinha muito material, mas se adequava muito a determinadas regiões, como os povos da Amazônia. Pouca produção interessante para as populações indígenas do Nordeste, porque o que foi levado e virou parte da ação do MEC no período do FHC, foi levado por um circuito de ONGs que era o que ajudou a estruturar os parâmetros curriculares, através de uma grande consulta pública. Foi esse pessoal que há décadas discutia a educação indígena. Os índios tinham pouca voz e pensavam no povo com relativo isolamento. Pensava que a educação ia ser o principal vetor da manutenção das tradições culturais do povo, mas não pensaram que os indígenas queriam aprender coisas do funcionamento da sociedade brasileira. Postulou a participação. Não pensaram na participação indígena. Propuseram que os índios participassem, mas para ser em pé de igualdade têm de conhecer. E os índios foram empurrados para uma série de conselhos, comissões e foram aprendendo. Mas acho que hoje é um momento essencial pro Movimento Indígena no Brasil de sedimentar e organizar os conhecimentos. Os povos indígenas precisam cobrar a sério e criar possibilidades para isso.”

Como se cria uma política toda voltada para o ensino fundamental e não se imagina que alguém vai querer o ensino médio? É uma demanda desde o início dos anos 90. Mas se pensou na educação fundamental, mas não pensaram no ensino médio. Acharam que os indígenas iam para o ensino fundamental e ficariam reproduzindo seus modos de vida. É muita crença na escola. Isso significa não conhecer a diversidade indígena no Brasil. Conhecem na cabeça, mas na hora de planejar acham que índio feliz está isolado, vivendo que nem índio. Mas viver que nem índio é escolher o que os índios escolhem viver a cada momento. É a visão do branco, viver de

preferência murado. Já teve gente que queria transferir todos os índios do Brasil para o Xingu e cercar o parque.

5. O primeiro a aplicar o controle social nas políticas públicas no Brasil, foi o SUS, na área da saúde.
 - ✓ Como funciona com o sistema de saúde indígena?
 - ✓ Onde está a base da ação das políticas? E como ficam os movimentos indígenas dentro dessa estrutura?

Essa estrutura que temos hoje, com várias políticas participativas, com conferências, comissões, conselhos, etc., foi implantada pelo SUS pela primeira vez. Mas com o SUS indígena existe uma contradição, já que toda a ideia é fazer o sistema funcionar através dos municípios.

O município é a base de ação das políticas. Também é a base pela qual os deputados e senadores conseguem se eleger. Porque quando o prefeito quer dinheiro, ele vai a Brasília procurar o deputado que ele ajudou a eleger, faz uma emenda parlamentar e joga dinheiro no município dele. Mas o SUS foi estruturado sem contar com isso.

Os movimentos indígenas falam sempre das políticas, como se não tivesse política no plano municipal, mas isso interfere diretamente na vida dos povos indígenas. Quando os índios não são prefeitos ou vereadores, e também estão participando desta estrutura montada que vai do local até o cenário federal, passando às vezes por cima do governador, não tem a ver com partido político, tem a ver com alianças. Algumas até surgidas de relações pessoais. Muitas vezes um prefeito conseguindo um recurso, faz uma obra e manda dinheiro

para mão de alguém. Depois, este dinheiro volta financiando a campanha.

Será que nesse cruzamento entre a participação e a forma pela qual a eleição se dá no Brasil está um pouco das encruzilhadas das políticas públicas? Muitas vezes o que está por trás da defesa do modelo tutelar é a ideia de que qualquer questão indígena no plano municipal e local é mais difícil de resolver do que no plano federal. Mas se não se resolver no plano local, uma série de questões da vida dos povos indígenas também não serão resolvidas. A FUNAI dizia que ela iria resolver de baixo para cima no plano local, e vendeu esta imagem durante décadas. Na verdade, ninguém faz e acontece integralmente desconectado do local, do municipal.

Essa é uma questão muito séria, porque não tem nenhuma lei que faça isso. Nem a Constituição diz: é índio! Portanto, no cotidiano isso sempre ficou na mão da convenção pública. Agora tem a convenção 169 que diz que índio é quem diz que é índio e é reconhecido por uma coletividade. Se os povos indígenas não levam esse princípio adiante, vai continuar existindo quem diga se são ou não são.

A FUNAI dá carta para o índio entrar para universidade, dá carta para tudo. Enquanto se dá esse poder de definir quem é índio ao organismo da administração pública no Brasil e não aos próprios povos indígenas, não teremos o famoso protagonismo que tanto se fala.

6. A preocupação do Prof. Antonio Carlos em sua aula era chamar atenção, primeiro, de um quadro pré-constituição 1988. Segundo, ter clareza para além do que, legalmente, o que consta nas leis e nas normas.

- ✓ A partir disso, qual a análise que ele faz da relação entre o Estado e os povos indígenas, sob o ponto de vista da tutela?
- ✓ E sob o ponto de vista da participação política dos povos indígenas?

O modo de relacionamento entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, que é anterior à legislação vigente, continua vivo e impondo-se na vida cotidiana dos povos indígenas. A tutela não está completamente apagada. Por outro lado, o que se tem hoje não é mais o panorama tutelar *stricto sensu*. Se consideramos que tutela não é apenas um instituto jurídico que torna relativamente incapazes os povos indígenas para o exercício da cidadania. Mas que também implicava em um monopólio. Na concentração de poder em um órgão único, que foi quebrado pelo governo Collor com os decretos de 21 a 26, de 1991, que foi repassando funções a diferentes organismos da administração pública no Brasil, o que fez com que hoje os índios pudessem falar não apenas com um único interlocutor, a FUNAI. Era esse o panorama anterior a 1988. Mas a uma pluralidade de interlocutores, que foi difícil de lidar para os próprios povos e comunidades, mas hoje está mais dominada e controlada por eles. Os índios reconhecem que é importante avançar no conhecimento desta realidade para ter uma melhor interação e ela possa ser melhor explorada.

Um elemento que era anterior a 1988 e que continua hoje, é a questão da dinâmica própria da vida política brasileira. A questão da participação política a nível de municípios, de estados, a presença de indígenas votantes no plano municipal não é uma realidade de depois de 1988, é muito anterior. É do final dos anos de 1950. Essa dinâmica eleitoral é fundamental, que passa por vereadores, deputados, prefeitos,

governadores. Também a experiência indígena nestes casos, além de se ter novos interlocutores, tem também novas morfologias organizacionais.

Anteriormente, se tinha a estrutura do órgão único e uma estrutura piramidal, do chefe de posto ao presidente da FUNAI. Hoje a estrutura dos distritos sanitários especiais indígenas é uma, que é diferente da forma como se operacionaliza a educação, que é diferente da carteira indígena, e de tantos outros.

E tornam até certo ponto complicado de se ter um mapa claro de como atuar. Primeiro, pela necessidade de esclarecimento. Segundo, pela necessidade de uma integração entre as diversas ações, um planejamento para espaços específicos.

O movimento indígena precisará ter nos próximos anos uma preparação de pessoal, para formulação de planejamentos distintos. Concatenar diferentes ações do Estado, de modo a operacionalizar as diversas políticas. A esperança não pode ser só o Conselho Nacional de Política Indigenista, para que muita coisa possa ser feita no plano local e no regional com a participação intensa do movimento indígena, criando balizas para a ação do Estado, mas também aprendendo a trabalhar.

06 – Origem e transformação dos preconceitos anti-indígenas e das políticas indigenistas no Brasil.

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

Analisar as estratégias dos portugueses para chegar ao Brasil em 1500 e os primeiros anos passados aqui.

- ✓ Apontar o início do preconceito aos povos indígenas no Brasil e fazer conexões com a realidade atual.
- ✓ Entender a complexidade em que viviam e se estruturavam os povos indígenas no Brasil, em 1500.
- ✓ Compreender o contexto da guerra de conquista aos indígenas.
- ✓ Compreender o momento da tragédia e em que se define uma outra ideia de nação.
- ✓ Entender o papel dos jesuítas na colonização portuguesa.
- ✓ Analisar os dois grandes movimentos do Estado brasileiro com os povos indígenas.
- ✓ Conhecer a função da Lei das Terras.
- ✓ Entender porque o Brasil se transforma de paraíso a um lugar de encontro violento e perverso.

- ✓ Compreender quem faz a mediação entre os povos indígenas e os portugueses no momento da conquista.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha pontos de observação específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula do Prof. João Pacheco de Oliveira.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.

1. A necessidade de expansão econômica do mundo europeu. As estratégias da vinda dos portugueses para o Brasil.
2. O litoral do pau-brasil.
3. Qual a ideia que está por trás da ação missionária no Brasil?
4. O Brasil estava predestinado a Portugal?

5. As 11 imagens:
- » os indígenas no início
 - » uma visão distorcida
 - » antropofagia, castigos
 - » os povos indígenas como nômades
 - » a visão do alemão capturado
 - » reprodução da família divina
 - » a epidemia que chega, o choro
 - » a cerimônia religiosa
 - » o fato histórico marcando os 50 anos de relação a imagem útil
 - » o momento fundamental aquela população pode ser salva
 - » o momento em que o indígena é ouro

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula do Prof. João Pacheco de Oliveira, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. A história do Brasil sempre teve uma narrativa do acaso a respeito do seu descobrimento. Todos contam assim, nas escolas, nos livros, nas artes... Os portugueses eram os aventureiros.
 - ✓ Quais as verdadeiras razões para a viagem dos portugueses?
2. A história dos povos indígenas do Brasil, após a chegada dos portugueses, é uma história que pode ser contada pelos olhos do preconceito. Mas ela teve um início, a narrativa que começa mal.
 - ✓ Qual o marco desse preconceito?
 - ✓ Escreva uma crítica a essa ideia.

3. Quando os portugueses chegaram, muitos povos indígenas viviam em unidades maiores do que muitas das que existem hoje.
 - ✓ Trace um paralelo entre os povos indígenas de 1500 e os que vivem atualmente no Brasil. Analise, pelos menos, sob os aspectos político, territorial e cultural.
4. O Prof. João Pacheco cita o ano de 1549, com a chegada de Tomé de Souza e a implantação da sede da colônia no Brasil, como o momento da tragédia! É aí que se define uma outra ideia de nação.
 - ✓ Quais os argumentos que utiliza para justificar a tragédia e a nova definição de nação?
 - ✓ Por que o Prof. João Pacheco afirma que o termo da época é "submeter"?
5. Quando, de fato, ocorreu a Guerra de Conquista no Brasil?
 - ✓ Em que circunstâncias ocorreu essa guerra?
 - ✓ Analise a implantação dos Governos Gerais, a fundação do Rio de Janeiro e o papel dos povos indígenas.
6. Os jesuítas tiveram um papel fundamental na colonização portuguesa.
 - ✓ Qual a estratégia da missão junto com os portugueses?
 - ✓ Quais as principais consequências imediatas e concretas da ação missionária no Brasil?

7. O Estado brasileiro em sua história, tem dois grandes movimentos com os povos indígenas. No primeiro, ele tutela, separa do resto da nação, entregando a um intermediário que vai administrá-lo. No segundo, depois de 1775, considera que todos são iguais e passa a um funcionário o direito de administrá-lo.

- ✓ Explique os dois movimentos.
- ✓ Faça uma correlação do segundo com a situação atual em que vivem os povos indígenas.

8. Em 1850, quando se faz a Lei das Terras, pretende se estabelecer no Brasil o uso do território. O uso de compra e venda e pôr fim ao uso de benesses.

- ✓ Explique como era o uso do território antes da Lei.
- ✓ O que de fato muda com essa Lei?
- ✓ Qual a ideia que está por trás de tudo o que é estabelecido?
- ✓ Quais as consequências para os povos indígenas?

9. O fato é que nos primeiros 50 anos dos portugueses aqui, pelas descrições, o Brasil parecia uma terra boa, um verdadeiro paraíso. Depois, torna-se um lugar violento, perverso.

- ✓ Quais as razões de tantas barbáries?
- ✓ O que é possível compreender sobre essas lutas hoje?

10. Na terceira imagem apresentada na aula, imagens de homens barbados com roupas de indígenas. São eles que fazem essa corrente entre o mundo europeu e o mundo indígena.

- ✓ Quem é o mediador quando chega o momento da conquista?

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu os 5 (cinco) contextos mais representativos para cada assunto:

1. A necessidade de expansão econômica do mundo europeu. As estratégias da vinda dos portugueses para o Brasil.
2. O litoral do pau-brasil.
3. Qual a ideia que está por trás da ação missionária no Brasil?
4. O Brasil estava predestinado à Portugal?

5. As 11 imagens:

- » os indígenas no início
- » uma visão distorcida
- » antropofagia, castigos
- » os povos indígenas como nômades
- » a visão do alemão capturado
- » reprodução da família divina
- » a epidemia que chega, o choro
- » a cerimônia religiosa
- » o fato histórico marcando os 50 anos de relação - a imagem útil
- » o momento fundamental aquela população pode ser salva
- » o momento em que o indígena é "ouro"

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudou sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção²

1. A história do Brasil sempre teve uma narrativa do acaso a respeito do seu descobrimento. Todos contam assim, nas escolas, nos livros, nas artes... Os portugueses eram os aventureiros.
 - ✓ Quais as verdadeiras razões para a viagem dos portugueses?

Os poetas no Brasil e em Portugal adoram contar que os portugueses enfrentaram as dificuldades do mar. É a chamada ideologia do mar. Mas não é bem assim...

Portugal já havia colonizado várias ilhas ao redor. Os portugueses queriam ir para a Índia. Os geógrafos que os orientavam na época pensavam que o mundo era muito menor e que, portanto, a Índia era muito mais perto.

Quem gostava de contar que os portugueses eram fortes, na verdade, era quem queria colocá-los dentro dos barcos.

No final do século XV, o mundo europeu precisava se expandir economicamente. As especiarias eram produtos de grande interesse para o comércio local. As terras portuguesas não eram férteis. Portugal era um país mínimo na Europa, cercado pela Espanha e pelo mar. Militarmente a Espanha era muito mais forte. Por isso, Portugal se tornou comerciante. A saída era pelo mar.

Os portugueses vieram para cá, então, atrás das especiarias. Acharam que seria mais perto. Mas o comércio vai tornar Portugal forte.

2. A história dos povos indígenas do Brasil, após a chegada dos portugueses, é uma história que pode ser contada pelos olhos do preconceito. Mas ela teve um início, a narrativa que começa mal.
 - ✓ Qual o marco desse preconceito?
 - ✓ Escreva uma crítica a essa ideia.

O marco desse preconceito é dizer que o Brasil foi descoberto por acidente, por acaso.

É muito importante criticar essa ideia porque é através dela

² Todas as respostas foram construídas a partir da aula do Prof. João Pacheco.

que já se instala o preconceito. É como se o indígena entrasse na história pela janela: como se os portugueses estivessem procurando alguma outra coisa e, de repente, aparecessem os indígenas! Esse tipo de visão colabora para se pensar que as terras do Brasil eram inabitadas e que os povos indígenas não tiveram e não têm qualquer importância no cenário contemporâneo. A pesquisa histórica mostra cada vez mais que não haveria a formação do Brasil se não fossem os indígenas. Não houve acaso: houve a expansão por interesses materiais dos europeus.

3. Quando os portugueses chegaram, as populações indígenas eram muito mais complexas do que as que existem hoje.
 - ✓ Trace um paralelo entre os povos indígenas de 1500 e os que vivem atualmente no Brasil. Analise, pelos menos, sob os aspectos político, territorial e cultural.

Quando os portugueses chegaram as populações eram muito maiores. Tinham controle dos territórios, circulavam, mudavam de lugares como opção cultural. Isso não significava que viviam à beira da fome. Migravam para onde tinham estratégias de controle daqueles recursos.

Dominavam o meio ambiente, retiravam dele o que necessitavam e se apresentavam como população viçosa, forte e respeitável.

Hoje os povos indígenas são resultado de uma história que também passou pela colonização.

4. O Prof. João Pacheco cita o ano de 1549, com a chegada de Tomé de Souza e a implantação da sede da colônia no Brasil, como o momento da tragédia! É aí que se define uma outra ideia de nação.
 - ✓ Quais os argumentos que utiliza para justificar a tragédia e a nova definição de nação?
 - ✓ Por que o Prof. João Pacheco afirma que o termo da época é submeter?

Em 1549, com a chegada de Tomé de Souza para implantar a colônia no Brasil, é o momento da tragédia! É iniciada uma outra ideia de colônia portuguesa. A estratégia das autoridades portuguesas é dominar todo o litoral chamado a Costa do pau-Brasil.

Não é mais permitido, então, que os franceses se estabeleçam ali nem que façam alianças com os franceses. O objetivo é vencer os indígenas que são aliados dos franceses. O termo da época é SUBMETER! Submeter as nações indígenas.

O termo nação é o termo da época. Os portugueses querem tomar conta de todo o território e tornar a soberania absoluta. E isso implicava o controle dos indígenas à terra. As aldeias indígenas estavam totalmente submetidas ao esquema da colonização.

Não é mais o esquema de troca, mas de dominação. Todo o território está dominado pelos portugueses. E, para isso, eles praticam a guerra com os indígenas que são aliados dos franceses. E quem luta na guerra, são os indígenas aliados dos portugueses.

5. Quando, de fato, ocorreu a Guerra de Conquista no Brasil?

- ✓ Em que circunstâncias ocorreu essa guerra?
- ✓ Analise a implantação dos Governos Gerais, a fundação do Rio de Janeiro e o papel dos povos indígenas.

A Guerra da Conquista não ocorreu com a chegada dos portugueses em 1500. Mas sim em 1549, no momento da implantação dos Governos Gerais. Vieram para cá 1000 pessoas, dentre elas, 6 jesuítas.

Os indígenas foram divididos em dois grupos. Os bons, que eram os aliados dos portugueses. E os traidores, que foram mortos, escravizados, enforcados. No início da guerra, os franceses foram destruídos. Na verdade, os franceses foram uma licença para escravizar os indígenas.

Mem de Sá, fundou o Rio de Janeiro e dizimou muitos povos indígenas. Mas era o português mais valorizado. Com a fundação do Rio de Janeiro, houve uma enorme captura de mão de obra indígena.

Os indígenas bons foram inseridos dentro de um esquema missionário. Eram os amigos dos portugueses. A América não poderia ter sido colonizada se não houvesse uma aliança com os indígenas.

6. Os jesuítas tiveram um papel fundamental na colonização portuguesa.

- ✓ Qual a estratégia da missão junto com os portugueses?

- ✓ Quais as principais consequências imediatas e concretas da ação missionária no Brasil?

A ideia da missão não era de criar indígenas cristãos somente. Era também, mas era muito mais! Era ter mão de obra para a guerra contra os indígenas e para a construção das cidades e dos engenhos. Sem isso, não existiria Salvador, a elite pernambucana em volta de Olinda...

Toda essa máquina de ação que se supõe humanitária e religiosa para agir, mas também não é só militar. É muito mais! É toda uma ação colonial. O governador, o missionário, o Bispo, o capitão, todos vão buscar o indígena para praticar a guerra justa. Todos estão dentro de uma mesma articulação.

É muito importante não ter a visão simplista da ação missionária com que sonhavam o indigenista.

E assim constroem a colônia. E assim tiram suas terras. E assim dizimam muitos povos.

7. O Estado brasileiro em sua história, tem dois grandes movimentos com os povos indígenas. No primeiro, ele tutela, separa do resto da nação, entregando a um intermediário que vai administrá-lo. No segundo, depois de 1775, considera que todos são iguais e passa a um funcionário o direito de administrá-lo.

- ✓ Explique os dois movimentos.
- ✓ Faça uma correlação do segundo com a situação atual em que vivem os povos indígenas.

No primeiro momento, o Estado trata o indígena como o infantil, a quem ele precisa tutelar. Na verdade, a quem ele pode facilmente enganar. É o momento da superioridade do europeu.

Depois de 1775 o Estado considera que todos são iguais e tem como objetivo a separação entre o Estado e a Igreja. O funcionário passa a ser responsável pela civilização dos indígenas. E toda a comunicação deveria ser feita através da língua portuguesa.

Para Pombal, a função do funcionário é transformar os indígenas em brancos. Não de protegê-los. Para ele, os jesuítas estavam criando áreas separadas dentro do povo, ele quer, então, criar o povo brasileiro. Precisava juntá-lo.

Essa discussão parece muito contemporânea, pois ainda existe muito esse discurso de que os povos indígenas são, na verdade, brasileiros. Com isso, seus direitos e deveres são os mesmos. Desconsiderando, desta forma, sua cultura, sua relação com seus territórios, seus direitos a essas terras e a uma educação diferenciada e à políticas afirmativas.

8. Em 1850, quando se faz a Lei das Terras, pretende se estabelecer no Brasil o uso do território. O uso de compra e venda e pôr fim ao uso de benesses.
 - ✓ Explique como era o uso do território antes da Lei.
 - ✓ O que de fato muda com essa Lei?
 - ✓ Qual a ideia que está por trás de tudo o que é estabelecido?
 - ✓ Quais as consequências para os povos indígenas?

Quando se faz a Lei das Terras, o objetivo era estabelecer o uso de terras no Brasil, de compra e de vendas. Acabar com as benesses. Antes da Lei, toda terra era doada em sesmaria pelo Rei. O capitão podia assinar, mas ainda assim, era uma doação. A Lei organiza a ação da compra e da venda, não passa mais pela autoridade.

Para se passar da sesmaria para a propriedade capitalista da terra, esbarra-se em problemas sérios com as terras indígenas. Eles continuavam tendo os antigos territórios de fato, mas não mais de direito.

O governo imperial cria, então, uma série de instruções para que essas terras sejam regularizadas. A ideia por trás disso é que tenham comissões demarcadoras com engenheiros para demarcar as terras indígenas. Não como hoje em dia! Mas para que saibam o número de indígenas que existem dentro da área e que possam definir que aquelas famílias que ainda são indígenas, recebam os lotes individuais e trabalhem nele.

O que sobrou de terras foi, então, distribuído aos não indígenas, aos fazendeiros, etc. Foi uma política geral. Foi colocado à venda bens comuns: pastos, rebanhos... Agora, era cada família, cada pedacinho.

Este foi um momento extraordinariamente triste dentro da História do Brasil.

São esses momentos que marcam essa política constituinte desse processo de assimilação de indígenas. De inviabilização, de invisibilidade, que implicam a perda de territórios, perdas efetivas.

9. O fato é que nos primeiros 50 anos dos portugueses aqui, pelas descrições, o Brasil parecia uma terra boa, um verdadeiro paraíso. Depois, torna-se um lugar violento, perverso.

- ✓ Quais as razões de tantas barbáries?
- ✓ O que é possível compreender sobre essas lutas hoje?

Em um primeiro momento falava-se de uma terra que era boa, um verdadeiro paraíso verde, cheio de potencialidade. Depois dos primeiros 50 anos ela começa a ser um lugar de encontro violento, perverso, mas que marcava a visão dos portugueses de catequizar aquelas populações sob o ponto de vista deles, das doutrinas que eles usavam. Era uma doutrina de salvar aquelas populações, ainda que sob o preço de matar, exterminar, praticar barbaridades, mas isso fazia parte da visão religiosa.

Toda a formação de Portugal e Espanha se dá através de conquistar terras dentro da Península Ibérica aos mouros. Então, quando Portugal vem pra cá, já vem com uma tradição em nome da religião, dessa chamada Guerra da Reconquista.

É possível compreender como os processos históricos mudam. Processos políticos, interesses econômicos, e mesmo uma ideologia como a de criar um Brasil que seja diferente da Europa pode levar a aumentar ou diminuir as chances dos indígenas de sobreviver, de se apresentar, de serem reconhecidos. Os indígenas podem sempre pensar e ampliar as suas chances materiais, de terra, de proteção, de ter elementos para avançar, observando e avaliando a história.

10. Na terceira imagem apresentada na aula, os aparecem imagens de homens barbados com roupas de indígenas. São eles que fazem essa corrente entre o mundo europeu e o mundo indígena.

- ✓ Quem é o mediador que, quando chega o momento da conquista, que faz a intermediação entre indígenas e o mundo europeu³?

Os missionários cumprem o papel de mediadores privilegiados quando se estabelece o período colonial, dizendo aos colonizadores que eles são humanos, podem ser cristianizados e podem ser convertidos em vassalos dos reis europeus, que podem virar brancos e depois, posteriormente, um povo brasileiro. Muitas dessas ideias são ainda hoje reproduzidas por elites locais e militares, principalmente.

Autoavaliação

Marque agora a resposta que achar mais coerente.

1. O mundo europeu precisava se expandir economicamente. Os portugueses saíram em busca de:
 - ✓ especiaria, comércio, renda para Portugal ficar mais forte. Os portugueses estavam cercados pela Espanha e pelo mar, era um país mínimo dentro da Europa. Vivia um enfrentamento muito grande com a Espanha que era, militarmente, mais forte. A estratégia era chegar à Índia. Os geógrafos que os ajudavam, não pensavam que o mundo fosse tão grande.

2. O Brasil era o litoral do pau-brasil, essa era a estrutura do Brasil.
 - ✓ O Brasil foi fundado no litoral do Pau-Brasil. Porém, os indígenas do interior recebem, desde o início, muito impacto dos portugueses.
3. A ação dos jesuítas e dos portugueses em relação aos povos indígenas no Brasil era discutida. Questões como a escravização ou a liberdade, os critérios de conversão e as consequências de tudo isso para a colonização do Brasil, eram muito pensadas. Qual o verdadeiro objetivo da ação missionária no Brasil?
 - ✓ Aos indígenas aliados dos portugueses e aos aliados dos franceses não teriam chance de ter garantido o reconhecimento das culturas, nem de autonomia, mas sim a catequização. E os dois grupos seriam mão de obra nos empreendimentos coloniais (econômicos, militares e geopolíticos).
4. O Brasil sempre esteve predestinado a Portugal?
 - ✓ Nos primeiros 50 anos, depois de 1500, não existia um projeto português de ser uma soberania no Brasil. Os franceses lutaram pela mesmo comércio das especiarias.
5. Nas imagens apresentadas pelo Prof. João Pacheco, é possível perceber em algumas a superioridade dos missionários diante dos povos indígenas. Em outras, mostra-os como seres humanos degradados, selvagens e canibais.

Qual o objetivo central dessas representações?

- ✓ Apresentar uma postura que justificasse a conquista, a proposta de mudança da sua cultura, dos seus valores. Este era o projeto.

07 – Do SPI à FUNAI: a ambiguidade da tutela.

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Analisar as diferenças que constituem o Brasil.
- ✓ Identificar as estratégias utilizadas pelo Estado para dominar aos povos indígenas.
- ✓ Interpretar os objetivos para a criação do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio.
- ✓ Explicar as razões da estruturação do serviço de Estado para trabalhar com os povos indígenas e da escolha do Rondon.
- ✓ Criticar as razões que levaram o Ministro da Agricultura, Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, a ir ao Museu Nacional e a resposta dos antropólogos.
- ✓ Interpretar a política protecionista e a pedagogia da civilização.
- ✓ Justificar o que acontece no Brasil nos 12 anos entre a criação da Lei da tutela e sua implementação.
- ✓ Interpretar o papel do SPI depois que a Lei da tutela

entrou em vigor, em 1928.

- ✓ Analisar o contexto político em que o papel do SPI muda.
- ✓ Analisar os anos 40 e 50 para os indigenistas no Brasil.
- ✓ Criticar as consequências que teve para a questão indígena do Brasil, o contexto político interno e internacional, nos anos 60 e 70.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha “pontos de observação” específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula do Prof. Antonio Carlos de Souza Lima.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.
1. O surgimento do Estado Republicano e as consequentes mudanças para os povos indígenas.
 2. O positivismo e suas influências nos processos civilizatórios dos povos indígenas.
 3. As estratégias do Rondon e do Serviço de Estado.
 4. Darcy Ribeiro e o período de 1940/1950 para a prática indigenista.
 5. Final da década de 1970 e início da década de 1980:

Funai começa a se movimentar para demarcar as Terras Indígenas.

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula do Prof. Antonio Carlos de Souza Lima, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. “(...) Essa ideia de Estado Nacional é a ideia que pauta a História do Brasil. É a ideia que toda uma história que a gente aprende é de um “apagamento” das diferenças que o Brasil contém (...)”. Essa é uma das primeiras falas do Prof. Antonio em sua aula.
 - ✓ Faça uma análise dessa fala do Prof. Antonio, contextualizando-a no período em que a monarquia chega ao fim, com o golpe em que instala a República no Brasil.
2. No início do regime republicano é intensificado o processo de construção de linhas telegráficas, de mapeamentos de territórios, de conhecer quem são os cidadãos e chegar até eles.
 - ✓ Qual o verdadeiro objetivo dessas construções e mapeamentos?
 - ✓ Quais as consequências diretas?
3. Em 1906 foi criado o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, através de um decreto. Por outro lado, havia o Movimento Nacional de Agricultura.
 - ✓ Explique a demanda que levou à criação deste Ministério.
 - ✓ Qual a atuação deste Ministério e a do Movimento Nacional de Agricultura?
4. Em 1909 tem-se no Brasil um Ministério no papel, mas que não é implementado de fato. Um dos órgãos previstos é o Serviço de Catequese e Civilização, onde estão vários militantes do movimento positivista ortodoxo. É neste momento em que se estrutura um serviço de Estado para trabalhar com os povos indígenas e uma das razões de se escolher Rondon.
 - ✓ Por que escolher Rondon?
 - ✓ Quais as estratégias que estão por trás da ideologia positivista?
 - ✓ Trace um paralelo entre os positivistas e os jesuítas.
5. O Ministro da Agricultura, Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, em 1910, vai ao Museu Nacional e pergunta aos antropólogos se eles acham que os indígenas são capazes de ser civilizados, se poderiam se tornar mão de obra útil para os destinos da nação. Eles respondem que sim, claro!
 - ✓ O que acontece a partir dessa conversa?

- ✓ Qual o órgão que foi criado?
 - ✓ Qual a verdadeira função desse órgão?
6. O Prof. Antonio em sua aula diz que: “ A política não era uma política de genocídio. A política protecionista, como toda política, era uma faca de muitos gumes”.
- ✓ O que ela pretendia fazer com os povos indígenas?
 - ✓ O que o Prof. Antonio chama de “pedagogia da civilização”?
7. A primeira Lei foi criada para regulamentar o regime tutelar, que seria previsto no Código Civil de 1916, e que deveria atribuir ao SPI o papel de tutor, começou a tramitar em 1912 no Congresso Nacional. Mas só foi aprovada como lei 5.484 em 1928. Nesta Lei não se estabelecia claramente quem seria o tutor no entanto,...
- ✓ Quem escreveu a Lei n. 5484/1928?
 - ✓ Quem deveria ser o tutor?
 - ✓ Durante esses 12 anos, quem resolvia as questões legais referentes aos povos indígenas?
 - ✓ Faça uma análise dessa situação.
8. Em 1928 a Lei 5484 que regulamenta o regime tutelar entra em vigor. O papel do SPI muda.
- ✓ No momento em que a Lei da tutela entra em vigor, qual o papel que o SPI assume?
 - ✓ Quais as estratégias estabelecidas?
 - ✓ Quais as ações que o SPI praticou?
9. Com base na aula do Prof. Antonio, os anos 40 e 50 foram muito importantes para os indigenistas no Brasil. Faça uma análise a respeito deste período,
- ✓ sob que aspectos foram considerados importantes;
 - ✓ qual a relação que tem com a Funai;
 - ✓ quais os fatos marcantes para as questões indígenas;
 - ✓ quais as ideias estruturantes para as questões indígenas.
10. Nos anos 60 e 70 o Brasil vivia sob um regime de ditadura militar. No plano internacional, os movimentos vinculados aos Direitos Humanos cresciam. Havia a Guerra do Vietnam, a América Latina e vários países do mundo estavam sob ditaduras fortíssimas...
- ✓ Quais as consequências desse contexto para a questão indígena no Brasil?
 - ✓ Qual a atuação da Funai neste momento?

- ✓ Analise sob o ponto de vista político, estratégico e legal.

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu os 5 (cinco) contextos mais representativos para cada assunto:

1. O surgimento do Estado Republicano e as consequentes mudanças para os povos indígenas.
2. O positivismo e suas influências nos processos civilizatórios dos povos indígenas.
3. As estratégias do Rondon e do Serviço de Estado.
4. Darcy Ribeiro e o período de 1940/1950 para a prática indigenista
5. Final da década de 1970 e início da década de 1980: Funai começa a se movimentar para demarcar as Terras Indígenas.

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudou sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção¹

¹ Todas as respostas foram construídas a partir da aula do Prof. Antonio Carlos de Souza Lima.

1. “(...) Essa ideia de Estado Nacional é a ideia que pauta a História do Brasil. É a ideia que toda uma história que a gente aprende é de um “apagamento” das diferenças que o Brasil contém (...)”. Essa é uma das primeiras falas do Prof. Antonio em sua aula.
 - ✓ Faça uma análise dessa fala do Prof. Antonio, contextualizando-a no período em que a monarquia chega ao fim, com o golpe em que instala a República no Brasil.

Com o golpe da República que impõe o fim da monarquia, os brasileiros deixam de ter como perspectiva um estado mononacional, monocultural, monolíngüístico... Que reunia simbolicamente o Brasil, em torno de uma única figura, o Imperador.

No regime republicano a comunidade política é dos cidadãos, que é essencial para a estruturação das instituições. Não é mais uma única figura emblemática.

É muito importante a compreensão de que a história de conquistas no Brasil não acaba quando é instaurado um Estado Nacional Brasileiro, nem quando se torna independente, nem com o fim da monarquia.

O Brasil não foi objeto de uma única conquista. A cada contato com os povos indígenas existe uma nova história de conquista. Seja do órgão administrativo. Seja da Coroa Portuguesa. Seja do Estado Brasileiro. Mas em todos eles, a conquista é sempre sobre um povo indígena.

Com a República, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio, o que acontece é a continuidade das múltiplas conquistas e a ocupação de partes do território brasileiro, criando conflitos com muitos povos indígenas.

É uma história de muitas tentativas de colocar um fim às diferenças. Em um país com tanta diversidade.

2. No início do regime republicano é intensificado o processo de construção de linhas telegráficas, de mapeamentos de territórios, de conhecer quem são os cidadãos e chegar até eles.
 - ✓ Qual o verdadeiro objetivo dessas construções e mapeamentos?
 - ✓ Quais as consequências diretas?

Bom, Se a base do regime republicano são os cidadãos, é isso o que querem: conhecê-los e chegar até eles!

Se no Império boa parte da administração pública era feita pela Igreja, no regime republicano há uma separação entre a Igreja e o Estado. E se o Estado era, teoricamente, democrático, precisava ter sua presença demarcada em diferentes pontos. Era a sua expansão. E essa expansão era com a presença militar.

No final do século XIX, ainda no período colonial, começaram a surgir algumas Comissões Telegráficas, feitas por militares. Uma delas era a Comissão Rondon, Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas. Seu objetivo era a busca pela integração nacional e a penetração nas regiões onde não se tinha grandes contatos.

Essa expansão levou às aldeias indígenas e ao extermínio desses povos. Um exemplo é o Norte do estado do Rio de Janeiro, onde não existem povos indígenas.

No entanto, o Estado brasileiro continuava fraco, pouco instrumentalizado. E uma das estratégias foi criar meios de comunicação. E o telégrafo foi uma das principais vias a distância.

3. Em 1906 foi criado o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, através de um decreto. Por outro lado, havia o Movimento Nacional de Agricultura.
 - ✓ Explique a demanda que levou à criação deste Ministério.
 - ✓ Qual a atuação deste Ministério e a do Movimento Nacional de Agricultura?

Por volta de 1906, vários segmentos da elite empresarial do Brasil, resolveram reclamar que o país não podia continuar com apenas a monocultura cafeeira. Queriam uma diversificação da economia e propunham que fosse criado um espaço específico no Estado para que, essas e outras maneiras, pudessem ser contempladas.

A grande reivindicação era a criação de um ministério específico para tratar dos interesses deles.

Foi, então, um movimento estritamente político brasileiro republicano que instaurou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Foi criado no papel em 1906, através de um decreto, pelo presidente Afonso Pena, para acalmar os reclamantes.

Como não foi levado à prática, existia um Movimento Nacio-

nal de Agricultura, que era, de fato, a representação dos produtores rurais.

4. Em 1909 tem-se no Brasil um Ministério no papel, mas que não é implementado de fato. Um dos órgãos previstos é o Serviço de Catequese e Civilização, onde estão vários militantes do movimento positivista ortodoxo. É neste momento em que se estrutura um serviço de Estado para trabalhar com os povos indígenas e uma das razões de se escolher Rondon.

- ✓ Por que escolher Rondon?
- ✓ Quais as estratégias que estão por trás da ideologia positivista?

Em 1909, quando Afonso Pena faleceu, é iniciado um momento de grandes negociações políticas. A questão é que o Ministério existia apenas no papel. O vice-presidente Nilo Peçanha assume o poder e ele era ligado à sociedade Nacional Agrícola. Como ele não poderia se candidatar à presidência nas eleições de 1910, faz toda a negociação para seu candidato. E como é feita essa negociação? Através de promessas, empregos, recursos, poder e cargos!

Nesse grupo voltado para a expansão da agricultura no Brasil, estavam presentes diversos militantes do movimento positivista ortodoxo. Este movimento era muito forte, de origem francesa, criado por Augusto Comte, de estruturação das Ciências Sociais e da Antropologia. Influenciou muito as escolas militares no Brasil. E foi, em parte, uma das bases do golpe que levou à República. Essa ideologia, como todo o pensamento do século XIX e início do século XX, é evolucionista.

É neste momento que cresce a ideia de se criar um serviço de Estado, para trabalhar com os povos indígenas. E é esta uma das razões de se ter escolhido como Candido Mariano da Silva Rondon, que estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro e conviveu com os professores e alunos positivistas ortodoxos. E se converteu em positivista. Não era apenas um filósofo da doutrina, era um praticante. Ele era o exemplo vivo da possibilidade de civilização dos indígenas.

Depois do golpe da República, a primeira função do Rondon foi trabalhar em comissões de linhas telegráficas. Essas comissões retomaram, então, os métodos de contato desenvolvidos pelos jesuítas no período colonial. Todas as estratégias de atração e pacificação eram formas de guerra branca, onde se guerreia com símbolos. Rondon propõe, então, a criação da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, que ficou conhecida como Comissão Rondon, e que foi altamente investida de valores simbólicos pelos positivistas ortodoxos e pelo meio científico. Foi dessa que se tornou célebre.

Esses empreendimentos eram muito caros e os estados brasileiros não tinham como financiá-los. Os positivistas ortodoxos sabiam muito bem utilizar a imprensa e isso era extremamente útil, pois divulgaram em livros, conferências, exposições, todo o trabalho, do Mato Grosso ao Amazonas. Mas também, levando materiais para museus, o que era ótimo para eles, pois não tinham as condições dos museus europeus. Isto tudo deixava quem fazia expedições em posição importantíssima. Em troca, receberam muito apoio político. Quando se falava em acabar com a missão, conseguiam uma enorme mobilização contra.

Rondon já era, então, muito conhecido e era apresentado para a classe política da época como um conhecedor da situação indígena. Não era um religioso, mas um especialista

nos povos indígenas. Quando resolve-se criar o Serviço de Catequese, os positivistas já tinham deixado claro que não queriam os jesuítas trabalhando com os indígenas. Porque o Brasil é um país sem confissão religiosa, é uma República e eles queriam um SPI leigo, oficial e público.

5. O Ministro da Agricultura, Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, em 1910, vai ao Museu Nacional e pergunta aos antropólogos se eles acham que os indígenas são capazes de ser civilizados, se poderiam se tornar mão de obra útil para os destinos da nação. Eles respondem que sim, claro!
- ✓ O que acontece a partir dessa conversa?
 - ✓ Qual o órgão que foi criado?
 - ✓ Qual a verdadeira função desse órgão?

Quem realmente implementou o Ministério, foi Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda. Era preciso criar uma obra para conseguir a libertação das populações indígenas e dos trabalhadores nacionais. Os trabalhadores nacionais eram os libertos da escravidão e as populações pobres mestiças do interior. Portanto, o Estado tinha numerosos indígenas que passaram a ser sertanejos. Deixaram de ser povos indígenas...

Neste momento, o Ministro diz, então, que será criado um Serviço para Proteção dos Indígenas e Localização dos Trabalhadores Nacionais o SPILTN. Este serviço nada mais é que um serviço de colonização. Portanto, tinha como uma de suas principais funções LIBERAR TERRAS. Atrair populações indígenas que viviam em seus territórios, de acordo com suas cultu-

ras, seus modos de vida próprios, para lugares onde estivesse estabelecida a presença militar.

Traziam os indígenas pela persuasão e não pela força. Ofereciam bens, para perto de seus postos, liberando suas terras para as empresas colonizadoras.

Os objetivos do SPILTN eram:

- ✓ Colocar um fim aos conflitos entre os indígenas e as pessoas das regiões de fronteiras agrícolas, que eram inúmeras naquele momento.
- ✓ Atrair populações indígenas que não estivesse em conflito, colocá-las em contato com o SPI, para serem protegidas da atuação violenta dos brancos em diversas partes do Brasil. Retirar os indígenas de regimes semiescravocratas ou escravocratas de trabalho. Ao mesmo tempo, ensinava-os vários trabalhos.

Por outro lado, com os chamados trabalhadores nacionais, faziam a mesma coisa. Juntavam a população na mesma região administrativa, o que eles chamavam de "agremiação", como parte de um centro agrícola.

A ideia era: agremiar para civilizar. Colocar roupa, aprender as primeiras letras, o português, trabalho. Ensinavam as mulheres a costurar, a cozinhar, aos homens a carpintaria, a construir casas de branco... Civilização! Trabalhar como branco, para branco. Deixar de ser indígena.

O SPI exibia fotos, como sendo ações positivas.

6. O Prof. Antonio em sua aula diz que: " A política não era uma política de genocídio. A política protecionista, como toda política, era uma faca de muitos gumes".

- ✓ O que ela pretendia fazer com os povos indígenas?
- ✓ O que o Prof. Antonio chama de " pedagogia da civilização"?

Era uma política que, supostamente, protegia. Mas, na realidade, liquidava todas as características dos povos indígenas. Era sim uma política etnocida. E não genocida. Preservava as pessoas e pretendia melhorar a vida dos povos indígenas, transformando radicalmente suas vidas. "Ser índio era uma coisa transitória. E passar adequadamente uma pedagogia da civilização", diz o Prof. Antonio Carlos, em sua aula.

A pedagogia da civilização é a ideia de que os índios não precisam de terra para reproduzir seu modo de vida. Precisam de um pedaço de terra equivalente a um sítio branco, para plantar uma mandioca, uma comidinha e só isso. Deixariam de ser indígenas pela intervenção.

É preciso ressaltar que entre a ideologia e a prática havia uma grande diferença. O grupo do SPI, correligionários positivistas do Rondon, preparou a primeira Lei, o primeiro "estatuto" republicano, que era a lei que regulava a chamada tutela.

Pelo 1º Código Civil Republicano, os indígenas estavam descritos como silvícolas relativamente incapazes. Aqueles que dispersam patrimônios. Essa também foi uma manobra do grupo criador do SPI.

7. A Primeira Lei foi criada, a lei que regulava a chamada

tutela, em 1912, no Congresso Nacional. Mas só foi aprovada em 1928. Nesta Lei não se estabelecia quem seria o tutor...

- ✓ Se já havia o SPI, porque não foi este serviço que escreveu a Lei?
- ✓ Quem deveria ser o tutor?
- ✓ Durante esses 12 anos, quem resolvia as questões legais referentes aos povos indígenas?
- ✓ Faça uma análise dessa situação.

Foi estabelecida a tutela, mas não se dizia quem seria o tutor. Foi criada a Lei, em 1912, no papel, no Congresso Nacional. Mas só foi aprovada em 1928. Ou seja, 16 anos em tramitação. O órgão que deveria escrever a tutela era o SPI, mas ele não tinha nem reconhecimento nem poder jurídico para isso.

Durante esses 12 anos, todos os problemas legais relativos aos povos indígenas eram resolvidos pelos juizes de órfãos do interior. Não existia controle federal. Na Primeira República, as terras devolutas estavam nas mãos dos estados e municípios e não da União. Houve, portanto, sempre um enorme conflito, porque eram os estados que tinham todo o poder.

O SPI é um serviço federal. Ao criar um posto indígena, estava criando no meio de uma jurisdição federal. Neste caso, deveria ser negociado e nem sempre as negociações eram fáceis. E nem sempre deram certo.

Quando o SPI começou atuar, não tinha recursos nem pessoal para isso. Desde sua criação, o SPI foi ameaçado de extinção

inúmeras vezes e sempre contou com poucos recursos financeiros.

Por um lado, na hora que a lei entra em vigor, em 1928, o SPI passa a ter força jurídica para fazer o que antes era feito na base da negociação.

8. Em que momento se dá a mudança do papel do SPI? Qual o contexto político em que essas mudanças ocorrem?
- ✓ Qual a realidade do SPI nesse momento?
 - ✓ Qual a função do SPI em relação às terras e aos povos indígenas?
 - ✓ Faça uma análise desse modelo.

A partir do momento em que o SPI começou a atuar, mesmo sem infraestrutura suficiente, ele passa a ter força jurídica para fazer tudo o que fazia antes, só que na base da negociação. Mas isso ocorreu, porque houve um grande problema jurídico no Paraná, com a elite paranaense, que virou matéria no Congresso.

O SPI criou uma povoação indígena em um antigo aldeamento, em uma terra que já havia sido usada, parcialmente, para a construção de uma cidade. Mas havia índios lá. Então, havia uma regulação da terra, uma reivindicação federal, os indígenas no meio disso tudo e uma complicação jurídica imensa!

Até este momento, o SPI se organizou para criar uma frente de atração na região dos povos Kaingang e outras foram criadas no oeste de São Paulo. Era o caso de maior repercussão

nacional e eles precisavam mostrar que eram capazes de dar conta daquilo para o qual eram responsáveis. Dentro de um órgão específico eram capazes de pacificar sem serem padres.

À medida que os povos indígenas se aproximassem do porto e estabelecessem uma rotina de relacionamento, com roupas, alimentos e fazendo as roças por perto, o posto de atração e pacificação passa a posto de CIVILIZAÇÃO.

A estratégia é de sedução e de engano. Seduz e abandona. Mais tarde, no meio do processo, todo o ônus vai para os indígenas. O objetivo é a emancipação econômica dos indígenas. E para isto, é preciso que eles abandonem seus modos de vida e deixem de ser índios.

Mesmo que essa visão tenha mudado ao longo do tempo, foi essa prática que estruturou o SPI.

9. Com base na aula do Prof. Antonio, os anos 40 e 50 foram muito importantes para os indigenistas no Brasil. Faça uma análise a respeito deste período.
- ✓ sob que aspectos foram considerados importantes;
 - ✓ quais os fatos marcantes para as questões indígenas;
 - ✓ quais as ideias estruturantes para as questões indígenas;
 - ✓ qual a relação que tem com a Funai.

A visão de que indígenas deixariam de ser indígenas mudaria ao longo do tempo, mas é a prática que estrutura o SPI. O grupo que estava no SPI também começou a mudar, pois muitos começaram a se aposentar, outros faleceram, e outras pessoas entraram em cargos de direção, com novas ideias. O grupo rondoniano também evoluiu com a convivência e com o trabalho no dia a dia com os indígenas. Isso aconteceu até os anos 30.

Com a chamada Era Vargas, com a ditadura do Getúlio Vargas, o SPI, que estava sem recursos e pessoas, inicia o que se chama a Marcha para o Oeste. A colonização do interior do Brasil. A colônia agrícola criada no Mato Grosso do Sul, por exemplo, que levou muitos colonos para terras indígenas, é uma criação dessa época. E várias outras foram criadas, o que significou o recrudescimento da pressão sobre os povos indígenas.

Como o SPI já tinha acumulado experiência, queria leis específicas em relação às terras. Estudaram legislações específicas de outros países, para que pudessem propor uma legislação para terras indígenas no Brasil. E, mais uma vez, um movimento de colonização, um órgão com responsabilidades coloniais, vai receber recursos para atuar pacificando.

O SPI já tinha atuado demarcando terras em diferentes pontos do Brasil, nos primeiros anos, com a Comissão Telegráfica. As demarcações foram muito reduzidas, isso foi um padrão. Mas nos anos 40 e 50 isso vai mudar. Foram anos muito importantes para a questão indigenista brasileira, porque já havia mais conhecimento sobre as populações indígenas. E este conhecimento foi necessário para períodos posteriores para a atuação da Funai, quando ela atua na expansão da Amazônia, no regime militar, na década de 1960.

Uma questão marcante é que eles perceberam a importância

de se ter antropólogos, com uma política eficaz para a terra, para a saúde.

Com a entrada para o SPI de antropólogos como Darcy Ribeiro, um visionário, Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira, inclusive um nome muito importante foi diretor, José Maria da Gama Malcher. Esse período, 1940/1950, houve grandes mudanças, que reverteram em algumas alterações para a prática indigenista.

No final dos anos 50 e início dos anos 60, começaram a pensar em um novo modelo de instituição indígena. Conceberam, então, a ideia de uma fundação, de direito privado, dirigido por um conselho deliberativo, sem presidente. Esta instituição formularia a política e controlaria sua implementação. Em 1967 é posta em prática, com a Funai, um órgão militar.

10. Nos anos 60 e 70 o Brasil vivia sob um regime de ditadura militar. No plano internacional, os movimentos vinculados aos Direitos Humanos cresciam. Havia a Guerra do Vietnam, a América Latina e vários países do mundo sob ditaduras fortíssimas...

- ✓ Quais as consequências desse contexto para a questão indígena no Brasil?
- ✓ Qual a atuação da Funai neste momento?
- ✓ Analise sob o ponto de vista político, estratégico e legal.

As ideias dos anos 50 foram começar a ser implementadas nos anos 60. No plano internacional, os movimentos de Direi-

tos Humanos estão crescendo. A questão indígena começa a ganhar visibilidade por pressão dos direitos humanos.

O Estado responde às críticas internacionais, por diversos movimentos de defesa dos direitos humanos, criando o Estatuto dos Índios, em 1973. Muitos destes movimentos fazem pressão aos órgãos financiadores, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, dizendo que financiavam essa grande extorsão. Financiavam barragem, hidrelétrica, linhas de transmissão de telefonia...

A pressão fez com que tudo fosse resolvido ao estilo dos militares. O Congresso não existia, praticamente. Pegaram o material dos anos 50, integraram à Convenção 107, e fizeram, de qualquer maneira, o Estatuto do Índio para dar satisfação. Não para ser implementado.

O Estatuto definia as categorias de terras indígenas e ainda dizia que eles estavam prontos para serem emancipados e liberados de suas terras. Portanto, ninguém queria saber o que os indígenas queriam. Havia um DECRETO, pelo qual eles seriam emancipados.

Em 1977, tinha dentro da Funai, um grupo de servidores que criticava sua forma de atuação e o regime militar. Além disso, propunham outra forma de trabalhar com os povos indígenas. Por isto, acabou sendo demitido.

Por outro lado, a partir de experiências desenvolvidas junto às organizações de apoio na área de educação bilíngue, sustentabilidade, educação, através das quais os povos indígenas e seus aliados foram trabalhando junto a eles e expressando vontades. Este é o momento em que muitos grupos indígenas começam a se articular para reivindicar seus direitos territoriais. Isso começa a gerar uma forte pressão pela demarcação das terras indígenas.

De 1977 a 1980 a Funai se movimenta para demarcar as terras. O Prof. João Pacheco tem um papel muito importante, fazendo uma pesquisa e escrevendo "Terras Indígenas no Brasil: Uma tentativa de Abordagem Sociológica". As terras indígenas são sim um problema fundiário.

Isso tudo causou um grande impacto no Brasil, próximo ao fim da ditadura, quando Tancredo Neves iria assumir, ele mas faleceu e Sarney assumiu. Neste período, a Funai passou por grandes mudanças, os militares saíram e grande parte dos funcionários que havia sido demitidos em 80/81, voltaram.

Autocorreção

Marque agora a resposta que achar mais coerente.

1. Com o surgimento do Estado Republicano, se instaura no Brasil o trabalho livre. E os povos indígenas recebem, diretamente, as consequências dessa nova política.

A) Por conta dessa nova concepção de trabalho livre, várias regiões do Brasil são invadidas, com o objetivo de exploração econômica. É um movimento de penetração rumo ao interior, se defrontando com os povos indígenas, os verdadeiros donos da terra.

2. O positivismo era uma ideologia de origem francesa, criada por Augusto Comte, que influenciou fortemente as escolas militares no Brasil. Por que está vinculado ao pensamento de “civilizar” os povos indígenas?

A) Por ser uma ideologia evolucionista (consideravam que existiam 3 estados) e que os indígenas estavam em seu primeiro estado: o primitivo. Eles achavam que ao estado positivista (o terceiro e último) só eles já haviam chegado, a Humanidade ainda não havia evoluído até ele.

3. Os jesuítas entraram pelos sertões tocando flautas e entoando hinos a Deus. Acreditavam que a música abrandava as almas selvagens. Em 1909, Ron don retomou essa prática...

A) Todos os dias, entravam nos acampamentos das Linhas Telegráficas, cantando hinos a Deus e rezando em um gramofone. Até os indígenas que estivessem longe, nas matas, escutavam.

B) Todos os dias, entravam nos acampamentos das Linhas Telegráficas, só que ao invés de cantar hinos a Deus, cantavam o Hino Nacional em um gramofone. Até os indígenas que estivessem longe, nas matas, escutavam. E hasteavam a bandeira e formavam para cantar o Hino.

4. Em 1962, o antropólogo, educador e pensador brasileiro Darcy Ribeiro, escreve o livro “ A Política Indigenista Brasileira”.

A) Contando sua experiência no SPI e toda a proposta indigenista brasileira até então.

5. No início dos anos 80, todos falavam “pela demarcação das Terras Indígenas”. Mas a verdade é que ninguém sabia o que eram, quantas eram... O Prof. João Pacheco de Oliveira fez, então, uma pesquisa de 1981 a 1982 e publicou, em 1983, a chamada “Terras Indígenas no Brasil: uma Tentativa de Abordagem Sociológica”.

Qual o objetivo de sua pesquisa?

B) Mostrar que as Terras Indígenas são categorias administrativas. Os povos indígenas ocupavam apenas 0,9% das terras no Brasil. Foi a primeira vez que alguém disse que o grande problema no Brasil é fundiário.

B) Mostrar que as Terras Indígenas são categorias administrativas. Os povos indígenas ocupavam apenas 0,9% das terras no Brasil. Foi a primeira vez que alguém disse que o grande problema no Brasil é fundiário.

Respostas corretas: 1. B, 2. A, 3. B, 4. A, 5. B.

08 – Conceitos chaves e instrumentos de entendimento do funcionamento do Estado brasileiro.

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Identificar a função do Estado.
- ✓ Analisar as diferentes formas de garantir a ordem.
- ✓ Explicar a interpretação pelo poder.
- ✓ Interpretar o papel do Estado em seu poder de criar e interpretar normas.
- ✓ Interpretar o sistema federativo brasileiro, onde o poder se concentra, por quem são criadas as normas e os direitos indígenas.
- ✓ Identificar dentro da estrutura do Governo, quais os Ministérios mais importantes para os povos indígenas.
- ✓ Interpretar a representação institucional dos povos indígenas e o procedimentos de demarcação de suas terras.
- ✓ Explicar a organização das polícias no Brasil.

- ✓ Explicar a estrutura política e judiciária dentro do Estado.
- ✓ Analisar o resultado final da reestruturação da Funai.
- ✓ Identificar como o Estado em suas instâncias se organiza e, nessas instâncias, como lida com as causas indígenas.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha “pontos de observação” específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula do Prof. Rafael Thomaz Favetti.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.
1. A ideia de Estado Nacional é que há uma transformação do que é a teologia. É a ideia do estudo sobre o sagrado. A vida com o sagrado é a vida única e correta. E essa ideia da teologia, se transforma ao longo da história no que, hoje, a gente chama de metodologia.
 2. Silvícola é o isolado, é o selvagem, ser da floresta. Quando você tem a constituição brasileira, ela dá outra roupagem, ela dá outra ideia para o índio.

3. No referendo você já tem um texto pronto. No plebiscito você tem a ideia. Você, então, consulta o que o povo deseja. Fora esses dois casos, a democracia se dá através dos partidos.
4. Existe a Secretaria Nacional do Ministério da Justiça, que cuida, por exemplo, da classificação indicativa dos filmes que vemos.
5. Dentro do Ministério da Fazenda tem um órgão chamado Banco Central do Brasil, que é o que cuida da inflação, da moeda, do sistema financeiro, câmbio, dólar, cotação.

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula do Prof. Rafael Thomaz Favetti, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. Existe uma construção histórica em que o Estado passa a ser o grande Deus.
 - ✓ O que fundamenta essa afirmativa?
 - ✓ Qual o exemplo que o Prof. Rafael Favetti cita em sua aula?
2. Ter ordem é necessário para que haja civilidade. Será que dentro de uma organização social diferente como, por exemplo, um mais velho, um mais forte, um mais inteligente, um mais sortudo, etc., a tradição, a religião, será que podem garantir ordem?

- ✓ A pergunta mais interessante é: só o Estado que garante a ordem?
 - ✓ Lei é um tipo de norma, lei é norma baixada pelo Estado. Existe outro tipo de norma?
3. Quem tem o poder de interpretar, tem todo o poder.
 - ✓ Qual é o fim? A norma? A interpretação?
 4. O Prof. Rafael lembra em sua aula que a ideia do Estado é um centro de poder e que não é só o poder de criar normas, mas é também o poder de interpretar as normas.
 - ✓ O que isso significa em termos de estrutura de Estado?
 - ✓ Qual a importância de uma Constituição?
 5. O sistema federativo brasileiro é um sistema no qual tem a União, os Estados e os Municípios. O poder se concentra na União, lembrando que o poder não é só criar normas, mas também interpretar normas.
 - ✓ Por quem são criadas as principais normas da vida dos indivíduos?
 - ✓ E dos direitos indígenas?

6. Dentro do Governo tem os Ministérios, as Secretarias, os órgãos dos ministérios, com a mesma hierarquia.
 - ✓ Como é a estrutura dos Ministérios mais importantes para os povos indígenas no Brasil?

7. O Prof. Rafael em sua aula disse: “A terra indígena é propriedade da União. Então, quando os povos indígenas têm alguma coisa, é território nacional”.
 - ✓ O movimento indígena se sente suficientemente representado institucionalmente?
 - ✓ Qual o procedimento de demarcação das terras indígenas?

8. No Brasil nós temos algumas Polícias. Algumas existem só no papel.
 - ✓ Como estão organizadas as polícias na União, nos Governos dos Estados e Municípios?

9. O povo e os Estados têm seus representantes.
 - ✓ Como é a estrutura política e judiciária dentro do Estado?

10. O Prof. Rafael Favetti afirma: “É importante entender o seguinte: a causa indígena está completamente ligada

uma com a outra.”

- ✓ Como o Estado, em suas instâncias jurídicas, se organiza?
- ✓ E nessas instâncias, como lida com as causas indígenas?

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu as 5 (cinco) frases mais representativas para cada assunto:

1. A ideia de Estado Nacional é que há uma transformação do que é a teologia. É a ideia do estudo sobre o sagrado. A vida com o sagrado é a vida única e correta. E essa ideia da teologia, se transforma ao longo da história no que, hoje, a gente chama de metodologia.
2. Silvícola é o isolado, é o selvagem, ser da floresta. Quando você tem a constituição brasileira, ela dá outra roupagem, ela dá outra ideia para o índio.
3. No referendo você já tem um texto pronto. No plebiscito você tem a ideia. Você, então, consulta o que o povo deseja. Fora esses dois casos, a democracia se dá através dos partidos.
4. Existe a Secretaria Nacional do Ministério da Justiça, que cuida, por exemplo, da classificação indicativa dos filmes que vemos.

5. Dentro do Ministério da Fazenda tem um órgão chamado Banco Central do Brasil, que é o que cuida da inflação, da moeda, do sistema financeiro, câmbio, dólar, cotação.

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudei sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção¹

1. Existe uma construção histórica em que o Estado passa a ser o grande Deus.
 - ✓ O que fundamenta essa afirmativa?
 - ✓ Qual o exemplo que o Prof. Rafael Favetti cita em sua aula?

A história caminhou para a construção do Estado que passa a ser Deus. É uma ideia de que há uma transformação do que é a teologia, o estudo sobre o sagrado, a vida com o sagrado é a vida única e correta. E hoje, Deus dá lugar ao Estado. Porque hoje o Estado tem essa concepção e você não consegue fugir dele, você não consegue se dissociar dele, você não consegue ter uma vida sozinha, isolada dele.

Tudo o que você fizer, tudo o que você viver, o Estado vai estar sempre com você, não tem jeito! Logo, esse Estado tem uma palavra chamada "unificante", mais do que ser unitário, ele é unificante. E busca a todo instante a todos, para dizer: todos são meus, todos me pertencem e vocês não conseguem ficar sozinhos.

¹ Todas as respostas foram construídas a partir da aula do Prof. Rafael Thomaz Favetti.

O Prof. Rafael cita como exemplo:

- Duas pessoas brigam e discutem por um problema só deles. Um está devendo dinheiro ao outro, eles brigam e um mata ao outro. O Estado vai atrás dele, através da polícia, não tem jeito. Aí ele fala que era uma briga particular, que não tem nada a ver com o Estado. Ele pode até querer renunciar ao Estado, pode dizer que vai pro Uruguai. O Estado vai dizer: *não vai! Vai ficar aqui preso, vai esperar o julgamento pelo Estado.*

Ninguém consegue fugir do Estado. Quando o Estado chega ele tem essa ideia de Deus, ele se transforma em um Deus mais imediato. Não é a toa que dentro da política, um dos conceitos mais fortes e mais antigos é chamado Deus Mortal, que tem um nome chamado "Leviatã", que é justamente essa ideia de que quando o Estado chega, ele chega pra arrebentar, não deixa que ninguém caia fora dele, por mais que você não queira. A ideia de existir ordem parece ser uma ideia necessária para que as pessoas vivam em sociedade.

2. Ter ordem é necessário para que haja civilidade. Será que dentro de uma organização social diferente como, por exemplo, um mais velho, um mais forte, um mais inteligente, um mais sortudo, etc., a tradição, a religião, será que podem garantir ordem?
 - ✓ A pergunta mais interessante é: só o Estado que garante a ordem?
 - ✓ Lei é um tipo de norma, lei é norma baixada pelo Estado. Existe outro tipo de norma?

Sim, é o que Estado estabelece e garante a ordem. Mas a religião, a favela, o presídio... Todos têm suas próprias normas. Nos presídios, por exemplo, quando chega uma mulher, os

presos devem olhar para baixo. Na favela, o *trombadinha* não pode roubar a própria favela, é uma ordem e é cumprida. É uma ordem e uma norma.

O que é uma norma? A norma é o meio pelo qual se estabelece a ordem. As normas do traficante, por exemplo, são absolutamente contrárias às normas do Estado. São antagônicas, e isso gera uma disputa dentro daquela população para saber qual a norma que vale.

Lei é um tipo de norma. Lei é a norma estabelecida pelo Estado. É possível ter outro tipo de norma. A norma familiar, que pode ser dada pela mãe, pelo tio, etc.; norma consuetudinária, que são os costumes; normas religiosas.

Para a lei, se cria outro mundo: as leis trabalhistas, a lei penal, a lei administrativa, a lei do consumidor, etc. Mas a lei é só um tipo de norma. Tudo que se refere à lei se refere ao Estado.

A norma só faz sentido se ela tem *sansão*. Uma norma familiar, uma norma que o pai dá ao filho só tem sentido se tiver previsão de punição. Isso não é um conceito, e o que diferencia a norma do conceito é, justamente, que a norma tem essa previsão de punição, de *sansão*. E a *sansão* pode ser um olhar diferente.

Existem *sansões* religiosas. Na igreja católica, quem casa na Igreja e se divorcia, não pode casar de novo, mas pode casar na norma do Estado. Na norma do Estado você pode casar e descasar quantas vezes seu patrimônio aguentar!

3. Quem tem o poder de interpretar, tem todo o poder.

✓ Qual é o fim? A norma? A interpretação?

Quem interpreta o que é ordem é quem detém o poder. É a mesma coisa que acontece com qualquer área indígena,

com qualquer compra e venda. É a disputa da interpretação.

Interpretar é criar. E criar a norma é apenas iniciar a interpretação, é dar o início ao debate para interpretação, mas é a interpretação da norma o verdadeiro debate.

A norma é o fim? No caso das terras indígenas sempre se pensou que quando chega o despacho homologatório, o decreto presidencial, chega-se ao fim. No entanto, é o início do debate, porque se inicia a interpretação.

Qual a interpretação que se tem quando chega um decreto presidencial? *É válido ou não?* Isso é uma disputa de interpretação. Dizer se ele é válido ou não é um discurso e o que está em jogo são discursos para saber, ao final, qual é o que vai prevalecer.

Interesse todo mundo tem. Os mais diversos. O problema é quando estamos lidando com normas. O problema é a interpretação, o debate do discurso. É isso que está em jogo na raposa; é isso que está em jogo nos Xoklengs, em Santa Catarina; é isso que está em jogo em Peruíbe, em São Paulo; é isso que está em jogo no Mato Grosso; é isso que está em jogo no Mato Grosso do Sul. É interpretação.

São as etapas da homologação, que começam nas comunidades. Vem o estudo antropológico, e só aí já se podem ter milhões de interpretações, se o estudo é válido, se não é válido, e percebemos que a norma não é o fim. E sempre se pensou que a norma fosse o fim. Se fosse assim, a norma que proíbe o homicídio resolveria, não haveria mais assassinatos. Se fosse só baixar norma, se fosse só existir a norma, o artigo 121 do código penal: a simples existência da norma impediria que houvesse o homicídio, e mesmo com o homicídio, a interpretação se aquele homicídio foi realmente um homicídio, se não foi em legítima defesa, se não foi como dever legal, se não foi acidental. É uma disputa de interpretação.

É preciso ter mecanismos para que na interpretação do outro, quando for fazer a interpretação, entenda os seus argumentos. A teoria brasileira de direitos sobre índio é uma teoria muito fundada em cima do direito privado, do direito civil. Dentro do direito civil, dentro do direito privado, a interpretação que se dá ao índio é uma interpretação, muito restrita, tanto que o nome que se dava na teoria do direito privado era Silvícola.

4. O Prof. Rafael lembra em sua aula que a ideia do Estado é um centro de poder e que não é só o poder de criar normas, mas é também o poder de interpretar as normas.
 - ✓ O que isso significa em termos de estrutura de Estado?
 - ✓ Qual a importância de uma Constituição?

É o Estado que interpreta e são as seguintes situações, principalmente no Estado Nacional: é centralizador, é o único centro de poder, não só para criar normas, como para interpretar normas. É quem vai interpretar a norma religiosa, é quem vai dizer sobre qualquer norma. Faz lei e interpreta tudo. O Estado é centralizador, é unitário e é unificante. O Estado não é simpático!

Quando veio a criação dos Estados Unidos da América, quando os EUA rompem com a Inglaterra, criam um novo tipo de Estado Nacional, chamado Estado Federativo. É diferente do estado unitário, porque é como se fosse uma associação ente entes federados.

Os entes federados do Brasil são os seguintes: os municípios,

e a dimensão mais visível do município é a Prefeitura; os estados, e a dimensão mais visível do estado é o Governo do Estado e a União; e a União é também um ente federado, e a dimensão mais visível da União é a Praça dos Três Poderes, é o Governo Federal.

Há uma ideia, relativamente nova, de quem funde o Estado é a Constituição. É através da Constituição que o Estado se organiza. A Constituição pode ser escrita e não escrita. Nós temos um país, onde surgiu a revolução industrial, de onde surgiram alguns direitos fundamentais, como *habeas corpus*, por exemplo.

A Inglaterra é um exemplo de país que não tem uma constituição escrita. Sua Constituição é através do estudo da história, na construção dos costumes. Mas na maioria dos países a constituição é escrita e ela força que, mesmo com regimes monárquicos, sejam monarquias constitucionais. A ideia de monarquia é uma ideia inglesa, e a ideia republicana é americana. Ambos os regimes, hoje, se fundam na ideia de uma constituição. Na monarquia constitucional, o rei não pode fazer o que quer, ele só pode fazer aquilo que está na constituição, da mesma forma que os governos republicanos, que podem ter o sistema presidencialista ou um sistema parlamentarista. No Brasil nós temos a forma republicana presidencialista.

O Brasil teve a primeira Constituição Brasileira em 1824, que foi Imperial. E em 1988 reinaugura, funda um novo Estado. É a partir dela que o Estado se constitui. A constituição de 1988 tem forma republicana, presidencialista e federativa.

5. O sistema federativo brasileiro é um sistema no qual tem a União, os Estados e os Municípios. O poder se concentra na União.

- ✓ Por quem são criadas as principais normas da vida dos indivíduos?
- ✓ E dos direitos indígenas?

As principais normas da vida são criadas pela União. O que é Direito Civil? Casar, separar, comprar, vender, alugar, andar, etc. Mas temos também o Direito Penal, que está na mão da União: o que é crime, o que não é, o que é contravenção, o que não é... Tudo isto está nas mãos da União. Não são os Estados que criam, nem os Municípios, é a União quem cria. Além do civil, do penal, o trabalhista também está nas mãos da União. Então, toda disputa de poder da sua vida está com a mão da União.

Os direitos indígenas também estão nas mãos da União. Essa é uma divisão relativamente vertical e, apesar de ser vertical, a União, os Estados e Municípios, um não pode interferir no outro. A União não manda nos Estados, a União não manda nos Municípios, os Estados não mandam nos Municípios.

Lei orgânica é do Município, constituição estadual é do Estado e constituição é de todos, não é da União. Há, evidentemente, uma hierarquia que a União concentra poder. A União tem mais poder que o Estado e o Estado tem mais poder que o Município. A União só pode interferir no Estado ou no Município no caso de Intervenção Federal. Quando se faz intervenção Federal no Estado, sai o governador e entra um interventor da União. Isso só pode ocorrer quando há uma quebra da lei e da ordem, chamada GLO.

No plano horizontal nós temos os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. No Executivo da União a figura maior é o presidente da República e no Brasil nós elegemos o presidente através do voto direto. O presidente tem um mandato

de quatro anos e pode ser reeleito uma vez seguida, por mais quatro. Nesse ponto, chegamos a um debate interessante no Brasil, a representação política se dá através de partidos políticos e você só pode ser candidato se estiver filiado a um partido político. Pertencer a um partido político é uma luta histórica, que já causou sangue, etc. A democracia brasileira é uma democracia partidária.

O presidente é auxiliado para gerir o Estado, para gerir a União pelos ministros. Os ministros não são eleitos, são indicados pelo presidente como se fosse uma assessoria e cada ministério é um mundo. O presidente pode empossar e tirar um ministro no momento em que ele quiser. Normalmente, o presidente escolhe os ministros numa coalizão política, porque ele negocia a indicação dos ministros com o Congresso Nacional, que é o poder legislativo da União e ele é formado, basicamente, pelos partidos. Então, ele entra em acordo com o Congresso e com os partidos e nomeia os ministros.

6. Dentro do Governo tem os Ministérios, as Secretarias, os órgãos dos ministérios, com a mesma hierarquia.
 - ✓ Como é a estrutura dos Ministérios mais importantes para os povos indígenas no Brasil?

O Ministério da Saúde é muito importante para os índios, porque tem um órgão chamado FUNASA, que está extremamente ligado à questão indígena.

Outro ministério importante é o Ministério das Relações Exteriores, o famoso Itamarati. Também é comandado por um Ministro, é chamado de Chanceler. Ele representa o Brasil no lugar do Presidente fora do Brasil. Outro ministério importante para as causas indígenas é o Ministério da Defesa, que

é uma criação nova, de dez anos atrás. Antes nós tínhamos as seguintes situações: tínhamos o Ministério do Exército, da Aeronáutica e o da Marinha. Fernando Henrique unificou tudo isso num ministério só, chamado Ministério da Defesa. A razão dele é proteger o território nacional, pois é assim que se dá a soberania brasileira.

O Ministério da Justiça é o que mais dá trabalho, mas também é muito importante para os povos indígenas por causa da FUNAI. Além das secretarias, existem no Ministério diversos órgãos, como o Departamento de Polícia Federal.

O Ministério da Educação é quem cuida da Educação no Brasil e funciona mais ou menos assim: o ensino superior é da União, o ensino médio é dos Estados e o ensino fundamental é a dos Municípios. Por isso, a União não tem escolas, só tem um tipo de escola de ensino médio que são os CEFETs. Todo estado brasileiro tem uma escola federal.

7. O Prof. Rafael em sua aula disse: *“A terra indígena é propriedade da União. Então, quando os povos indígenas têm alguma coisa, é território nacional”*.

- ✓ O movimento indígena se sente suficientemente representado institucionalmente?
- ✓ Qual o procedimento de demarcação das terras indígenas?

É evidente que o movimento indígena discute internamente se há a possibilidade de se criar um Ministério Indígena. E há posições diferentes.

Qual é o melhor lugar institucional para discutir os assuntos indígenas? O que a Constituição faz é ajudar ao movimento

indígena a refletir sobre qual é, efetivamente, o melhor órgão.

Outro dado importante é quando se pensa no procedimento de demarcação das terras, quais são os documentos-chaves: primeiro é o relatório de identificação publicado no diário oficial do Estado. Na portaria quem assina o resumo do relatório é o presidente da FUNAI. O Ministro assina a portaria declaratória. Então, o próprio processo de demarcação de terra segue essa hierarquia. A identificação é um procedimento administrativo que se esgota quando tem a FUNAI, pois é o presidente que manda publicar o relatório no Diário Oficial, no Diário do Estado e afixar no estuário de registro de imóveis e lugares de prefeituras onde há terras indígenas. E aí se encerra e se abre um prazo para contestação. As contestações são encaminhadas à FUNAI, que responde ou não. E quando responde, eles encaminham para o Ministro da Justiça e sobe uma hierarquia. Se o ministro ficar satisfeito com a resposta das contestações, ele assina a portaria de declaração da área de posse permanente de usufruto exclusivo dos povos indígenas e, então, começa o processo de demarcação física, do pagamento de benfeitorias. Quando esse processo está concluído, vem a última etapa: portaria e decreto de homologação. Isso mostra a hierarquia dos atos administrativos que se referem à demarcação de terras indígenas.

8. No Brasil nós temos algumas Polícias. Algumas existem só no papel.

- ✓ Como estão organizadas as polícias na União, nos Governos dos Estados e Municípios?

Ao invés do governador ter ministros, ele tem secretários. A Secretaria de Justiça cuida das penitenciárias, que normalmente são penitenciárias estaduais. Nós só temos três penitenciárias federais, que estão submetidas ao Ministério da Justiça.

O Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, tem sob sua responsabilidade as duas polícias mais famosas, que são a Polícia Militar e a Polícia Civil. A diferença é que a PM é a polícia ostensiva, faz patrulha, faz blitz, mas não faz inquérito. E a PC faz inquérito. Cada Estado tem a sua PM e tem a sua PC. A PM de um Estado não pode entrar em outro, nem a civil, só a federal.

No Município o Prefeito também é auxiliado por secretários. Prefeitura não tem competência policial, tem Guarda Municipal, que é uma força armada como se fosse um vigilante público.

A Polícia Florestal está dentro da PM. São destacamentos da PM. Polícia Federal, polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, são da União. Além disso, a PM e a PC são do Estado.

A Polícia Rodoviária Federal, que cuida das estradas e faz resgates, é uma polícia ostensiva, que não faz inquérito, ela não diz quem é culpado. É uma polícia de pronto emprego e está ligada ao Ministério da Justiça. Existe apenas no papel.

Tem o DPF, Departamento de Polícia Federal. Essa polícia faz inquérito para União, mas quando a causa é uma causa indígena, a competência para investigar é da Polícia Federal. Mas se a causa simplesmente envolver um índio, não é considerada uma causa indígena. Aí a competência é da polícia civil.

9. O povo e os Estados têm seus representantes.
 - ✓ Como é a estrutura política e judiciária dentro do Estado?

Na União tem o Congresso Nacional, tem o Senado, que representa os Estados e tem a Câmara dos Deputados, que representa o povo. Mas que povo? A ideia da Ciência Política e do Direito é que o povo é um só. No nosso caso é o povo brasileiro. Os deputados são eleitos por quatro anos e podem ser reeleitos infinitamente. Os senadores são eleitos por oito anos e podem se reeleger infinitamente. Na Câmara a representação é proporcional, o Estado que tem mais gente tem mais deputados. Sendo que o número mínimo de deputados são nove, o número máximo são setenta.

Então, tem estados que são super representados. O estado de Roraima, por exemplo, deveria ter um deputado e São Paulo deveria ter cento e cinquenta deputados. Nos estados são as Assembleias Legislativas, com os deputados estaduais, e nos municípios são as Câmaras de Vereadores.

Em relação ao judiciário, não há judiciário municipal, ou é do Estado ou é da União.

O Ministério é dividido em Judiciário da União e Judiciário do Estado - primeiro grau, segundo grau e grau superior. No primeiro grau da justiça estadual existe o juiz de direito, com diversas varas. As varas podem ser de vários tipos: penal, criminal, civil, família, mulher, etc. Tem o juiz do trabalho e, além dele, temos o juiz militar da União, que só julga forças armadas. E o famoso juiz federal que atua quando a União está envolvida. E por fim, o juiz eleitoral, que é um juiz de direito, do estado, que responde como juiz eleitoral. No segundo grau, existe o Tribunal de Justiça, que são os desembargadores.

Na justiça do trabalho, são os TRTs, os desembargadores do trabalho. Não tem justiça militar no segundo grau. Na justiça federal são os TRFs, Tribunal Regional Federal, chamado de desembargador federal e na justiça eleitoral, o TRE, desembargador eleitoral.

Como grau superior só tem justiça da União, temos o STJ, Superior Tribunal de Justiça, o TST, o STN e o TSE. Do tribunal de justiça, quando o TRF vai para o STJ, o TRT vai para o TST, o TER vai para o TSE. E no grau superior todos são ministros.

10. O Prof. Rafael Favetti afirma: "É importante entender o seguinte: a causa indígena está completamente ligada uma com a outra."
- ✓ Como o Estado, em suas instâncias jurídicas, se organiza?
 - ✓ E nessas instâncias, como lida com as causas indígenas?

O Supremo é a suprema corte. É um tribunal originário: um mandato de segurança contra o Presidente da República ou quando envolve pacto federativo. A causa que está lá, é uma causa que começou na Justiça Federal de primeiro grau. Por exemplo, uma ação popular de um fazendeiro versus a União. Entretanto, não é uma disputa entre o fazendeiro e a União, é uma disputa entre mais o estado de Roraima e contra a União.

Ora, se é uma disputa entre o Estado e a União, por isso se deslocou do primeiro grau para o Supremo, porque envolve conflito Federativo. No entanto, dependendo do resultado que der o julgamento, a imensa maioria das causas hoje, judicializadas, sobre demarcação de terra indígena, todas irão para o Supremo. E será simbólico.

O Ministério Público é o órgão soberano do Brasil, é dividido em Ministério Público da União e do Estado, sendo que no

Estado tem a seguinte figura: o promotor de justiça, que atua junto com a Justiça Estadual e acima dele tem o Procurador de Justiça. Essas são as figuras do Estado.

Na União são diversos ministérios públicos: militar, do trabalho, eleitoral, do DF e o mais importante deles, o federal. No Ministério Público Federal tem a figura do Procurador da República. Acima do procurador tem o Procurador Regional da República, e acima dele tem os Subprocuradores Gerais da República.

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão é a que cuida das causas indígenas. O Ministério Público Federal é o titular para causas indígenas, e acima desse, está o Procurador Geral da República, que é uma pessoa só, que atua junto ao supremo, e ele está com a causa indígena.

O Ministério Público e o governo estão do mesmo lado nessa história. O Ministério Público é completamente independente, faz o que quer, é fiscal da lei e é dele a tarefa de fazer respeitar a lei e o que é importante, tem a figura da subprocuradoria geral, que pode requisitar a força da polícia, pode fazer Termo de Ajuste de Conduta (TAC), etc. Tem um TAC feito no Espírito Santo que está dando problema e não se pode perder a interpretação e o diálogo porque senão pode perder o Espírito Santo.

09 – Conceitos chaves e instrumentos de entendimento da realidade sócio-política: a visão do Direito Constitucional.

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Analisar as principais regras da Constituição Brasileira.
- ✓ Identificar se os direitos fundamentais dos povos indígenas estão garantidos na Constituição, a importância dessa discussão; como se constituiu a terminologia dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais e que são os Direitos Humanos.
- ✓ Explicar o que a Declaração de 1948 transforma no direito internacional e como a Constituição Brasileira trabalha os dois planos: o Direito Fundamental e o que são os Direitos Humanos.
- ✓ Interpretar as diferenças entre Lei Complementar e Emenda Constitucional e analisar o papel do Supremo Tribunal nesta questão.
- ✓ Identificar de que forma os povos indígenas já garantiram sua legitimidade para garantir seus direitos.
- ✓ Explicar a diferença entre o conceito de território no Direito e nas Ciências Sociais.

- ✓ Analisar o valor de norma constitucional da Convenção 169.
- ✓ Explicar os principais conceitos estabelecidos no artigo 1º da Constituição e o que realmente garante que todas as pessoas sejam iguais perante as leis.
- ✓ Analisar quais são os fundamentos da Constituição e porque que as ações do Supremo são muito contestadas hoje, e o que é a judicialização da política.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha “pontos de observação” específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula do Prof^a. Ela Wiecko Volkmer de Castilho.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.
1. Existe o direito tributário, o registro civil, a tutela, o direito penal, o direito ambiental, o direito administrativo, o processo civil, mas a base de tudo está na Constituição.

2. Caso mexam na Constituição é possível que tenha problemas com o Paraguai, por causa do Tratado. Se mudar a lei 231, no plano internacional, é possível que cause constrangimento com os povos da Bolívia, Peru, Colômbia, e haja uma denúncia à Corte Interamericana, por estar indo contra a Convenção 169.
3. Colocar o Art. 231 na Constituição foi muito difícil e foi uma experiência histórica na Constituinte, no meio de muitas derrotas para os povos indígenas.
4. A Constituição olha para fora, mas não olha para dentro. Fala dos povos de fora, mas não fala dos povos de dentro, ficam invisíveis.
5. Os Art. 5 e 6 têm todos os direitos, falam para todos sem distinção. Se não existe distinção, cabe previdência social, auxílio natalidade... também para os povos indígenas.

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula do Prof^a. Ela Wiecko Volkmer de Castilho, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. A Prof^a. Ela Wiecko inicia sua aula com o seguinte comentário: *Eu pretendo que vocês leiam a Constituição.*
 - ✓ Qual o significado desse comentário?
 - ✓ Que exemplos a Prof^a. Ela Wiecko cita em sua aula para fundamentar suas afirmações a respeito da Constituição brasileira?

2. **Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:**
 - ✓ *1 - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;(...)*
 - ✓ Os direitos fundamentais dos povos indígenas estão garantidos na Constituição? Qual é a importância dessa discussão?
 - ✓ Como se constituiu a terminologia dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais? O que são os Direitos Humanos?
3. A Declaração de 1948 abre com a afirmação de que *"todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos; são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade"* (artigo I).
 - ✓ O que a Declaração de 1948 transforma no direito internacional?
 - ✓ Como a Constituição Brasileira trabalha os dois planos: o Direito Fundamental e os Direitos Humanos?
4. Mais uma vez, a Prof^a. Ela Wiecko lembra em sua aula o parágrafo 3º, para explicar a Lei Complementar.
 - ✓ Qual a comparação que a Prof^a. Ela Wiecko faz entre

Lei Complementar e Emenda Constitucional?

- ✓ Qual o papel do Supremo Tribunal nesta questão?

5. *O Estado, em determinadas situações, enquanto define se é lei Extraordinária ou se é Emenda da Constituição, ganha tempo.* Cita a Prof^a. Ela Wiecko em sua aula.
- ✓ Segundo a Prof^a. Ela Wiecko, os povos indígenas já garantiram sua legitimidade para garantir seus direitos. De que forma?
 - ✓ Quais as questões a professora traz para a discussão como exemplo de força para os povos indígenas?
6. *Dentro da formação de jurista existe o medo de usar certas palavras, como território, povo. E esse medo pode ser o germe da separação. Território tem muito a ver com soberania.* São palavras da Prof^a. Ela Wiecko em sua aula.
- ✓ Qual a diferença entre o conceito de território no Direito e nas Ciências Sociais?
 - ✓ Como a Prof^a. Ela Wiecko pontua essa diferença?
7. A Prof^a. Ela Wiecko registrou em sua aula que existe uma discussão em torno das normas da Convenção 169, para saber se tem valor de norma constitucional ou não.

- ✓ Qual o cerne dessa discussão?

- ✓ É importante para os povos indígenas ter um novo Estatuto Indígena?

8. Art. 1º

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

- ✓ Quais são os principais conceitos estabelecidos neste artigo?
- ✓ O que realmente garante que todas as pessoas sejam iguais perante as leis?

9. Art. 1º

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

- ✓ Quais são os fundamentos da Constituição? Desses cinco itens, qual o mais invocado?

Por que as ações do Supremo são muito contestadas hoje e o que é a judicialização da política?

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu as 5 (cinco) frases mais representativas para cada assunto:

1. Existe o direito tributário, o registro civil, a tutela, o direito penal, o direito ambiental, o direito administrativo, o processo civil, mas a base de tudo está na Constituição.
2. Caso mexam na Constituição é possível que tenha problemas com o Paraguai, por causa do tratado. Se mudar a lei 231, no plano internacional, é possível que cause constrangimento com os povos da Bolívia, Peru, Colômbia, e haja uma denúncia à Corte Interamericana, por estar indo contra a Convenção 169.

3. Colocar o Art. 231 na Constituição foi muito difícil e foi uma experiência histórica na Constituinte, no meio de muitas derrotas para os povos indígenas.
4. A Constituição olha para fora, mas não olha para dentro. Fala dos povos de fora, mas não fala dos povos de dentro, ficam invisíveis.
5. Os Art. 5 e 6 têm todos os direitos, falam para todos sem distinção. Se não existe distinção, cabe previdência social, auxílio natalidade... também para os povos indígenas.

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudou sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção'

1. A Prof^a. Ela Wiecko inicia sua aula com o seguinte comentário: *Eu pretendo que vocês leiam a Constituição.*
 - ✓ Qual o significado desse comentário?
 - ✓ Que exemplos a Prof^a. Ela Wiecko cita em sua aula para fundamentar suas afirmações a respeito da Constituição brasileira?

A Prof^a. Ela Wiecko sugere que todos leiam a Constituição, pois os alunos indígenas só conhecem o artigo 231. Caso leiam toda a Constituição Brasileira, vão perceber que quase todas as regras estão direcionadas para esta sociedade branca, para organização social, para o povo que vive na cidade. O artigo 231 e mais dois artigos, 214 e o 215, que se referem aos direitos culturais, ficam perdidos nesta Constituição. O art. 231 diz que o Estado brasileiro reconhece a organização social e os costumes dos índios, mas é só isso.

Se tem o artigo da Constituição que diz que a língua oficial do Brasil é o português, e o art. 231 reconhece as línguas indígenas, como funcionam estes direitos dos povos indígenas se toda a Constituição está voltada para esta outra sociedade e não para as sociedades indígenas? Essa é uma grande dificuldade que só pode ser superada, diminuída com este embate que os povos indígenas já estão travando.

Por exemplo, na questão da saúde ou da educação não existe nada na Constituição especificamente direcionada para os povos indígenas. Só cita a organização social e costumes. Então, foi toda a mobilização indígena e os apoiadores da causa indígena, que fez com que viessem leis, criação dos distritos de saúde indígena. Isso tudo foi uma necessidade decorrente da Lei Geral, a Constituição, que precisa de regras que façam a articulação entre todos os artigos que estão na Constituição e aquele artigo 231 e ainda os artigos 214, e 215 e 216, porque senão uma coisa não fala com a outra, são duas realidades completamente diferentes.

É isso que está no fundo destas questões todas, por exemplo, a mineração, retirada de madeiras, registro das terras, registro civil. O registro civil para os povos indígenas não tem nada que fale na Constituição. Então, como será construído? Essas regras que são feitas para o brasileiro em geral, e não para os brasileiros que têm uma identidade diferenciada, os povos

indígenas. O direito dos indígenas está perdido dentro da Constituição brasileira, porque é uma Constituição feita para o cidadão branco.

2. Art. 5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

- ✓ *I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;(...)*
- ✓ Os direitos fundamentais dos povos indígenas estão garantidos na Constituição? Qual é a importância dessa discussão?
- ✓ Como se constituiu a terminologia dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais? O que são os Direitos Humanos?

A questão de direitos fundamentais fala, por exemplo, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Ficam todos com a ideia que direitos fundamentais só estão nestes artigos, 5º, 6º, 7º e 8º. Mas existem direitos fundamentais em outros lugares da Constituição, como é o caso dos art. 231º, 214º, 215º, 218º. Ninguém discute, mas têm outros direitos que são penalmente imputáveis, como os menores de 18 anos sujeitos à norma de legislação especial. A Prof^a. Ela Wiecko pontua que existem vários direitos fundamentais, como o artigo 228º, o 231º, que é fundamental para o coletivo dos povos indígenas, o 216º também é das outras coletividades. Agora, isso é uma forma de pensar, existe uma forma mais restrita.

A importância está em uma reforma constitucional. Porque o que está no art. 5º não pode ser objeto de modificação, o que está fora poderia ser modificado, mas pela natureza o art. 171º não pode ser modificado. Estão querendo modificar tudo. Tem coisas no art. 5º que poderiam ser modificadas, por exemplo, o sigilo bancário. Mas é considerado como direito fundamental. Mas leva aos crimes do colarinho branco, à improbidade. No entanto, se o art. 5º é modificado, também abre-se precedentes para modificar outros importantes. À questão da igualdade, à questão da saúde, isso é complicado. Mas a Profª. Ela Wiecko ressalta que dentro da perspectiva da defesa dos direitos indígenas, é que a fundamentação teórica, no sentido de dizer que o art. 231º é um direito fundamental e não pode ser modificado.

Agora, direitos humanos e direitos fundamentais, essa terminologia é internacional. Direitos humanos são aqueles direitos reconhecidos, são frutos de uma elaboração histórico-social de direitos. Isso começou se pensando na nossa sociedade brasileira, que está ligada à sociedade europeia, e tem uma data histórica que é 1789, que é a Revolução Francesa, com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. A partir dali, começou a se formar todo um conjunto de proposições que decorrem desse ideal de que todos os homens são livres, e têm liberdade de manifestar pensamento, liberdade para criar, liberdade de ir de um lugar para o outro.

A igualdade no começo era só entre os homens, determinados homens. Alguns não eram considerados homens. Hoje em dia já se percebe que tem homens e mulheres e tem toda essa transversalidade, homens, mulheres, jovens, idosos, crianças, deficientes, povos indígenas... Então, tem todas essas coisas que foram se entrecruzando e necessitando de uma explicitação. E esta explicitação constitui o conjunto dos direitos humanos. Então, temos a Declaração dos Direitos Humanos, primeiro de 1789, na França. Depois, em 1948 quando

acabou a Segunda Guerra, que tinha muito sofrimento no mundo todo e veio a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas esta declaração que já fez 60 anos, ela já gerou uma série de outras declarações e convenções. Há uma diferença, declaração ela não é um tratado, não é uma convenção, não há uma força, não é obrigatório.

3. A Declaração de 1948 abre com a afirmação de que *"todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos; são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade"* (artigo I).
- ✓ O que a Declaração de 1948 transforma no direito internacional?
- ✓ Como a Constituição Brasileira trabalha os dois planos: o Direito Fundamental e os Direitos Humanos?

A partir da declaração de 1948, começaram a surgir as convenções, os tratados ou pactos. São todos um acordo, são pactos internacionais de direitos econômicos, sociais, culturais, e tem um pacto de direitos civis e políticos. Além disso, tem várias outras convenções, entre elas a Convenção 169, que substituiu a Convenção 107, que foi uma mudança completa. Todas essas normas que são do Plano Internacional, são chamadas de Direitos Humanos, quando são incorporadas no Direito Positivo. No Direito Brasileiro, é chamado de Direito Fundamental.

Então, quando se fala de Direito Fundamental, estamos também falando de Direitos Humanos. Alguns direitos humanos não estão expressos na Constituição. Por exemplo, direito à alimentação adequada, não podemos dizer que ele não está

lá. Está implícito. E cada vez mais, os direitos vão se acrescentando. O direito à identidade cultural, à diversidade cultural. Não encontramos na Constituição este termo, mas encontramos modo de vida, modo de fazer, etc. Isto é identidade cultural. Existem coisas que não estão com aquele nome na Constituição, mas estão de alguma forma, outras não.

Antes de 2004, quando teve a reforma do judiciário, se discutia isso, e tinha umas três correntes no Supremo Tribunal Federal. Uma dizia que as normas dos tratados internacionais sobre os direitos humanos tinham nível constitucional. Mas havia discussão no Supremo de que não era uma lei constitucional, mas também não era uma lei ordinária.

Veio esta reforma do judiciário em 2004 que era para resolver o problema, mas para os povos indígenas resolveu da pior forma. O que diz agora é:

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

4. Mais uma vez, a Prof^a. Ela Wiecko lembra em sua aula o parágrafo 3º, para explicar a Lei Complementar.
 - ✓ Qual a comparação que a Prof^a. Ela Wiecko faz entre Lei Complementar e Emenda Constitucional?
 - ✓ Qual o papel do Supremo Tribunal nesta questão?

Lei Complementar é um processo complicado. A Emenda Constitucional é um processo mais complicado ainda, porque se fosse simples ia mudar a Constituição a toda hora. E a ideia

é que a Constituição amadureça, e não pode ser modificada a todo o momento. Senão, não se teria segurança. Mas o que diz esse parágrafo?

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Precisa-se ter um quórum para a emenda Constitucional. Mas o que ela foi antes, permanece como problema. Este parágrafo terceiro sinaliza contra a incorporação automática, porque diz que tem que ter esse quórum privilegiado de emenda constitucional. Então, agora continua em aberto e é só o Supremo que pode resolver isso. Novamente o Supremo com muito poder nas mãos. Ele que vai dizer se a Convenção 169 vale como uma Norma Constitucional, equivalente à Constituição, ou se ela vale como uma Lei Ordinária. Se vale como Lei Ordinária, ela pode ser modificada. Nada é fácil! Sempre tem uma exceção. A Convenção 169 é citada, mas ela foi incorporada ao direito brasileiro pelo decreto legislativo, que é o decreto do Presidente da República. Então, ela não tem número de Lei, tem número de decreto, mas tem o mesmo valor de uma lei, como o Estatuto do Índio. Inclusive, o Congresso Nacional incorporou pelo decreto legislativo.

Então, é possível entrar com uma ação judicial, um mandato de segurança. Por exemplo, estão fazendo uma obra e não consultaram a comunidade indígena. Por que não cabe um mandato? É um direito fundado na convenção 169. É lei!

5. *O Estado, em determinadas situações, enquanto define se é lei Extraordinária ou se é Emenda da Constituição,*

ganha tempo. Cita a Prof^a. Ela Wiecko em sua aula.

- ✓ Segundo a Prof^a. Ela Wiecko, os povos indígenas já garantiram sua legitimidade para garantir seus direitos. De que forma?
- ✓ Quais as questões a professora traz para a discussão como exemplo de força para os povos indígenas?

O Ministério Público tem legitimidade para entrar com uma ação de defesa dos povos indígenas. Mas os índios têm essa legitimidade, isso já foi reconhecido por decisão judicial, está na Constituição no artigo 232: “Os índios, suas comunidades, organizações são parte legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses”.

Os povos indígenas devem utilizar mais esse artigo 232, porque o Ministério Público entra com uma ação que às vezes é um tiro no pé, acha que está fazendo bem, mas não tem tanto essa legitimidade. A Convenção 169, demorou para ser incorporada como convenção, mas a ideologia dela já foi incorporada pela Constituição. Está no art. 231. O que era a Convenção 107? Era paradigma. O que é a 169? É o paradigma da diversidade, da pluralidade, as identidades precisam se preservadas. E quem decide isso são os povos. Isso está no art. 231.

2 A Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovada em 1989, durante sua 76ª Conferência, é o instrumento internacional vinculante mais antigo que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo. Depois de quase 20 anos de sua aprovação, a OIT vem acumulando experiências na implementação dos direitos reconhecidos a esses povos sobre as mais diversas matérias, tais com o direito de autonomia e controle de suas próprias instituições, formas de vida e desenvolvimento econômico, propriedade da terra e de recursos naturais, tratamento penal e assédio sexual (Leia a **Convenção 169** na íntegra e consulte o site oficial da OIT sobre a C169 em: <http://pro169.org/>) Fonte: http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/?q=convencao-169-da-oit-no-brasil/a-convencao-169-da-oit. Acesso: 08/04/2014

Então, se modificarem a 169, se disserem que não é constitucional, o estrago não é tão grande. Porque o artigo 231 continua. O que não pode ser modificado é o 231. A Declaração Universal de 1948 fala de direitos culturais, todos os países reconhecem que direitos culturais são direitos humanos, e direitos humanos são direitos fundamentais. Estas coisas estão todas interligadas. Não tem como o Supremo não reconhecer que direitos fundamentais são direitos humanos, e direitos humanos não podem ser retirados da Constituição.

Existem várias explicitações que precisam ser feitas. Em relação à questão da língua, todo o Estado Brasileiro trabalha com a língua portuguesa. Esta é uma forma de matar as outras línguas. Então, não precisa de uma explicitação como em São Gabriel da Cachoeira³ que, além da língua oficial, tem mais três línguas oficiais. Mas precisa ter mais coisas. Por exemplo, na rádio TV Brasil precisa ter programas em línguas indígenas, para fazer valer o que está escrito no art. 231. O artigo 169 complementa a Constituição, e é compatível com a 231. A 169 tem regras de consulta. A Constituição não fala. A Convenção 169 vem para complementar.

6. *Dentro da formação de jurista existe o medo de usar certas palavras, como território, povo. E esse medo pode ser o germe da separação. Território tem muito a ver com soberania.* São palavras da Prof^a. Ela Wiecko em sua aula.

3 Lei nº. 145 de 11 de dezembro de 2002
Dispõe sobre a co-oficialização das Línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa, à Língua Portuguesa, no município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas. Fonte: <http://www.ipol.org.br/imprimir.php?cod=83>. Acesso: 08/04/2014

- ✓ Qual a diferença entre o conceito de território no Direito e nas Ciências Sociais?
- ✓ Como a Prof^a. Ela Wiecko pontua essa diferença?

Na Constituição Território está no sentido físico, mas as Ciências Sociais construíram o conceito de território que não é o físico. É o território imaterial, ele pode se estender de uma forma diferente. A Constituição só trabalha com a questão física.

As palavras têm sentidos diferentes. Então, é possível encontrar na própria Constituição a palavra território, com um conceito diferente. Lei por exemplo. A Constituição é lei? Sim, a Constituição é lei. Sim, mas às vezes quando se fala em lei, não está se referindo à Constituição, e sim daquela lei que foi votada pelo Congresso Nacional. A Convenção 169 é lei para os povos indígenas, mas não é lei do processo estrito do processo legislativo. Às vezes o interlocutor está falando em um sentido, e a palavra tem vários sentidos.

O território para os povos indígenas tem muitos significados. A linguagem é importante.

7. A Prof^a. Ela Wiecko registrou em sua aula que existe uma discussão em torno das normas da Convenção 169, para saber se tem valor de norma constitucional ou não.
- ✓ Qual o cerne dessa discussão?
 - ✓ É importante para os povos indígenas ter um novo Estatuto Indígena?

A verdade é que, na pior das hipóteses, ela vale uma lei ordinária. Isto é, a lei feita segundo processo ordinário, comum. Então, a Convenção 169 como é posterior ao Estatuto do índio, e como ela tem força de lei, isso não se discute.

E tudo aquilo que for conflitante, tudo o que for contra o Estatuto, o que é que vale? O que vale é a Convenção 169 ou a Lei 6001 do Estatuto do Índio. Mas o Estatuto por quê? A Lei que vem depois revoga a anterior, nem sempre é para beneficiar, pode ser para piorar também.

Por exemplo, se existe uma Lei que regula o Estatuto do índio, com regras sobre mineração. Aí vem uma lei posterior, que é a Convenção 169, que também tem algumas coisas sobre mineração. Ela revoga o que tem sobre mineração no Estatuto do Índio que seja incompatível. A lei que vem depois sempre revoga a anterior. Não há no caso uma relação de mais ou menos importante. O Estatuto do Índio e a Convenção 169 estão no mesmo patamar, uma não é mais importante que a outra. O que acontece é que o Estatuto é mais abrangente e a Convenção 169 nem tanto. Ela abrange muitos assuntos, mas não tem toda a abrangência do Estatuto.

A lei nova sempre revoga a anterior. Caso viole o que está na Constituição, passa a ser inválida, inconstitucional. A Constituição é sempre soberana.

Em termos do que existe hoje, a Convenção 169 é posterior ao Estatuto do Índio 6001, e ela é melhor para os direitos indígenas. Então, é ela que vai ser aplicada.

Agora, os povos indígenas estão estudando o novo Estatuto do Índio, porque querem uma lei que seja bem ampla e que regule todos os assuntos. A 169 regula bastante coisa, mas ela não diz tudo que precisam. Este novo Estatuto vai ser uma lei nova, então pode modificar a Convenção 169. Se os povos indígenas entenderem como meramente uma lei or-

dinária, ela pode ser modificada. Mas o mais interessante é o Novo estatuto poder detalhar mais as normas que estão na Convenção 169, não precisa conflitar. Não se pode ficar com a Convenção 169, nem com o Estatuto, pois está totalmente ultrapassado frente à Constituição, mas continua em vigor e é um entulho para os povos indígenas. O problema que existe é político na mudança da lei, os interesses anti-indígenas podem boicotar e não sair como se quer. Tem que fazer um Estatuto que repita a Convenção e não entre em conflito. Pois para manusear vai ser melhor o Estatuto do que a Convenção, porque a Convenção é velha, ela fala de povos tribais, em aborígenes, uma nomenclatura que não é utilizada no Brasil. Então, é melhor ter uma lei para os povos indígenas que traga tudo o que está na 169, mas seja uma nova organização, com um texto melhor. Uma boa estratégia é fazer um novo Estatuto enxuto e não fugir muito do que está na Constituição e na Convenção 169.

8. Art. 1o

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

- ✓ Quais são os principais conceitos estabelecidos nas duas primeiras linhas deste artigo?
- ✓ O que realmente garante que todas as pessoas sejam iguais perante as leis?

Esses foram os princípios fundamentais que os Constituintes escreveram.

Na primeira frase desse artigo já tem dois conceitos importantes. O primeiro revela a forma de Estado do Brasil. Existem dois tipos básicos de Estado, o Estado Unitário e o Estado Federado.

No Estado Unitário existe um governo central e a descentralização são províncias, departamentos, mas existe um governo só. No Brasil é uma federação, como nos EUA, na Alemanha. É uma união de estados, e tem um poder federal, que é da União. E existe um poder estadual, que é dos estados. E também tem os municípios, com poder municipal. Isso já diz que é uma federação.

A federação cria muitos problemas para aplicação das leis, porque existem três esferas de leis. E, muitas vezes, cria-se conflitos de leis.

A União tem a competência dela de leis, cada um tem a sua competência. Isso está garantido na Constituição. Mas se a União fizer uma lei de uma matéria com competência do município, não pode. No entanto, a maioria das leis são federais, que valem para todos. Além disso, são mais importantes que as estaduais e municipais, uma vez que a federal é a norma geral. As outras podem complementar, mas, em geral, a federal se sobrepõe às outras.

Outra coisa importante neste art. 1 é *Estado Democrático de Direito*. Este é um conceito que foi elaborado pela doutrina, pelos pensadores, pelos líderes. Portugal, Espanha, Brasil são

estados democráticos de direito. Isto que dizer que são Estados regulados pela lei. Todas as autoridades obedecem à lei.

Estado Democrático de Direito foi um avanço. Antes dele, se achava que fazendo um Estado de Direito, onde todos são iguais perante a lei, várias questões estariam resolvidas. Mas depois viu-se que não era bem assim. O Estado não adianta ser só de Direito. Ele tem de ser Democrático de Direito. Ou seja, ele tem de ter estruturas democráticas, que realmente possibilitem a igualdade entre as pessoas. Não apenas a igualdade formal, mas a igualdade material. Então, essa expressão Estado Democrático de Direito foi um avanço não só no Brasil, mas em todos os países que fizeram que o Estado não seja apenas de leis, mas seja um estado de leis que estabeleçam todos os pressupostos democráticos. Como poder votar, liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, liberdade de associação... Tudo aquilo que está na Declaração de 1948. E seja realmente democrático na sua prática.

Por isso, na Constituição dos Estados Democráticos de Direitos tem capítulos falando de ordem social, ordem econômica. Mas a organização do Estado e quais são as competências dos poderes legislativo, executivo, judiciário, ela traz regras que se refletem e vão interferir na economia para garantir e estabelecer a igualdade material.

9. Art. 1º

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

- ✓ Quais são os fundamentos da Constituição? Desses cinco itens, qual o mais invocado?
- ✓ Por que as ações do Supremo são muito contestadas hoje e o que é a judicialização da política?

Os fundamentos da Constituição são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Os cinco itens do primeiro artigo. E destes cinco itens, o que é mais invocado é a dignidade da pessoa humana.

Existem muitas decisões judiciais que falam na dignidade da pessoa humana, interpretam a lei e dizem o que pode ou o que não pode. Porque só dessa forma vamos atingir a dignidade da pessoa humana. Então, é um fundamento da nossa Constituição, do nosso Estado e serve também como princípio de interpretação da lei, principalmente, de caso concreto.

Parágrafo Único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Nesse parágrafo único tem uma regra superimportante: (...)

desta Constituição. Então essa regra o que significa? Qual é o regime de governo? É uma Democracia Representativa. A ideia é que todo poder emana do povo, mas uma coisa questionada no judiciário é que os juízes são escolhidos por concurso público. Não são eleitos pelo povo e a Constituição determinou assim. Então, hoje, ações do Supremo estão sendo muito contestadas.

Art. 2o

São Poderes da união, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Essa é a teoria clássica. Existe quem faz a lei, quem administra e quem julga os conflitos que existem. Mas a Constituição também já disse que o poder legislativo também administra, o poder judiciário também legisla, os Tribunais têm os regimentos e são eles mesmos que fazem. É claro que sempre tem uma exceção, mas a regra é essa. Por tudo isso, o que se fala hoje é na judicialização da política. Por exemplo, casos de tratamentos de saúde fora do Brasil, que aqui ainda não tenha uma etapa do tratamento. A família vai ao SUS, faz os procedimentos, o SUS diz que tem os protocolos clínicos para fazer o tratamento, mas a tal etapa não é possível fazer no Brasil. Muitas pessoas não se conformam e querem, por exemplo, fazer um transplante nos EUA. E entram em juízo, e muitos juízes, pelo direito à vida, dão a causa para o paciente se tratar fora. O governo tem de pagar. E isso está sendo muito discutido. Se todos quiserem fazer um tratamento no exterior, não vai ter dinheiro para todos.

A questão é, o juiz pode atravessar e direcionar o dinheiro para aquela pessoa? Isso está acontecendo, e é a judicialização da política. A política pública é levada para o judiciário e

o judiciário fica administrando. É muito criticado, porque o juiz não foi eleito pelo povo, como o juiz vai decidir a política pública? Quem tem de decidir são os representantes votados pelo povo, e eles não legislam em favor de todos nós.

Essa regra é trazida por conta dos acessos a medicamentos. Outra é a das algemas. As decisões do Supremo estão sendo muito contestadas. Na Internet, as pessoas estão criticando muito. Os povos indígenas estão muito preocupados. Fábio Conder Comparato, um juiz muito respeitado, acha que o juiz tem que ser eleito, com prazo certo. Ficar oito anos e depois sair, para haver renovação, não fica conservador.

10 – Movimentos indígenas, as estratégias e as lutas na conquista de direitos.

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Explicar o que é o movimento, sua estrutura e sua dinâmica.
- ✓ Analisar os elementos de coesão e as grandes mudanças dos movimentos indígenas, ao longo dos últimos 30 anos.
- ✓ Interpretar as grandes mudanças que ocorreram para e nos movimentos indígenas, e quais foram os grandes desafios, a partir da década de 1980.
- ✓ Explicar a grande mudança no processo de organização através da luta, dentro das organizações e as consequências dessa mudança para os povos indígenas.
- ✓ Explicar o que é preciso fazer para garantir os processos internos às organizações e à gestão indígena.
- ✓ Identificar quais foram as principais mudanças ocorridas nas últimas décadas e o que falta ao movimento indígena em relação a outros movimentos no Brasil.

- ✓ Analisar a ética no movimento indígena.
- ✓ Analisar o formato e os critérios da representatividade indígena.
- ✓ Explicar a questão da sustentabilidade na gestão territorial dos povos indígenas.
- ✓ Interpretar a posição do movimento indígena dentro da sociedade brasileira nas últimas três décadas.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha “pontos de observação” específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula do Prof. Silvio Cavuscens.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.
1. O movimento indígena e seus caminhos, como ele é conformado, quais seus desafios e quais podem ser suas perspectivas.
 2. Existe um debate muito recente que diz respeito ao fato de que desde que o Brasil foi signatário da OIT, da 169 da OIT, os povos indígenas e outras populações tradicionais reivindicarem o direito de consulta.
 3. Muitas vezes uma liderança chega na organização com toda força, mas diante das enormes dificuldades

que encontra, isso faz com que rapidamente gaste toda sua energia.

4. Muitos povos indígenas estão enfrentando a questão da sustentabilidade versus sua gestão territorial. Existem todos os embates do uso dos recursos naturais.
5. No movimento indígena atual existem muitas coisas que representam novos desafios. Direitos foram conquistados, mas não são obrigatoriamente respeitados.

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula do Prof. Silvio Cavuscens, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. Existe uma fala disseminada que é a do "movimento indígena". O Prof. Silvio inicia sua aula propondo uma reflexão sobre isso.
 - ✓ O que é o movimento?
 - ✓ Como se estrutura?
 - ✓ Qual a sua dinâmica?
2. Ao longo dos últimos 30 anos, a luta pela demarcação dos territórios, a conquista de aliados... Houve uma mudança impressionante da percepção da questão indígena.
 - ✓ Quais foram os elementos de coesão nos movimentos indígenas?

✓ Quais foram as grandes mudanças para as questões indígenas?

3. 1980 foi uma década crucial para os povos indígenas.
 - ✓ Quais foram as grandes mudanças que ocorreram para e nos movimentos indígenas?
 - ✓ Quais foram os grandes desafios?
4. Houve sim uma grande mudança no processo de organização através da luta.
 - ✓ O que aconteceu dentro das organizações?
 - ✓ Quais as consequências dessa mudança para os povos indígenas?
5. A falta de sistemas de governanças mais sólidos é um problema sério para os povos indígenas.
 - ✓ O que é preciso fazer para garantir os processos internos às organizações?
 - ✓ E à gestão indígena?
6. O Prof. Silvio em sua aula pontua que em vinte anos o movimento indígena mudou muito.
 - ✓ Quais foram as principais mudanças ocorridas?
 - ✓ Em relação a outros movimentos organizados no Brasil, o que falta ao movimento indígena?
7. O Prof. Silvio propõe uma reflexão sobre a ética no movimento indígena..

- ✓ Qualquer tipo de financiamento é possível?
 - ✓ O que o Prof. Silvio diz em sua aula sobre valores coletivos construídos?
8. Outra discussão interessante é o formato e os critérios da representatividade indígena.
- ✓ Em relação à gestão territorial, como os povos indígenas irão enfrentar a questão da sustentabilidade?
 - ✓ E em relação à legitimidade dos representantes indígenas para levarem a discussão com os interlocutores que interessam ao movimento?
9. Os povos indígenas estão enfrentando a questão da sustentabilidade em sua gestão territorial.
- ✓ Em relação à gestão territorial, como os povos indígenas irão enfrentar a questão da sustentabilidade?
10. Nas últimas três décadas o movimento indígena mudou sua posição dentro da sociedade brasileira.
- ✓ Quais as lacunas que precisam ser trabalhadas?
 - ✓ Quais os grandes ganhos?

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu as 5 (cinco) frases mais representativas para cada assunto:

1. O movimento indígena e seus caminhos, como ele é conformado, quais seus desafios e quais podem ser suas perspectivas.
2. Existe um debate muito recente que diz respeito ao fato de que desde que o Brasil foi signatário da OIT, da 169 da OIT, os povos indígenas e outras populações tradicionais reivindicarem o direito de consulta.
3. Muitas vezes uma liderança chega à organização com toda força, mas diante das enormes dificuldades que encontra isso faz com que rapidamente gaste toda sua energia.
4. Muitos povos indígenas estão enfrentando a questão da sustentabilidade versus sua gestão territorial. Existem todos os embates a respeito do uso dos recursos naturais.
5. No movimento indígena atual existem muitas coisas que representam novos desafios. Direitos foram conquistados, mas não são obrigatoriamente respeitados

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudei sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção¹

1. Existe uma fala disseminada que é a do “movimento indígena”. O Prof. Silvio inicia sua aula propondo uma reflexão sobre isso.

- ✓ O que é o movimento?
- ✓ Como se estrutura?
- ✓ Qual a sua dinâmica?

De fato, o processo de luta dos povos indígenas tem se dado de várias formas e dinâmicas, e nem sempre muito bem compreendido.

As características de um movimento podem ser a não “institucionalização”, o fato de partir de diferentes regiões, com características diferentes, que se articulam na busca de soluções conjuntas, um fenômeno de comportamento coletivo. Além disso, uma coisa que é muito importante é seu enraizamento e o elo com grupos sociais. Quer dizer, o movimento se configura por partir de grupos de pessoas que têm um interesse comum, que têm uma problemática, que têm uma vontade e valores comuns. E a ideia é que através do movimento tentar transformar a realidade pelos enormes desafios: as pressões, as ameaças para as pessoas, para o território, para os recursos naturais.

O movimento indígena se constitui de organizações que se articulam, colocando em contato grupos de pessoas que têm problemas idênticos e são isolados uns dos outros. Na sua trajetória aumentou a força desses grupos isolados, nessa perspectiva de buscas de soluções e estratégias conjuntas.

Saem do isolamento e, pouco a pouco, criam novas perspectivas, aumentando a capacidade desses grupos locais. Saem para uma área de abrangência muito maior e aumenta a capacidade reivindicatória, a partir do momento em que há reuniões, encontros, reflexões e definições de estratégias conjuntas. Logo, começam a ter mais força política no embate com o governo.

Uma característica que pode ser observada é que esse movimento se configura, por um lado, por lutas étnicas mais localizadas, regionalizadas. Por outro, por lutas coletivas no campo político. Por exemplo, a demarcação das terras indígenas, melhores condições de saúde, o reconhecimento de uma educação diferenciada e o uso sustentável dos recursos naturais. Há uma conjunção através do movimento indígena nessas perspectivas mais locais, mais étnicas, muitas vezes, com essas lutas políticas bem mais abrangentes que são construídas de forma mais coletiva.

2. Ao longo dos últimos 30 anos, a luta pela demarcação dos territórios, a conquista de aliados... Houve uma mudança impressionante da percepção da questão indígena.

- ✓ Quais foram os elementos de coesão nos movimentos indígenas?
- ✓ Quais foram as grandes mudanças para as questões indígenas?

¹ Todas as respostas foram construídas a partir da aula do Prof. Silvio Cavuscens.

A enorme mudança da percepção da questão indígena não aconteceu só no Brasil. Foi no mundo inteiro. A Constituição de 1988, a Rio 92, e em vários outros momentos, como no campo do Direito Internacional, é visível que a questão indígena assumiu uma dimensão completamente nova. Houve um avanço muito grande na sua visibilidade.

Hoje não se faz mais o que se fazia antigamente, sem que a opinião pública, a crítica, os meios de comunicação possam divulgar o que acontece. E que os povos indígenas tenham alguns instrumentos legais, através dos quais possam apresentar queixas, apresentar suas reivindicações, para tentar mudar a realidade.

Da mesma forma, nas relações com as instituições governamentais, com as quais os povos indígenas travavam contato, na época seria o SPI, a FUNAI e depois, pouco a pouco, outros representantes governamentais. O movimento permitiu que os indígenas se conhecessem melhor. O conhecimento mútuo da realidade de uma região, de um povo, de uma situação. Esses intercâmbios, as viagens para assembleias, grandes conferências, fez com que houvesse um domínio melhor da realidade indígena brasileira, da realidade indígena Amazônica. Nesse processo várias estratégias foram utilizadas. As estratégias iniciais se caracterizavam por movimentações espontâneas. Se houvesse um problema, todos se uniam e iam para o embate. Isso aconteceu das mais diversas formas.

Aos poucos houve uma percepção de que essas estratégias mais impactantes no momento não traziam resultados a longo prazo, que, muitas vezes, podiam ocorrer até mortes, assassinatos e o desaparecimento de populações indígenas. Depois, surgiram perspectivas de novas estratégias organizacionais. Foi quando começou a se caracterizar a possibilidade de criar organizações indígenas, com a cara e o jeito de ONGs. Esse foi um momento na história dos povos indígenas e dos

movimentos indígenas que mudou radicalmente a forma de organizar e de estruturar as lutas dos povos indígenas.

A partir daí começou a possibilidade de representações em instâncias governamentais, coisa que há pouco tempo não era nem cogitada. Nessa trajetória do processo organizativo, algumas coisas são interessantes de se observar: até 1985 havia menos de 50 organizações indígenas no Brasil. As primeiras organizações, a partir de 1974, que começaram a se estruturar tinham objetivo bem preciso: lutar pela terra.

O processo foi se intensificando de tal forma, que em 2002 somente na Amazônia tinha 300 organizações. Em 2005 tinha mais de 350 organizações indígenas. Hoje a realidade mudou muito, não há mais essas tantas organizações, surgiu uma multiplicidade de forma de se organizar como associação.

3. 1980 foi uma década crucial para os povos indígenas.
 - ✓ Quais foram as grandes mudanças que ocorreram para e nos movimentos indígenas?
 - ✓ Quais foram os grandes desafios?

Em 1980 ocorreu uma consolidação da participação indígena em diversas instâncias de representação. Sem dúvida, foi a década em que mais se conquistou espaço, com lideranças, organizações locais, regionais e representativas supra regional.

Por exemplo, a própria Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), que começou em 1989, mas outras organizações como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), como a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN), como a União das Nações Indígenas (UNI), passaram a representar os

interesses dos povos indígenas de várias regiões da Amazônia. Houve também uma intensa participação na vida política, a partir do Mario Juruna.

Em 1989, o surgimento da COIAB foi uma resposta às articulações de demandas postas a partir da constituição de 1988. A partir daí, a conquista de direitos que se alcançou com todo esse processo organizativo, com o apoio de aliados, com a abertura democrática, fez com que a realidade mudasse bastante.

Em confronto ao sistema vigente, a partir da experiência do uso coletivo da terra e da experiência coletiva de vivência indígena, começaram os primeiros grandes discursos de preservação do meio ambiente, preservação da floresta e da preservação do modo de vida que não prezava somente o uso individual da terra, a concorrência, mas que pudesse prezar outros valores que os povos indígenas faziam questão de demonstrar.

Nesse processo, era possível dizer que as organizações indígenas se situaram em dois universos distintos: por um lado, as dinâmicas do próprio movimento na sua relação com suas bases, voltadas para dentro das comunidades indígenas. Por outro lado, a Constituição e as organizações implicaram em uma outra dinâmica: a questão da burocracia, a gestão financeira e administrativa das organizações, a ocupação política indígena e uma complexa luta pelo poder.

Como podemos perceber a existência das organizações entre esses dois universos bastante diferentes e como atender a essas duas demandas com a mesma qualidade, com a mesma preocupação?

Isso representou uma série de desafios para os povos indígenas. Quando se fala em conquista de direitos, eles não estão assegurados para sempre. É uma luta permanente. Existem

direitos que foram conquistados e hoje estão completamente desrespeitados. Há outros que os povos indígenas hoje precisam conquistar, que há dez anos nem se cogitava em falar.

Esse processo de conquista requer do movimento e das organizações novas estratégias para poder corresponder aos novos desafios. A estruturação, a consolidação das organizações indígenas, uma vez aceitas, com alguns anos de funcionamento, rapidamente passaram a ter um papel mais complexo com a base, e isso fragilizou os movimentos indígenas. A figura da ONG, nesse processo associativo, passou a ser, praticamente, a única alternativa de luta. As lutas mais locais, mais espontâneas, mais coletivas já deixaram de existir, salvo algumas situações, bem particulares. Mas de modo geral todos os estados brasileiros e alguns países próximos, o processo associativo se transformou na alternativa de luta que os povos indígenas escolheram. Houve um grande crescimento dessas organizações como ente autônomo. A necessidade, os desafios colocados nessa vida organizativa começou a exigir muita dedicação para manter as estruturas e, com isso, houve um distanciamento da base, talvez até mesmo razões mais profundas de existência dessas organizações. A atuação cada vez mais voltada para fora, em lutas políticas, em embates, em representações, em gestão, do que para dentro do movimento indígena. Por isso o movimento indígena foi mudando sua configuração.

4. Houve sim uma grande mudança no processo de organização através da luta.

- ✓ O que aconteceu dentro das organizações?
- ✓ Quais as consequências dessa mudança para os povos indígenas?

A primeira questão a ser avaliada como motivo de impacto bastante grande no processo organizativo através da luta, foi a distância que essa autonomia atingiu em relação às formas tradicionais de representação. Quando se pensa no processo tradicional de representação, tem algumas coisas que saltam aos olhos: o sistema sólido, o sistema tradicional de representação que é baseado na memória, na história, na tradição, na cultura e no qual as lideranças tradicionais fazem parte do processo. É possível considerar isso uma democracia participativa. Quando se percebe o que acontece dentro das organizações vê-se que, de certa forma, têm coordenações, lideranças, pessoas que assumem funções, já não mais no intuito de representação dos interesses da coletividade, mas partindo de outros interesses.

A conquista de espaço de lutas podem ser lutas familiares, étnicas, políticas, de representação regional ou movidas por outros interesses: por dinheiro, por fama e pelo poder. A grande dificuldade é que dentro das organizações, com raras situações, não se conseguiu estabelecer ou criar órgãos de controle, instâncias de controle, de fiscalização com méritos de definições políticas que costumam ser eficazes.

Então, sem esses órgãos mais fortes de apoio e de orientação, fez com que os dirigentes indígenas se tornassem cada vez mais isolados.

A consequência disso é que primeiro aconteceu a mudança da base para as organizações e seus dirigentes. A organização indígena deixou de ser uma instância, um espaço onde cada um sente-se fazendo parte. Onde a população assume sua corresponsabilidade no processo. E, com isso, ocorreu uma visão clientelista, ou uma visão paternalista. E, de forma alguma, uma relação orgânica, uma organização que parte da base e que vai dando um rumo às coisas.

As organizações não deixam de ser estruturas verticalizadas, o poder é de quem está em cima e quem está embaixo acompanha do jeito que pode. Nesse processo as lideranças tradicionais, legítimas, estão cada vez com menos espaço de intervenção e atuação, cada vez mais distantes, porque o próprio sistema adotado não favorece uma coisa que se chama participação.

5. A falta de sistemas de governanças mais sólidos é um problema sério para os povos indígenas.
 - ✓ O que é preciso fazer para garantir os processos internos às organizações?
 - ✓ E à gestão indígena?

O Prof. Silvio citou que acompanhando a COAB há alguns anos e sempre preocupado e tentando entender a razão das coisas, é possível perceber que o conselho deliberativo, que a instância em si constituída para controlar, para fiscalizar, para dar rumo, não conseguia mais fazer isso. Mesmo se mudasse o formato do Conselho, se mudasse as representações regionais, se aumentasse o número de conselheiros, o papel dela deixou de ser cumprido como acontece em muitas organizações locais.

É preciso ter uma instância para dar garantia à organização e ao movimento dos seus processos internos, de suas definições, de suas estratégias. Se essas instâncias se fragilizam, deixam de funcionar. A distância entre as bases e os dirigentes aumenta mais ainda e ficam cada vez mais isolados, sem respaldo. E tem de assumir sobre seus ombros o peso enorme da responsabilidade, porque já não é mais a coletividade, não

é mais o grupo que decide e às vezes, pelas circunstâncias, eles têm de tomar decisões no peito e na raça, com dor na consciência e com muito medo.

De certa forma, entre as organizações indígenas, muitas vezes há um desvio de missão e dos princípios inicialmente estabelecidos. No início, as organizações eram constituídas, e está no estatuto: luta por direitos coletivos, luta pela melhoria das condições de vida da população, saúde, educação, processos tradicionais respeitados. Considerando que esse processo de consulta interna não é respeitado, muitas comunidades, muitas aldeias, muitas lideranças deixam de participar e ficam cada vez mais distantes. Em alguns casos percebe-se que nessa luta de embate político é briga de poder, é briga de diretoria, base do movimento, sérios problemas de gestão.

Mas por que existe essa questão da dificuldade de pensar uma gestão mais indígena? Com características mais indígena? E aí tem-se uma coisa que se chama burocracia e que todas as instituições, sejam elas de qualquer natureza, sofrem. O alto custo de um distanciamento com relação ao mundo social pode provocar um fracasso com relação aos objetivos e missões das organizações. Porque os mecanismos internos de gestão e de funcionamento das organizações, implica em quase obrigatoriamente em dificuldade de participação. É como se fosse intocável, com algumas poucas pessoas com chance de tocar nelas, pela complexidade que elas representam.

6. O Prof. Silvio Cavuscens em sua aula pontua que em vinte anos o movimento indígena mudou muito.
 - ✓ Quais foram as principais mudanças ocorridas?
 - ✓ Em relação a outros movimentos organizados no Brasil, o que falta ao movimento indígena?

Ao fazer uma pequena análise do processo das organizações indígenas de algumas décadas, é possível observar alguns pontos: o movimento indígena, enquanto movimento, era nitidamente mais organizado, muito mais articulado e mais dinâmico no início do que agora. A realidade hoje é outra, os desafios são outros, o processo de relato, de identificação, de contato fez com que a reação das lideranças, as estratégias utilizadas fossem outras.

Em outros momentos, as decisões eram mais coletivas. Por outro lado, a realidade era menos complexa, as políticas públicas eram mais facilmente identificáveis e os indígenas sabiam que para resolver uma questão, deveriam resolver com a FUNAI. Não havia essa pulverização da questão indígena em tantos ministérios, não tinham tantas representações, em tantas instâncias. Tinham a luta dos povos indígenas e o inimigo era muito mais fácil de identificar. As organizações eram consideradas o caminho necessário para o processo de autonomia dos povos indígenas e todo mundo acreditou nisso, todo mundo foi utilizando os mesmos mecanismos, o mesmo sistema associativo na busca de conquista de direitos.

Enquanto movimento, no Brasil, é nítida a carência de estratégias mais claras, inclusive em relação aos outros movimentos sociais no Brasil, como o Movimento Nacional dos Seringueiros, ou a nível nacional, o Movimento dos Sem Terras. As organizações indígenas, o Pan Amazônico, a Aliança Amazônica.

Alguns debates são cruciais nessa discussão toda: uma das questões é a do modelo organizativo versus os saberes e experiências genuinamente indígenas. Pensar em modelos de organização capaz de valorizar e aproveitar melhor as experiências dos povos indígenas nesse processo de luta, de experiências adquiridas e de conquistas. Tem algumas regiões e organizações que estão tentando vivenciar isso de forma mais dinâmica, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) é uma

organização que tenta manter essa organização, essa articulação de movimentos, de lutas de base, processos de consulta com a estrutura organizacional. A estrutura está a serviço de uma coletividade, a serviço de interesses do povo de Roraima, tem uma preocupação de buscar soluções nessas duas formas de se organizar.

7. O Prof. Silvio Cavuscens propõe uma reflexão sobre a ética no movimento indígena.
 - ✓ Qualquer tipo de financiamento é possível?
 - ✓ O que o Prof. Silvio diz em sua aula sobre valores coletivos construídos?

Um reflexo interessante é a ética do movimento indígena.

Qualquer homem precisa de financiamentos para se sustentar e as associações indígenas também. Toda pessoa tem a possibilidade de aceitar recursos de qualquer um, de todo mundo, de empresas pagando custos. Tem a possibilidade de definir estratégias, mesmo da cooperação internacional, envolvido, comprometido com as mudanças sociais do mundo a partir de uma questão humanitária.

Mas é possível receber de uma empresa como a Coca-Cola?

O Prof. Silvio Cavuscens, em sua aula, afirma que não. Porque isso vai contra os princípios e os valores que o movimento indígena carrega em seus movimentos:

“O que eu poderia dizer em termos de valores coletivos construídos e que dão sustentação aos movimentos indígenas? Existem, mas são claramente postos para todo mundo, eles são a base da

edificação do movimento que permite traçar o rumo do movimento para as próximas décadas. Talvez a questão seja pensar de que maneira as lideranças conseguem refletir um pouco mais sobre isso, aonde os povos indígenas querem chegar. De que maneira querem chegar.”

8. Outra discussão interessante é o formato e os critérios da representatividade indígena.
 - ✓ O que é preciso para ser representativo?
 - ✓ Além da representatividade, o que uma liderança precisa ter?

A representatividade tem se dado das mais diversas formas. A liderança participa de uma assembleia e é eleita para ser coordenadora, para ser conselheira. Mas quais são os critérios para se escolher essa pessoa? Por que fala bem, por que é bonita?

Esses critérios nem sempre estão claramente definidos e o movimento indígena muitas vezes errou em não ter tido a capacidade, ou a preocupação, o cuidado, de escolher seus dirigentes a partir de valores, a partir de critérios. Eu quero uma pessoa pra fazer o quê? Qual o perfil melhor? Quem tem mais experiência? Quem vai poder contribuir mais nessa discussão? E não porque é parente, porque é amigo ou por causa de outros interesses.

Por outro lado, além do formato e da questão de todo o critério, a questão da representatividade, tem outra questão que é fundamental: a legitimidade. Se não houver a legitimidade, qualquer problema que não tiver essa representação vai ser questionada ou não vai ser reconhecida. Associar a essa discussão à questão do poder de decisão nas organizações,

que muitas vezes fica reduzida a algumas pessoas e não há a participação democrática, mais abrangente, mais coletiva. Justamente para dar legitimidade, para dar suporte, para dar confiabilidade e para que seja um processo corresponsável.

As decisões muitas vezes são difíceis de serem tomadas frente a uma organização e, por conta disso, é importante que a representação, se sinta respaldada, porque vai carregando o recado, é mensageiro. Vai carregando esperanças, estratégias, decisões.

9. Os povos indígenas estão enfrentando a questão da sustentabilidade em sua gestão territorial.
 - ✓ Em relação à gestão territorial, como os povos indígenas irão enfrentar a questão da sustentabilidade?
 - ✓ E em relação à legitimidade dos representantes indígenas para levarem a discussão com os interlocutores que interessa ao movimento?

Recentemente, na aldeia lanomâmi, houve uma discussão na assembleia sobre sustentabilidade. É uma discussão importante sobre o garimpo, sobre a extração de pedras preciosas.

A questão da sustentabilidade tem de ser encarada de forma participativa. É um debate desgastante, complexo, onde há muitos interesses em jogo. É um debate que tem que ser encarado nas suas minúcias.

Há necessidade, hoje, de se extrair recursos naturais para subsistência, mas há outros interesses em jogo e as estratégias

em relação a esses outros interesses têm de estar muito clara. Hoje, no Congresso Nacional, estão aumentando as pressões para a mineração em terras indígenas.

Outra questão é a legitimidade dos representantes indígenas, a relação que se tem com o governo brasileiro, com os aliados, com a cooperação internacional. Ao longo desse processo muitos problemas atingiram as organizações, principalmente, o problema da gestão. Com isso, o próprio movimento indígena Amazônico ficou fragilizado.

Mas o movimento indígena não está anulado, ele está vivo, continua e lições foram aprendidas e novas perspectivas estão sendo construídas. O desafio é preparar as novas gerações, com novas estratégias. Capacitar e formar novos quadros.

10. Nas últimas três décadas o movimento indígena mudou sua posição dentro da sociedade brasileira.
 - ✓ Quais as lacunas que precisam ser trabalhadas?
 - ✓ Quais os grandes ganhos?

Para o movimento indígena é muito importante definir os princípios ideológicos e políticos do para as novas lideranças. Nesses 30 anos do movimento indígena, se ele tivesse investido mais em informação e capacitação de líderes, como está fazendo agora, muita coisa poderia ter sido evitada e poderia ter se avançado um pouco mais.

Cada momento histórico exige a edificação de novas estratégias, porque o tempo muda rapidamente, a realidade muda, as pressões continuam e se, diante disso, os movimentos indígenas não definirem estratégias que vão responder a esses

novos desafios, a realidade indígena fica cada vez pior, os direitos ficam cada vez menos respeitados.

Muitas vezes, as próprias lideranças não se dão conta do valor que esse movimento indígena tem, da dimensão e da riqueza que esse movimento assumiu em pouco tempo na história dos povos indígenas. E o quanto esse pouco tempo mudou a história dos povos indígenas. E mudou a relação das sociedades nacionais com os povos indígenas. Três décadas, quatro décadas não são nada diante da História. Em três décadas os povos indígenas brasileiros conseguiram romper com relações tradicionais cruéis, conseguiram mais autoestima, foram em busca de autonomia, são respeitados, só que governo é governo.

A sociedade na qual os indígenas estão vivendo hoje tem uma dinâmica econômica, social e cultural e se não consideram isso, nos mínimos detalhes, serão engolidos. O movimento teve a capacidade histórica de construir alternativas para os povos indígenas. Aquelas ideias que se tinha no final do milênio passado, a teoria que no ano 2000 não teria mais índio no Brasil. Os povos indígenas demonstraram, de cabeça erguida, que estão vivos.

Alguns povos indígenas no Nordeste que nem se reconheciam mais e hoje estão lutando por terras, pela retomada da língua, dos valores, da identidade cultural. Demonstraram que têm capacidade durante essas três décadas de construção do movimento indígena, mas não podem se acomodar. A alternativa é arregaçar os “braços”, olhar um pouco para aquilo que são, olhar para o povo indígena, olhar para a comunidade e para esses valores e pensar que chegaram até aqui e não podem morrer na praia.

Hoje, quando já adquiriram a capacidade de maior compreensão e domínio do funcionamento da sociedade brasilei-

ra, os povos indígenas reúnem condições de construir estratégias claras, com processos participativos. Os problemas que tiveram, fizeram com que houvesse amadurecimento. Agora, é aproveitar isso e ter coragem para dar mais um passo.

11 – Desafios da Educação Escolar Indígena.

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Descrever o percurso da escola indígena no Brasil.
- ✓ Explicar a saída da Funai da educação indígena e o que é e como funciona o Regime de Colaboração.
- ✓ Analisar a posição do movimento indígena em relação à mudança da educação indígena da Funai para o MEC.
- ✓ Explicar as decisões tomadas e suas consequências, durante o segundo Governo Lula.
- ✓ Identificar os itens do documento da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena e explicar porque Territórios Étnicos Educacionais é o primeiro.
- ✓ Analisar os itens em destaque da agenda da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.
- ✓ Interpretar a posição do Prof. Gersem José dos Santos Luciano Baniwa em relação ao papel da escola intercultural e da escola diferenciada para os povos indígenas no Brasil.

- ✓ Explicar as diferenças entre a escola indígena bilíngue hoje e a que o SPI tentou implantar no passado.
- ✓ Analisar o atual modelo de escola, com seus desafios e responsabilidades.
- ✓ Identificar as mudanças estruturais e conceituais necessárias das políticas e definir o que são etnoteritórios.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha “pontos de observação” específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula do Prof. Gersem José dos Santos Luciano Baniwa.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.
1. Hoje, só quem não tem escola é quem não quer, porque é obrigação do Estado. E mais do que isso, não é qualquer escola, é uma escola diferenciada, específica, multilíngue, bilíngue.
 2. Os indígenas da África não gostam da nossa política aqui do Brasil. Dizem que estamos nos tornando pequenos, estamos querendo criar um mundo pequeno dos brancos.

3. Temos poucas conferências, discussões, talvez porque fomos catequizados e a Igreja é conservadora. Mas também pelo conservadorismo da própria estratégia política da educação.
4. A tradição não dá conta sozinha, senão, nos perguntamos por que precisamos das coisas dos brancos. Então, ela não é suficiente. O fim é ela e mais alguma coisa.
5. O Brasil tem os povos indígenas que menos tem autonomia. Considerando outros países, aqui o massacre foi grande demais. Destruiu a autoestima, que foi conquistada muito recentemente. Quem foi esmagado é difícil levantar a cabeça e criar forças.

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula do Prof. Gersem Baniwa, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. O Prof. Gersem Baniwa em sua aula disse que antes de entrar na ideia dos territórios étnicos educacionais, falaria de forma sucinta a respeito do caminho que a escola indígena tomou.

Ele divide em três momentos:

- ✓ O da guerra aos povos indígenas.
- ✓ O da luta dos povos indígenas pela sobrevivência
- ✓ O de como os povos indígenas querem viver.

Descreva este percurso.

2. O prof. Gersem Baniwa explicou em sua aula que na região amazônica quem iniciava pequenas escolinhas eram os regatões. Como possuíam um pouco mais de dinheiro, colocavam em um determinado lugar um professor por uma ou duas semanas, alfabetizavam, desfaziam tudo e seguiam adiante.
 - ✓ Como a Funai deixou de ser a grande responsável pela educação indígena?
 - ✓ O que é e como funciona atualmente o Regime de Colaboração?
3. Os que mais reclamaram da mudança da educação da Funai para o MEC foram os não índios.
 - ✓ Quando o movimento indígena se posicionou e por quê?
 - ✓ Quais as principais reivindicações do movimento indígena?
 - ✓ Qual foi a atitude do MEC?
4. No segundo governo Lula observou-se que a concentração política e os recursos ajudaram muito pouco.
 - ✓ Qual a decisão mais importante que foi tomada?
 - ✓ Qual a consequência imediata dessa decisão?

5. O resultado da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena é um documento de mais de 30 páginas, mas extremamente detalhado.
- ✓ Quais são os itens do resultado da Conferência?
 - ✓ Por que Territórios Étnicos Educacionais é o primeiro item?
6. O Prof. Gersem Baniwa diz em sua aula que a agenda da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena demoraria uma década para se conseguir alcançá-la.
- ✓ Quais os principais destaques que ele dá a alguns itens da agenda?
7. O Prof. Gersem Baniwa discute com os alunos a questão da escola diferenciada.
- ✓ Qual a posição do Prof. Gersem Baniwa em relação ao papel da escola intercultural e da escola diferenciada para os povos indígenas no Brasil?
8. Primeiro os povos indígenas foram catequizados pela Igreja, depois tutelados pelo SPI e FUNAI. Então, estavam na tentativa de sair da catequese e da tutela. E aí, veio a escola autônoma.
- ✓ Assim como a escola indígena hoje, o SPI também implantou a escola bilíngue. Qual a diferença entre elas?
- ✓ Quais são as três dimensões da escola diferenciada hoje, segundo o Prof. Gersem Baniwa?
9. O Prof. Gersem Baniwa em sua aula diz que o modelo de escola do jeito que está não vai chegar à excelência.
- ✓ Diferenciada por um lado e de excelência por outro. Para ter essa escola, qual o desafio imposto?
 - ✓ A identidade étnica do aluno indígena é responsabilidade da escola?
10. Território não muda a lógica da política em termos de instituições do governo, o papel do Estado, da universidade, do município. O que muda são todas as políticas.
- ✓ Quais as mudanças estruturais e conceituais necessárias?
 - ✓ O que são etnoterritórios?

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu as 5 (cinco) frases mais representativas para cada assunto:

1. Hoje, só quem não tem escola é quem não quer, porque é obrigação do Estado. E mais do que isso, não é qualquer escola, é uma escola diferenciada, específica, multilíngue, bilíngue.
2. Os indígenas da África não gostam da nossa política aqui do Brasil. Dizem que estamos nos tornando pequenos, estamos querendo criar um mundo pequeno dos brancos.
3. Temos poucas conferências, discussões, talvez porque fomos catequizados e a Igreja é conservadora. Mas também pelo conservadorismo da própria estratégia política da educação.
4. A tradição não dá conta sozinha, senão, nos perguntamos por que precisamos das coisas dos brancos. Então, ela não é suficiente. O fim é ela e mais alguma coisa.
5. O Brasil tem os povos indígenas que menos tem autonomia. Considerando outros países, aqui o massacre foi grande demais. Destruiu a autoestima, que foi conquistada muito recentemente. Quem foi esmagado é difícil levantar a cabeça e criar forças.

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudou sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção¹

1. O Prof. Gersem Baniwa em sua aula disse que antes de entrar na ideia dos territórios étnicos educacionais, falaria de forma sucinta a respeito do caminho que a escola indígena tomou.

Ele divide em três momentos:

- ✓ O da guerra aos povos indígenas.
- ✓ O da luta dos povos indígenas pela sobrevivência
- ✓ O de como os povos indígenas querem viver.

Descreva este percurso.

O primeiro momento é o das guerras aos povos indígenas, em que o objetivo era o massacre ou a integração. E a escola era aliada, trabalhava para isso, era uma escola colonial. Obviamente a escola nunca usou o fuzil, porque não era o seu papel. Quem fazia isso eram as Forças Armadas, o exército, os Bandeirantes. O que eles não conseguiam fazer, a escola completava. Era a escola da integração.

Se a arma matava, a escola matava do mesmo jeito. Porque achava que os povos indígenas deveriam deixar a sua língua, as suas tradições. E isto, significava matá-los. Então, essa era a característica da escola, complementar esta política intencional de extermínio, eliminar os povos indígenas, para que a posse dessas terras fosse definitiva.

¹ Todas as respostas foram construídas a partir da aula do Prof. Gersem José dos Santos Luciano.

Para os europeus um espaço sempre tem dono. Enquanto os índios estivessem ali seriam donos dessas terras. Este foi o momento mais longo, vem desde Cabral até há 100 anos atrás. Este foi um processo muito claro de extermínio.

O segundo momento, foi o da luta dos povos indígenas pela sobrevivência. Eles se perderam no tempo e no espaço porque não entendiam qual o propósito dos brancos quando chegaram, era uma confusão. O Prof. Gersem Baniwa citou na aula que sempre pergunta aos jovens índios do ensino médio: “você já pensaram por que os brancos dominaram os índios lá no começo da civilização?”

É muito fácil imaginar os brancos com canhão, armas, mas não foi simples assim. Quando os portugueses chegaram, é possível imaginar quantas pessoas haviam nas caravelas. Não eram mais de 300 pessoas. Como conseguiram dominar 5 milhões de pessoas? Sem balas, pois já tinham gasto na viagem. Então, uma das possibilidades é imaginar que os índios não entenderam quem eram os brancos, e os próprios índios se dividiram. A principal força dos colonizadores não foram as armas, mas foram os próprios índios, que sem entender a maldade, contribuíram com os portugueses para dominar, matar e massacrar os índios. Tem uma literatura farta sobre esse assunto. É importante dizer que nesse primeiro momento tinha uma total incompreensão dos índios.

No segundo momento entenderam que os brancos vieram para valer, para dominar, massacrar. Quando perceberam que os povos indígenas estavam completamente dizimados, começaram a se preocupar com a sobrevivência. No sec. XIX foi encontrado na literatura, índios que se aliam aos brancos para sobreviver, não que gostassem dos brancos, mas para se salvar. Então, esse segundo momento foi um pouco o da resistência. O Prof. Gersem Baniwa chama da *escola da integração*, já não é tanto o massacre, mas de tornar os povos

índigenas brasileiros. O que significava a eliminação desses povos.

No terceiro momento a luta não é mais de sobrevivência, e sim de *como queremos viver?* No primeiro momento é de *como vamos respirar?* Alguma possibilidade, mesmo que escravizado. No terceiro momento começa a luta pelo direito. Até aqui não havia direito nenhum, era só lutar pela sobrevivência. Neste terceiro momento, começa a luta pelos direitos à saúde, à educação, à terra. Começa então a Escola do Movimento Indígena.

Não a escola construída, mas uma escola conscientizadora. A escola que ajudou a massacrar e a extinguir os povos indígenas, agora seria um instrumento inverso. Fazer com que os índios pudessem resistir, se organizar e lutar pelos seus direitos.

E por fim, o momento atual. A constituição de 1988 garantiu o direito à educação, à saúde, etc. Garantiu não só educação, mas uma educação própria.

Houve um percurso interessante. No primeiro momento foi um massacre total e os indígenas estavam totalmente desarticulados. No segundo momento eles perceberam que se não reagissem os brancos iriam eliminá-los. Então, eles começaram a reagir lutando pela vida. À medida que começaram a lutar pela vida, lutaram pela saúde, pela educação, por vários direitos. E no terceiro momento, queriam não apenas viver, mas viver do seu jeito. Uma educação que garantisse a sua forma de ser, de viver. No final dos anos 1980, este foi um momento em que o direito à educação já estava garantido. Antes da Constituição a educação não era considerada um direito. E por não ser considerada um direito, as comunidades que tinham escolas, tinham porque alguém da FUNAI deu, mas não eram de direito. Era uma iniciativa voluntária.

2. O prof. Gersem Baniwa explicou em sua aula que na região amazônica quem iniciava pequenas es- colinhas eram os regatões. Como possuíam um pouco mais de dinheiro, colocavam em um determinado lugar um professor por uma ou duas semanas, alfabetizavam, desfaziam tudo e seguiam adiante. O segundo momento é a experiência do SPI e da FUNAI. Este momento foi muito bem historiografado. A escola indígena pensada pelo SPI e pela FUNAI tem uma característica muito particular, é a *Escola da Integração*.

- ✓ Como a Funai deixou de ser a grande responsável pela educação indígena?
- ✓ O que é e como funciona atualmente o *Regime de Colaboração*?

Toda a política da FUNAI foi sempre para integrar, portanto, para tutelar. Sempre com a visão do indígena incapaz. A visão de tornar o indígena brasileiro comum, sem necessidade de ter sua identidade. A partir de 1991 um decreto do presidente Fernando Collor tirou esta responsabilidade da FUNAI e passou para o Ministério da Educação. No entanto, o MEC não queria ficar com essa responsabilidade. Imediatamente, baixou uma portaria repassando a responsabilidade para os estados e municípios. E assim está até hoje. Deveria ser um regime de colaboração do MEC junto com as secretarias de Educação. Esta foi a última etapa da longa política da escola para os povos indígenas.

É visível que essa etapa do regime de colaboração está esgo- tada. Os povos indígenas estão construindo várias políticas. Se no passado as políticas mudavam por um decreto, hoje em dia não é mais assim, porque a qualidade da participação indígena e a democracia não permitem. Para que surja uma nova política, isso tem de ser resultado de uma construção coletiva.

O fim da tutela significa o fim da incapacidade civil, o fim das políticas assistencialistas e integracionistas. O início da nova era da afirmação e valorização da identidade, e dos indígenas como sujeitos. Esta política trouxe mudanças de princípios políticos e jurídicos.

Com a saída da educação do MEC para os sistemas estaduais, municipais e federais de ensino, surge então o Regime de Colaboração. Vários estudiosos, inclusive o Prof. Gersem, pensam que este regime de colaboração nunca funcionou a contento. Mas apesar de não ter funcionado, deu muita visibilidade ao tema da educação indígena.

Por quê? Porque antes era só a FUNAI que fazia, e a partir disso os estados começam a ter de olhar para a questão in- dígena. Com a FUNAI, os povos indígenas passaram a ser eleitores, a eleger prefeitos, a trabalhar nos estados. Passam a ser cidadãos do município, e não apenas cidadãos da FUNAI. Podem ser contratados. Todos os estados têm algum tipo de relação com a educação das aldeias. Com isto, a oferta em educação aumentou.

Em 1990, quando toda a educação estava na FUNAI havia menos de 600 escolas indígenas no Brasil, eram 547. Depois de 20 anos, em 2010, saltaram para quase 3000 escolas. O que ajudou esse crescimento, foi a descentralização. O gover- no estadual faz, o município faz, cada um faz um pouquinho, é mais do que a FUNAI sozinha fazia.

Só que este estilo de colaboração tem muitos problemas. Antes era só a FUNAI controlando, através de um setor de coordenação. Quando esta responsabilidade passou a ser descentralizada, passou a ser também do MEC, do município, da universidade... Quem coordena? É a grande pergunta. Muitas vezes não é claro quem coordena essas políticas no Brasil. Então surgiu o problema da *descoordenação*.

“Tem um estudioso que diz que a política da educação indígena com a descentralização ficou acéfala, ninguém tem mais a orientação.”

Os povos indígenas não querem apenas viver, eles querem viver do seu jeito, querem uma escola diferenciada. A questão é como trabalhar isso do ponto de vista técnico. Por isto, é tão importante historiar, para entender e transformar.

3. Os que mais reclamaram da mudança da educação da Funai para o MEC foram os não índios.

- ✓ Quando o movimento indígena se posicionou e por quê?
- ✓ Quais as principais reivindicações do movimento indígena?
- ✓ Qual foi a atitude do MEC?

Em 1991, quando Collor tirou a educação da FUNAI e passou para o MEC, houve manifestações contrárias ao Decreto. Mas, na verdade, eram manifestações de não índios, pois a maioria dos povos indígenas nem ficou sabendo. E, como tinha pouca escola, não se tinha muita clareza das políticas de educação. Então, a manifestação indígena foi muito tímida.

Mas houve muitas discussões. A FUNAI reagiu contra a mu-

dança. O Regime de Colaboração foi implementado e experimentado. Só que nos últimos anos, principalmente na última década, o movimento indígena começou a se posicionar fortemente e percebeu que não estava funcionando. Em termos numéricos havia uma melhora, mas a qualidade estava mal. Havia muitas escolinhas novas, mas funcionando precariamente. Então, começaram com reivindicações bem concretas.

Uma das reivindicações era a falta da centralização. O que significava tirar dos municípios, tirar dos estados, para voltar ao governo federal. Mas não teve muita força este empreendimento, porque o movimento indígena se dividiu. Uns queriam que voltasse para o MEC e outros queriam que voltasse para a FUNAI. Foi uma divisão bastante grande, havia consenso sobre a centralização, mas não aonde essa centralização deveria ocorrer: no MEC ou na FUNAI? Divididos, não tiveram força suficiente para fazer valer esta ideia.

Como o movimento indígena não estava coeso, houve uma tentativa de buscar um espaço de consenso. Vem, então, a demanda pela realização de uma Conferência Nacional, que foi um marco importante. Todo esse processo veio acompanhado por um debate intenso dentro do governo Lula. Nos primeiros quatro anos de governo, algumas coisas aconteceram que ajudam a entender a discussão sobre a escola indígena.

Com a forte crítica ao Sistema Colaborativo de ensino por parte do movimento indígena, em um primeiro momento o MEC tomou a decisão de estabelecer um diálogo e uma discussão política com os municípios e estados. Foram criadas algumas ações específicas, como o Plano de Ação Articulada, que era uma maneira de injetar recursos nos estados. E isto aconteceu, principalmente, no final do primeiro mandato. Em 2006 foi montado um plano para injetar recursos e melhorar a educação escolar indígena.

4. No segundo governo Lula observou-se que a concentração política e os recursos ajudaram muito pouco.

- ✓ Qual a decisão mais importante que foi tomada?
- ✓ Qual a consequência imediata dessa decisão?

No segundo governo Lula as dificuldades eram muito grandes. O Governo resolveu, então, atender às reivindicações dos povos indígenas e fizeram a primeira Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.

A educação escolar indígena é uma política muito complicada. Geralmente, é muito conservadora. Apenas em 2009 é que foi feita a primeira Conferência de Educação Indígena, depois de 500 anos. Na área da saúde, por exemplo, já foram feitas quatro Conferências Nacional da Saúde Indígena. Não interessa à elite que a educação cresça, não quer uma massa crítica.

A conferência foi realizada e a consequência imediata foi que estabeleceu-se uma agenda, que foi idealizada, discutida, todos participaram: os estados, os municípios, e chegaram a um documento. A expectativa, como sempre, é que o resultado sirva para algo, para orientar.

Nessa agenda pós-conferência, é que se chegou às políticas que estão aí, o primeiro ponto é exatamente *territórios étnicos educacionais*. Este foi um ponto fundamental.

5. O resultado da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena é um documento de mais de 30 páginas, mas extremamente detalhado.

- ✓ Quais são os itens do resultado da Conferência?

O Prof. Gersem Baniwa resume em sete itens o grande resultado da conferência, que seriam a seguinte agenda:

- » Implantação dos territórios étnicos educacionais.
- » Revisão das diretrizes da educação escolar indígena.
- » Criação da Secretaria Nacional de Educação Escolar Indígena.
- » Criação do Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena.
- » Criação do Fundo Nacional de Educação Escolar Indígena.
- » Criação do Sistema de Avaliação da Educação Escolar Indígena.
- » Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena.

Essa foi uma grande agenda construída a partir da Conferência. Não é um trabalho em curto prazo, é um trabalho em médio prazo, e isso muda completamente a base da estrutura da Política Educacional Indígena no Brasil. Isso é importante porque os Territórios Étnicos Nacionais é a primeira parte, entendendo essa agenda compreende-se melhor os Territórios Étnicos Nacionais.

6. O Prof. Gersem Baniwa diz em sua aula que a agenda da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena demoraria uma década para se conseguir alcançá-la.

- ✓ Quais os principais destaques que ele dá a alguns itens da agenda?

Os Territórios Étnicos Educacionais mereceu ser o primeiro item porque tende a criar uma base para nova política da educação escolar indígena.

A Revisão das Diretrizes da Educação Escolar Indígena é um trabalho imenso, pois são as diretrizes que orientam todo o plano pedagógico, toda a gestão da escola. Aqui no Brasil temos poucas diretrizes ainda, apenas para o ensino fundamental. Este é um mau sinal, pois significa que cada um pode fazer de qualquer jeito. A educação infantil, o ensino médio, o ensino tecnológico, além da formação de professores, possuem diretrizes nacionais.

O Fundo Nacional de Educação Escolar Indígena foi muito importante, pois no campo da educação não existia uma programação específica para a escola indígena. Era toda misturada com os recursos dos não índios. Por isso, sempre se reivindicou um recurso próprio, inclusive para poder saber como estaria sendo gerido o recurso.

O Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena é um órgão normativo de toda a política nacional. Quem fazia isso era o Conselho Nacional de Educação, com apenas uma representante indígena.

A Criação do Sistema da Avaliação da Educação Escolar Indígena é outro item fundamental. Ora, se a escola é diferenciada, tem de haver uma avaliação própria. As leis diziam que a escola indígena era diferenciada. Na escola do branco só se fala português e na escola indígena se fala todas as línguas, pacararuba, yanomami, etc. Mas o sistema que avaliava era o mesmo, tudo em português. Como avaliar o aluno que aprende em outra língua, na língua portuguesa? Não seria possível dar certo! Aí, diziam que os povos indígenas não aprendiam. O instrumento de avaliação é que estava errado.

E por fim, a grande esperança da política educacional indígena para o futuro é o Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena. Hoje tem três sistemas, a União, o Estado e o Município. A avaliação é de que nenhum destes sistemas conse-

gue dar conta desta política diferenciada. Então é necessário criar um sistema próprio, como também é um pouco a saúde, para que tenha não apenas recursos, mas normas próprias, processos administrativos próprios, instrumentos e estruturas próprias.

7. O Prof. Gersem Baniwa discute com os alunos a questão da escola diferenciada.

- ✓ Qual a posição do Prof. Gersem Baniwa em relação ao papel da escola intercultural e da escola diferenciada para os povos indígenas no Brasil?

O Prof. Gersem Baniwa destaca que ele, particularmente, é partidário da escola diferenciada no Brasil historicamente. Salaria que não podem se isolar, pois acha que é possível pensar na escola diferenciada, mas têm que fazer a ponte com o mundo não indígena.

Propõe uma questão:

O nosso drama no Brasil não é pequeno, o que é Escola Intercultural? Se eu pergunto para os meus colegas professores cada um responde diferente. Tem algum professor aqui? Vocês podiam depois responder. Sempre escuto que é a que trabalha com o conhecimento tradicional, mas também trabalha o conhecimento do branco. Mas aí começa o drama, porque os 200 dias letivos por ano x hora/aula por semana, o que acontece? Se eu tenho que trabalhar as duas coisas, então, não se aprende nem uma nem outra de forma bem feita, de forma completa os nossos conhecimentos nem os do mundo branco. É por isso que os africanistas dizem que isso está errado. A coisa da tradição da língua é na família que se aprende. A escola é para aprendermos

a coisa do branco para não ser dominados por eles. Se precisar dominá-los, mas isso é um debate longo, talvez nos próximos anos o movimento indígena comece a debater isso, não vou ser eu que vou fazer agora.

Sabe por quê? Cada povo pensa diferente. A escola intercultural que ensina um pouquinho do mundo indígena, um pouquinho do mundo branco, às vezes nos torna um cidadão de segunda categoria. Aprendemos um pouquinho de todas as duas, mas não conseguimos competir nada com o branco, não passamos em concursos, em vestibular, em empregos... a pergunta é o que aprendeu um pouquinho de cada. Isto que os outros países, como Chile e africanos, eles não querem aprender a cultura deles. Isso é a família e a aldeia que ensinam. Eles querem aprender português, para falar bem o português, e poder dialogar bem, para a comunidade.

Agora a escola não pode é ser contra a nossa cultura como era no passado, massacradora, mas isso já está resolvido. Falta resolver para que queremos a escola. Não esqueçam uma coisa, eu não estou afirmando, estou provocando para a gente pensar.

8. Primeiro os povos indígenas foram catequizados pela igreja, depois tutelados pelo SPI e FUNAI. Então, estavam na tentativa de sair da catequese e da tutela. E aí, veio a escola autônoma.
 - ✓ Assim como a escola indígena hoje, o SPI também implantou a escola bilíngue. Qual a diferença entre elas?
 - ✓ Quais são as três dimensões da escola diferenciada hoje, segundo o Prof. Gersem Baniwa?

O SPI implantou a escola bilíngue, mas o curioso é que a escola bilíngue não era para valorizar a língua, era para facilitar a dominação a partir da própria língua dele. Isto está confirmado na literatura. Hoje não, quando falamos de ensino bilíngue é para valorizar a língua dele. Mas no SPI era muito difícil dominar o índio sem falar a língua dele.

A igreja veio e catequizou, fez os povos indígenas acreditarem no paraíso, que era para abandonar o arco e a flecha, pois iriam para o inferno se pegassem a flecha. Já pacificados, iriam tutelar, dizendo o que eles deveriam fazer. Hoje, estão em um processo de relibertação, em luta pela autonomia.

Existem coisas que são irreversíveis. O processo do contato é irreversível. Segundo o Prof, Gersem Baniwa, a escola, principalmente a mais avançada, a tecnológica e a universitária, precisa dar conta de formar a partir das três dimensões. Primeiro: tem de fortalecer o índio, sua identidade da afirmação. Por outro lado tem de dar conta das outras duas questões: capacidade para a luta, mas também para o mercado de trabalho.

A escola e a universidade têm de dar conta destes três desafios ao mesmo tempo. Porque o contato exige isso, os povos indígenas querem ir para o mercado de trabalho. Até porque é o direito, mas também tem que ter lideranças fortes para fazer valer pelo direito, pela terra, pela educação, pela saúde. Tem que trabalhar este lado de fortalecimento da identidade para que ele não abdique nem se envergonhe disso.

Uma escola ou universidade tem que levar estes três aspectos de forma muito harmônica, sem um ou o outro isso vai ficar incompleto. Tem de preparar bem o jovem para o mercado de trabalho, tem de preparar bem o jovem que está estudando para que sua liberdade possa se transformar em uma boa liderança, para ele lutar pelo território, pela educação, pela

saúde melhor e assim por diante, mas que não abdique de sua identidade.

A grande questão é quando não atende a essas três dimensões. Se o jovem só aprender sobre o mercado, e pensar que está bem porque tem o seu salário, trabalha para o governo, mas está toda semana com o seu povo. Também nada adiantaria se essa formação o fizesse abandonando o modo de viver. Não pode restringir, porque restringir é excluir. O desafio da escola indígena é formar o cidadão exemplar, e não um cidadão de segunda categoria. Ter medo de concorrer a um cargo porque não vai passar. Não pode ser nem mais nem menos. O Prof. Gersem Baniwa pontua que tem que ser uma escola para valer, porque instrumentaliza. Ele é da opinião que têm que ter excelentes advogados indígenas, excelentes médicos indígenas, assim como têm que ter excelentes pajés, excelentes artistas de artesanato, tudo tem que ser excelente. A casa tem que ser de excelência. Têm a vantagem de dominar bem o mundo branco e dominar bem o indígena. A escola é a base.

9. O Prof. Gersem Baniwa em sua aula diz que o modelo de escola do jeito que está não vai chegar à excelência.

- ✓ Diferenciada por um lado e de excelência por outro. Para ter essa escola, qual o desafio imposto?
- ✓ A identidade étnica do aluno indígena é responsabilidade da escola?

O Prof. Gersem Baniwa diz que todos os modelos de escolas existentes não serão capazes de atender à necessidade de serem diferenciadas por um lado, mas de excelência por outro. Isso impõe o desafio de criar outra escola, com outra estrutu-

ra, outra filosofia. Este é o processo histórico atual. Os povos indígenas experimentaram a escola catequética, a escola colonial, a escola conscientizadora, a escola como um direito e agora querem dar qualidade para a escola diferenciada. Ela não pode ficar só voltada para as tradições, não pode ficar de costas para isso, mas também tem que permitir o acesso aos conhecimentos de fora.

Como faz isso em uma escola que tem 200 dias letivos? É impossível. Então, é preciso pensar outra coisa, e é para isso que se está caminhando. E é preciso olhar outros modelos e aprender com eles.

Uma grande questão que está sempre se discutindo entre antropólogos, é de querer empurrar para dentro da escola aquilo que é da comunidade, do povo. É querer responsabilizar a escola pela identidade étnica do aluno. Se dentro de uma sala tem 30, 40 alunos de diferentes povos, diferentes línguas, nem o professor às vezes conhece a tradição, como vai formar a identidade étnica do aluno? A escola tem que respeitar, não pode ser contra as tradições, mas deve permitir um bom acesso ao conhecimento de fora como os índios querem, e esta tradição tem de ser trabalhada.

Antigamente os brancos educavam os filhos em casa. Depois começaram a trabalhar muito e não tinham mais tempo para educá-los e colocaram na escola. Se alguma coisa sai errado a culpa é da escola? Quem tem que educar os filhos são os pais. Que bom que estamos pensando alto, que os pais estão cada vez mais insatisfeitos com a escola, não ensinam nem bem a língua, nem bem o português. Acha-se que o professor tem que saber tudo, inclusive a identidade étnica do aluno.

10. Território não muda a lógica da política em termos de instituições do governo, o papel do Estado, da universidade, do município. O que muda são todas as políticas.

- ✓ Quais as mudanças estruturais e conceituais necessárias?
- ✓ O que são etnoterritórios?

É preciso uma mudança estrutural administrativa do Estado Brasileiro. As ações são pensadas como o branco está organizado, como o mundo branco está organizado. Enoterritório é uma determinada área geográfica, e esta área está relacionada à como os povos indígenas etnicamente se articulam. Um espaço e vários grupos indígenas. Isso quer dizer que em vez do planejamento ser de acordo com a vontade dos municípios e dos estados, agora passa a ser de acordo com a vontade dos povos indígenas que fazem parte deste etnoterritório. Mudou a base da política. Antes cada município pensava a sua política para os índios, agora são os índios que pensam as políticas para que os governos executem.

Tem uma segunda mudança que é conceitual, mais filosófica, porque é uma ideia que remete à história. Os povos indígenas tinham suas configurações étnicas quando Cabral chegou aqui. Os brancos chegaram e dividiram os indígenas como bem entenderam: você agora é pernambucano, você agora é cearense, você agora é alagoano, etc. Então, a ideia do etno-território recupera os indígenas da noção articulada do território com a etnia para pensar políticas, não é importante quem é o prefeito do município, quem é o governador do estado. Existe este povo aqui, e este povo tem o seu território, tem suas relações políticas e isso tem que ser levado em consideração. Esta ideia do território é uma coisa nova, há

10 anos seria impossível falar em etnoterritórios.

Quando os povos indígenas falam de etnoterritório, muitos pensam que querem criar um país próprio. No fundo essa ideia do etnoterritório é fundamental para pensar a autonomia, como você exerce a autonomia? Do espaço? Não você exerce no espaço uma referência territorial: aqui você não entra, daqui pra diante nós temos nossos caciques e a coisa é diferente. Você tem que ter um controle, uma área que você estabelece a fronteira do seu poder e da sua governança. Isso é autonomia.

Então, se os povos indígenas querem mesmo autonomia, tem que começar mesmo a determinar seu território. Não no sentido de terra, por isso não significa que cada terra indígena é um território étnico. É espaço étnico. Você pode ter 50 pequenas terras, mas essas terras precisam ter uma configuração étnica, isso é que importa.

12 – Saúde Indígena

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Analisar a situação da saúde indígena no Brasil, o sistema de informação e sua importância.
- ✓ Interpretar a história institucional e a base territorial da saúde indígena no Brasil, sua organização e sua concepção.
- ✓ Explicar o DSEI dentro da estrutura do Ministério, sua autonomia e o enquadramento dos indígenas com formação na área de saúde e quais as formas de entrar para a Secretaria Especial de Saúde Indígena.
- ✓ Analisar a estrutura dos Conselhos e como se insere a questão da saúde indígena, além da capacitação dos indígenas na área da saúde.
- ✓ Explicar o que é preciso fazer para garantir os processos internos às organizações e à gestão indígena.
- ✓ Identificar o impacto da articulação do SUS em áreas indígenas e para a gestão financeira.
- ✓ Interpretar que ações de saúde e atenção se quer

ter, e como transformar a relação dos profissionais de saúde com as populações indígenas.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha “pontos de observação” específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula do Prof. Carla Costa Teixeira.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.
1. A Funasa enfatiza há muito tempo a melhoria da saúde indígena. No entanto, causa um grande desconforto para quem vem das aldeias e sempre soube como é grave a mortalidade infantil.
 2. Tecnologias para obtenção de águas, saneamento em áreas indígenas que estão em retomadas, tem que ter uma solução jurídica.
 3. O médico é a figura mais rara na equipe multidisciplinar, aquela que fica na área, ou seja, é quase uma equipe volante. Aquela atendimento permanente que o subsistema de saúde coloca, não está acontecendo. Aquela ação preventiva, não está acontecendo. São apenas ações de emergência que acontecem.

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula da Prof. Carla Costa Teixeira, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. Uma das coisas que sempre foi enfatizada pela Funasa, é a questão da melhoria da saúde indígena.
 - ✓ Como está a saúde da população indígena no Brasil?
 - ✓ Existe um sistema de informação da saúde indígena? Isso é importante?
2. É importante entender a história institucional e a base territorial da saúde indígena no Brasil.
 - ✓ Como está organizada institucionalmente a saúde indígena no Brasil?
 - ✓ Existe uma concepção diferenciada?
3. Como já foi visto, a Prof. Carla Teixeira pontua em sua aula, que o Departamento de Saúde Indígena, assim como outros, não são definidores de políticas públicas. Senão, a autonomia do DSEI acaba.
 - ✓ Como está o DSEI dentro da estrutura do Ministério, sua autonomia e o enquadramento dos indígenas com formação na área de saúde? O que disse a Prof. Carla Teixeira a este respeito em sua aula?
4. A Prof. Carla Teixeira buscou para a sua aula, algumas informações institucionais importantes, em sua experiência de acompanhamento tanto no CISI como nos seminários regionais ou nas conferências de saúde.
 - ✓ Quais as formas de entrar para a Secretaria Especial de Saúde Indígena?
 - ✓ Como é essa estrutura dos Conselhos e como se insere a questão da saúde indígena?
 - ✓ O que a Prof. Carla cita a respeito da capacitação dos indígenas?
5. A articulação com o SUS em área indígena é só no âmbito da atenção básica.
 - ✓ Qual o impacto disso para os povos indígenas?
 - ✓ E a gestão financeira dessa articulação?
6. A Prof. Carla Teixeira destaca em sua aula que tem uma discussão que é considerada fraca por todos, que é: que ações de saúde se quer?
 - ✓ Que tipo de atenção se quer?
 - ✓ Como transformar a relação dos profissionais de saúde com as populações indígenas?

Lições Aprendidas

A partir dos 3 (três) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu as 3 (três) frases mais representativas para cada assunto:

1. A Funasa enfatiza há muito tempo a melhoria da saúde indígena. No entanto, causa um grande desconforto para quem vem das aldeias e sempre soube como é grave a mortalidade infantil.
2. Tecnologias para obtenção de águas, saneamento em áreas indígenas que estão em retomadas, tem que ter uma solução jurídica.
3. O médico é a figura mais rara na equipe multidisciplinar, aquela que fica na área, ou seja, é quase uma equipe volante. Aquele atendimento permanente que o subsistema de saúde coloca, não está acontecendo. Aquela ação preventiva, não está acontecendo. São apenas ações de emergência que acontecem.

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudou sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção¹

1. Uma das coisas que sempre foi enfatizada pela Funasa, é a questão da melhoria da saúde indígena.
 - ✓ Como está a saúde da população indígena no Brasil?
 - ✓ Existe um sistema de informação da saúde indígena? Isso é importante?

A população total indígena, de 2000 para 2007, apresentou um crescimento considerável. Se observarmos que estão nascendo menos índios, significa, então, que estão morrendo menos indígenas. Portanto, embora ainda não estejam boas, as coisas estão melhorando.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena é um projeto das populações indígenas. A questão da saúde indígena é uma desigualdade que pode ser analisada como um grande des-caso do governo com essas populações. Se fosse com a classe média esse turbilhão já tinha estourado. Quem pode morrer e quem vai ser cuidado neste país? Essa é a pergunta do momento.

A coisa fica mais séria ainda quando se trata da mortalidade infantil nos estados com maior concentração de população indígena. É o caso do norte e do centro-oeste. Tem-se 63% da população indígena com abastecimento de água nas residências. E a população nacional é de 83%. Mas como essa infraestrutura está concentrada em aldeias muito populosas, só 33% tem água, as demais não têm. E como a água dos rios não é pura e precisam de tratamento, é uma política de omissão.

¹ Todas as respostas foram construídas a partir da aula da Prof. Carla Costa Teixeira.

Uma engenheira da Funasa, no Maranhão, fez um levantamento para saber como aqueles 63% funcionam na ponta. Primeiro: só 65% têm sistema de água. Está na média nacional. Mas dessas casas, 20% não têm água, porque houve problema de construção e de projeto. As que sobraram, as caixas vazavam, o abastecimento era de uma hora por dia, tinham que ir a igarapés e rios contaminados por coliformes fecais, e precisavam armazenar.

Ao analisar essas informações, vemos que a situação da saúde da população indígena é grave, mesmo que a Funasa tente mostrar como está melhorando. O sistema de informação da saúde é muito frágil. E qual a importância disso? Todo o Estado Nacional moderno dirige recursos baseado em dados estatísticos. Estatística é a ciência do Estado. Foi assim que os números surgiram. O Estado manipula esses dados, e os povos indígenas têm que saber produzir dados de verdade e lutar por eles.

O saneamento tem que levar em conta a organização da comunidade e a manutenção, não pode ser a mesma solução para todo mundo. Ao pensar o saneamento, tem que pensar uma política de manutenção dos equipamentos. Tem que levar em conta a organização da comunidade. Não pode ser a mesma solução pra todo mundo. Tem que levar em conta as condições do ambiente: tem mineração? Tem soja? Os mananciais, os rios estão protegidos? O lixo tem coleta? Porque todos os dados que a Funasa gosta de mostrar, são de água. Além da água, tem que ter coleta de lixo e tem que ter esgotamento sanitário, senão, para onde vai a água?

Tem que se pensar em soluções para todos os indígenas e não apenas para os aldeados.

Se olharmos o manual do agente indígena de saneamento que está disponível na página da Funasa, é totalmente infan-

tilizado. É como se falasse que o problema de saneamento está em lavar as mãos, a utilizar o vaso sanitário... Além de criar uma imagem desfavorável do indígena, cria a ideia de que o problema de saneamento é não lavar a mão, quando não tem nem água para lavar a mão! É culpar o indígena por uma coisa que é da política pública.

2. É importante entender a história institucional e a base territorial da saúde indígena no Brasil.
 - ✓ Como está organizada institucionalmente a saúde indígena no Brasil?
 - ✓ Existe uma concepção diferenciada?

O Ministério da Saúde, através da Funasa, é responsável pela estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no SUS. O SUS é descentralizado territorialmente em municípios. A unidade de descentralização da saúde não indígena é o município. A unidade de descentralização da saúde indígena são verdadeiros países, de tão grandes que são os DSEIs. E o desafio de se fazer isso no município, prestar atenção básica, saneamento básico, integrar os hospitais (quando não é mais o caso de atenção primária), com uma estrutura já estabelecida, é um. Isto, quando se tem uma área pequena, com uma população concentrada. Com uma estrutura já estabelecida, é uma uma área pequena com uma população concentrada. Nas áreas dos DSEIs, como são enormes, a população é dispersa, com uma estrutura em construção, é preciso criar coisas novas para viabilizar esta descentralização que não passa por unidades municipais. É a concepção diferenciada.

O Conselho Nacional de Saúde tem o poder de se colocar contrário ao Ministro da Saúde, que é onde está a SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena -, subordinada diretamente ao Ministro. Diferente da Funasa, que é vinculada ao Ministro, mas não é subordinada a ele. E isso faz toda a diferença, pois faz do modelo de Secretaria uma solução politicamente melhor.

A grande preocupação é se a atenção culturalmente diferenciada ficar apenas no âmbito da gestão de pessoas e os procedimentos não puderem ser diferenciados, a possibilidade de isso nada mudar é grande. Não depende apenas da sensibilidade cultural das pessoas, o dinheiro tem de chegar, o remédio tem de chegar.

A Prof. Carla dá um exemplo em sua aula: *“Fizeram uma licitação para remédios, que é centralizada, dando à empresa que ganhou a licitação, a responsabilidade de entregar o remédio nas aldeias. Aconteceu que as empresas não queriam entregar. Quanto mais distante, mais oneroso para as empresas. Aí, perguntaram: mas não foram punidos? Sim, foram punidos, mas o remédio não chegou lá! Ou seja, essa é uma questão que não pode ser responsabilidade do setor privado. Que sejam as Forças Armadas, Sedex, mas tem que chegar. Quem entende de gestão sabe que a empresa vai fazer o possível para não fazer a entrega, pois ela vai ter prejuízo. Então, temos que prestar atenção para não deixar passar. A responsabilidade é do Ministério da Saúde. Isso não pode fazer parte da licitação”.*

São dois departamentos, um de atenção à saúde e um de gestão de saúde indígena, com suas coordenações, e o grande desafio é o Distrito Nacional Sanitário Indígena. Vários organogramas foram discutidos, mas diante de negociações com o Ministério de Planejamento. É a hora de garantir os recursos necessários.

É importante chamar a atenção para algumas coisas: esses departamentos não são definidores de políticas públicas, senão, a autonomia do DSEI acaba. Falam em planejar, coordenar, supervisionar, orientar, apoiar, mas não falam em definir, porque a definição tem de ser do DSEI.

Em relação à gestão é a mesma coisa: garantir as condições, fortalecer, programar, disponibilizar informações de saúde indígena. Para o DSEI funcionar bem tem de ter recursos e organograma, um contador, um chefe, uma equipe multidisciplinar, esta é a discussão que tem de ser preenchida logo.

A outra questão é que Secretaria não tem estatuto de Ministro, ela é uma secretaria dentro do Ministério da Saúde. As que têm estatuto de Ministério são a Secretaria da Igualdade Racial, das Ações para as Mulheres, dos Direitos Humanos, mas a Secretaria Especial da Saúde Indígena está dentro do Ministério da Saúde. Este é um caso para se pensar a médio ou longo prazo: se querem uma Secretaria Especial do Indígena.

3. Como já foi visto, a Prof. Carla Teixeira pontua em sua aula, que o Departamento de Saúde Indígena, assim como outros, não são definidores de políticas públicas. Senão, a autonomia do DSEI acaba.
 - ✓ Como está o DSEI dentro da estrutura do Ministério, sua autonomia e o enquadramento dos indígenas com formação na área de saúde? O que disse a Prof. Carla a este respeito em sua aula?
 - ✓ Quais as formas de entrar para a Secretaria Especial de Saúde Indígena?

A presidência, ou seja, a estrutura que fica em Brasília é pensada para respeitar e favorecer a autonomia do DSEI. Este foi um compromisso assumido junto com a Secretaria. Os verbos usados nos dois departamentos são: promover, apoiar, incentivar, mas quem vai deliberar e executar é o Distrito Sanitário Especial Indígena, por estar sendo criada uma estrutura nova, quantas pessoas, funções, etc. Há um grande debate para atender tanto as demandas dos indígenas, quanto as possibilidades de recursos e políticas. Porque recurso depende da prioridade do Governo para criar esta estrutura nova.

Quando a Prof. Carla em sua aula chama a atenção, explica que não está duvidando que a autonomia do DSEI está em um lugar relevante ali, mas é porque não foi visto ainda o organograma e, até aquele momento, só faltavam 180 dias para a Saúde Indígena sair da Funasa definitivamente e ir para a Secretaria.

Com relação ao enquadramento dos indígenas com formação na área de saúde, essa é uma preocupação central. A Prof. Carla cita a Cida como exemplo desse absurdo institucional. Ela é indígena, comprometida com a questão da saúde indígena, é enfermeira formada, e não consegue trabalhar na Saúde indígena. Trabalha em um hospital normal, ela não conseguiu ir para o subsistema, e não consegue porque institucionalmente sempre alguma coisa barra. Então, isso está sendo pensado, mas não há nenhuma estratégia. E agora é o momento de desenhar estas estratégias. Do mesmo modo que vão chamar todos da Funasa, da Saúde Indígena para dentro da Secretaria, eles têm de criar mecanismos institucionais para chamar todos os indígenas que trabalham na saúde e que queiram ir para o subsistema.

Na verdade, é complicado. Porque a Funasa é Federal e a Secretaria também. Então, é mais fácil deslocar pessoas do mesmo nível, assim como transferir do sistema federal para

o municipal, mas trazer do municipal para o federal é mais complicado. Então, para descomplicar a hora é essa. É uma demanda legítima.

Existem três formas de entrar para a Secretaria Especial de Saúde Indígena. Uma é para a pessoa que é da Funasa e trabalha na Saúde indígena. É um público privilegiado, ou seja, quem está atendendo na aldeia pode ficar, se escolher fazer isso. Mas isso é para depois, serão anos construindo essa nova proposta, há de se pensar qual a realidade de cada distrito, e planejar como vai construir sua autonomia, tem uns super organizados politicamente e, outros não.

Outra é a questão dos profissionais, as pessoas que trabalham na Funasa e que passam para a Secretaria. Mas podem passar pelo crivo de avaliação do controle social da aldeia, e se for mal avaliado ele volta para a Funasa.

E tem aqueles que respondem pela saúde indígena. A Prof. Carla cita o exemplo: *o chefe do distrito passa a ser a autoridade sanitária que responde pelo distrito frente ao secretário. Esse secretário frente ao ministro. Então, é uma hierarquia de autoridades. Mas a autoridade no território é o chefe do distrito. Mas isso não está dito, não está estabelecido ainda.*

A mesma lei que criou a Secretaria, também criou algo muito interessante que é a categoria de emergência na saúde. Em situação de emergência podem-se contratar profissionais provisórios por dois anos, renovável por mais dois anos.

4. A Prof. Carla Teixeira buscou para a sua aula, algumas informações institucionais importantes, em sua experiência de acompanhamento tanto no CISI como nos seminários regionais ou nas conferências de saúde.

- ✓ Como é essa estrutura dos Conselhos e como se insere a questão da saúde indígena?
- ✓ O que a Prof. Carla cita a respeito da capacitação dos indígenas?

O controle social existe no SUS como um todo, não existe um modelo específico indígena. Então, os Conselhos são dentro do subsistema de saúde - os Conselhos locais e distritais. No SUS são Conselhos Municipais e Estaduais, todos se comunicam com o Conselho Nacional que no organograma fica ao lado do Ministro. Mas uma deliberação do Conselho Distrital para ter força legal de cobrança, precisa ser homologado pelo Executivo. Isso significa que o Conselho Municipal quando se reúne, determina o Plano Municipal com determinadas metas e recursos, e para que tenha força legal para depois cobrar do Prefeito ou do Secretário de Saúde, o Prefeito ou o Secretário tem que assinar e reconhecer a legitimidade daquele documento. Daqui a quatro anos, se ele não cumprir, o Conselho cobra.

No caso dos Conselhos de Saúde Indígenas "CISI" eles têm como aliado o Ministério Público. Então, o Conselho pode acionar o Ministério Público e cobra de quem quer que seja. Na verdade, são documentos que têm força política, mas não têm força legal. Agora, nesta nova fase, é importante cobrar da Secretaria quem vai homologar as decisões do CISI. Essa é a regra. O Conselho Social, para ter força legal na sua deliberação, precisa que alguém do Poder Executivo reconheça aquele documento como tendo sido criado numa reunião legítima com as representações, e até hoje nem uma deliberação do CISI passou por esse procedimento.

Há uma comissão de intergestores, que é onde se reúnem os gestores de saúde dos municípios, dos estados e da federação, para estabelecer pactos pela vida e de gestão da saúde. Então, tem representantes do Ministério da Saúde, representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde Municipal e Confederação de Secretários Estaduais de Saúde. Ali se deliberam as metas de saúde, as prioridades. Este pacto não tem nada relacionado com saúde indígena, mas de idoso, de criança, etc. A Funasa conseguiu na sua última gestão, pactuar taxas de mortalidade infantil e colocar como meta um representante da saúde indígena, indicado pelo Ministério. Porque são esses os espaços institucionais de definição de política pública.

Ao falar de saúde indígena e olhar todo o modelo do subsistema, existe um personagem que é central para essa ideia de saúde diferenciada, que é o agente indígena de saúde. E está escrito que ele é o mediador, o tradutor entre saberes. O agente indígena não tem muito poder. Hierarquicamente ele está na supervisão do auxiliar de enfermagem, e na área indígena em geral quem detém este saber tradicional são os pais, os mais idosos, os mais antigos. Então, é um momento bom para fazer a reflexão do que o agente indígena pode de fato fazer. Porque senão ele fica com uma carga enorme de responsabilidade e sem apoio algum para a execução.

A Prof. Carla pontuou: *"Porque a Funasa só se preocupou em capacitar os indígenas? Será que os profissionais de saúde não indígenas não precisam ser capacitados para ir trabalhar com os povos indígenas? Então, definir esta capacitação também é importante. Para além de curso de capacitação, quem quiser fazer faculdade, não pode? Isso tudo tem que ser planejado, numa cadeia mais longa."*

5. A articulação com o SUS em área indígena é só no âmbito da atenção básica.

- ✓ Qual o impacto disso para os povos indígenas?
- ✓ E a gestão financeira dessa articulação?

Casos de média e alta complexidades são tratados nos hospitais de referência e nos hospitais municipais. Este é o modelo pensado pelo SUS para municípios, é a realidade urbana. Por exemplo, em uma cidade é possível ter um posto de saúde em um lado da rua e do outro um hospital de referência. Não é o caso dos povos indígenas. Se a situação não se resolver no município, até chegar a um hospital de referência podem ter se passado dias. Não é à toa que em todos os eventos de saúde indígena têm reclamações de transporte e combustível, por conta das distâncias.

Um indígena isolado, por exemplo, levado para um hospital fora do seu município, está exposto a todas as doenças. Deve haver um atendimento, pelo menos, de média complexidade. Porque essa população não tem de sair e adoecer fora. A Prof. Carla cita o exemplo dos povos indígenas Zoé, recém-contatado, que a FUNAI conseguiu recursos e construiu um posto de baixa complexidade, mas capaz de fazer pequena cirurgia, com médico, com assepsia, tudo organizado. Então, será que esse modelo tão rígido nos níveis de complexidade, que foi pensado para um a saúde não indígena, ele não deveria ser flexibilizado?

Os marcos legais de gestão financeira também é um ponto importante. Essa é outra questão, pois tem-se medo do controle do TCU. Mas é preciso fazer outras regras, senão as pessoas vão morrer, e o que é mais importante? Atender as pessoas ou seguir regras? Por isso, é importante destacar que superar as desigualdades fatais é a meta. Para que os indica-

dores entre a população indígena e não indígena não sejam tão ruins.

6. A Prof. Carla Teixeira destaca em sua aula que tem uma discussão que é considerada fraca por todos, que é: que ações de saúde se quer?

Que tipo de atenção se quer?

Como transformar a relação dos profissionais de saúde com as populações indígenas?

O que mais é discutido quando os pesquisadores vão à área ver a perspectiva dos profissionais de saúde, é esse dilema de enfermeiras, auxiliares e agentes indígenas exercendo funções para as quais não foram preparados. E o mais grave é que não têm amparo legal. Enquanto as coisas dão certo, tudo bem, mas quando não derem mais, os Conselhos Regionais não darão suporte àqueles profissionais. E ninguém dará suporte ao agente indígena. Esta é uma questão muito grave! Não tem médicos e estes profissionais se expõe, fazendo sutura quando não poderiam, passando antibiótico quando não poderiam. É fundamental se pensar no tipo de atenção que está sendo dada para além das questões de gestão. O modelo de atenção não está bom.

Agora, para falar desse incentivo dado pelo município para atender aos indígenas, exatamente sobre o argumento de que o município tem responsabilidade sobre eles, é importante pontuar que são cidadãos brasileiros e o município tem obrigações com todos os cidadãos brasileiros. Mas como é uma saúde onerosa, porque passamos por um processo histórico que acabou com a organização dos indígenas, que

levou inúmeras doenças, então, é possível dizer que a população indígena está hoje assim por conta de uma política de Estado que deixou desta maneira. E que, portanto, tem de arcar com isso, e dar um incentivo a mais para o município. Mas o problema é que esse incentivo não é regulamentado, não tem transparência no uso.

Então, a gestão dos recursos precisa ser simplificada e ter um controle maior. A briga das lideranças, é para que o dinheiro saia do Ministério e vá para o DSEI diretamente.

Outra questão é a ideia dos níveis de complexidade, isto é, como se tem acesso com essas distâncias todas, trazer essas informações novas sobre a reestruturação da saúde indígena para que possam se colocar melhor. Mas este é um processo longo, são anos para ter um bom sistema de saúde. No entanto, as orientações atuais têm de ser boas. Não existem ainda normas que rejam o subsistema das normas indígenas, o que é respeitar as tradições indígenas... Isso é um princípio e este é um momento privilegiado de dizer: mas respeitar significa o quê? O que significa respeitar e ouvir uma tradição cultural diferente? Quem tem de dizer para os profissionais da área de saúde são os povos indígenas.

A outra questão é de um indígena sozinho que chega à frente de um profissional de saúde. Porque esta força que o grupo tem, o indivíduo lá não tem, está frágil. Espera-se que um dia esse poder que o controle social está colocando para propor, se colocar, para denunciar um Secretário, um Ministro, um Presidente da Funasa, que isso também esteja numa relação de respeito e igualdade na relação indígena e profissional de saúde. E está longe de acontecer. Não informa o diagnóstico, a maior parte das estatísticas de saúde indígena é de morte não específica, e não existe morte não específica, o registro é que não foi dado. Existe um desrespeito muito grande nessa relação.

13 – Política Indigenista - A reestruturação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Identificar a força política da Funai.
- ✓ Analisar a grande transformação e renovação da Funai.
- ✓ Interpretar a finalidade da articulação política para os povos indígenas.
- ✓ Explicar o significado de minoria na história dos povos indígenas e a transformação de tutela para autonomia.
- ✓ Explicar a autonomia dos povos indígenas dentro das políticas públicas e a função da Funai.
- ✓ Identificar a representação indígena a repetição de um certo padrão nacional.
- ✓ Interpretar a reestruturação da Funai em nome de uma reestruturação técnica.
- ✓ Explicar o que significa para os povos indígenas falar em cidadania e se o Estado promove a autonomia

indígena.

- ✓ Analisar o resultado final da reestruturação da Funai.
- ✓ Interpretar a opção de uma nova mobilização para a questão fundiária, para fazer com que todas as políticas convirjam para a questão territorial.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha “pontos de observação” específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula do Prof. Christian Teófilo da Silva.

- ✓ Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.

O que estava em jogo com a reestruturação da FUNAI, com o Decreto 7056, assinado no final de 2009.

A burocracia está encampando o campo indigenista. Os movimentos, organizações indígenas e não indígenas, a igreja, os sindicatos, os partidos... estão saindo da briga indigenista e começam a atuar em outras áreas.

A atual política indigenista continuará com os velhos problemas, mas com uma roupa nova. Ainda não mudaram os atores, só mudaram o discurso.

Quais as políticas públicas necessárias para que se chegue a autonomia que precisa ser desenvolvida.

Qual a função de um órgão indigenista numa era de autonomia indígena?

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula do Prof. Christian Teófilo da Silva, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. O grande 'valor' que a Funai tem atualmente é a extensão das terras indígenas reconhecidas.
 - ✓ Por que o concurso público é um grande trunfo político?
 - ✓ Como e por que razões se traduz em força para a Funai?
2. A reestruturação da Funai implica em mudar desde o final dos anos 1960 até agora.
 - ✓ O que seria uma "grande transformação e renovação" na Funai?
 - ✓ Quais são as grandes questões que estão colocadas para essa mudança da Funai?
3. Para as questões indigenistas, além do campo burocrático, tem as questões políticas.
 - ✓ Qual a finalidade da articulação política para os povos indígenas?
4. O Prof. Christian Teófilo lembra em sua aula que sempre houve um entendimento de que os povos indígenas são minorias.
 - ✓ O que isso significa na história dos povos indígenas no Brasil?
 - ✓ O que está mudando agora? O que é ação indigenista?
5. O Prof. Christian Teófilo citou em sua aula, que a situação atual das políticas públicas, é "a falência do assistencialismo em nome da autonomia".
 - ✓ Quais as políticas públicas que serão desenhadas para se exercitar a autonomia?
 - ✓ A representação indígena tem autonomia para falar pelo povo?
6. Existe na representação indígena a repetição de um certo padrão nacional.
 - ✓ Como são essas representações e seus padrões de repetição?
 - ✓ Qual o exemplo que o Prof. Christian cita em sua aula como consequência dessas representações?
7. Toda a reestruturação da Funai foi feita em nome de uma reestruturação técnica.
 - ✓ Isso é suficiente para as questões indígenas?
 - ✓ O que é importante para os povos indígenas, para que se possa discutir de igual para igual?

8. "Autonomia significa seguir a sua própria norma: nomia vem de norma; e auto vem de si. Seguir sua própria lei." Assim falou o Prof. Christian Teófilo em sua aula.
- ✓ O que significa para os povos indígenas falar em cidadania?
 - ✓ O Estado promove a autonomia indígena?
9. A reestruturação da Funai não é um assunto da própria Funai...
- ✓ Como foi o resultado final da reestruturação da Funai?
 - ✓ O que, afinal, está em jogo na Funai, principalmente, em relação à maior reivindicação do movimento indígena na última década, que diz respeito à questão territorial?
10. Hoje, seria necessária uma nova mobilização para a questão fundiária, para fazer com que todas as políticas convirjam para a questão territorial? Esta foi uma ideia lançada pelo Prof. Christian Teófilo em sua aula...
- ✓ Quem tem de pensar nos argumentos, nas metas, para levar para as instâncias de representação?
 - ✓ Qual seria a pauta?

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula que você assistiu as 5 (cinco) frases mais representativas para cada assunto:

1. O que estava em jogo com a reestruturação da FUNAI, com o Decreto 7056, assinado no final de 2009.
2. A burocracia está encampando o campo indigenista. Os movimentos, organizações indígenas e não indígenas, a igreja, os sindicatos, os partidos... estão saindo da briga indigenista e começam a atuar em outras áreas.
3. A atual política indigenista continuará com os velhos problemas, mas com uma roupa nova. Ainda não mudaram os atores, só mudaram o discurso.
4. Quais as políticas públicas necessárias para que se chegue à autonomia que precisa ser desenvolvida.
5. Qual a função de um órgão indigenista numa era de autonomia indígena.

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudei sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autocorreção¹

1. O grande 'valor' que a Funai tem atualmente é a extensão das terras reconhecidas.
 - ✓ Por que o concurso público é um grande trunfo político?
 - ✓ Como e por que razões se traduz em força para a Funai?

Na última presidência da FUNAI, junto com o CNPI, que desde 2007 faz uma discussão que culminou na sua reestruturação, percebeu-se uma coisa: que o trunfo que a FUNAI tem nas mãos é justamente a extensão de suas terras reconhecidas.

As terras reconhecidas não são somente as homologadas e registradas na Secretaria de Patrimônios da União. São as terras identificadas, que entram nas famosas listagens da FUNAI. É o grande trunfo político que a presidência da Funai aciona para reivindicar junto à Esplanada dos Ministérios, no Congresso Nacional, no orçamento, para novos concursos Públicos para a FUNAI. O que não acontece desde 1986, antes da Constituição de 1988.

Nos anos 1990, foi tirada da Funai a responsabilidade da educação escolar e da saúde dos povos indígenas. Esse foi um golpe muito duro para a FUNAI. O mito sempre foi esse: esvaziaram suas áreas, ela vai virar só um órgão de fiscalização de terras indígenas.

Então, criou-se o acompanhamento das políticas do Ministério da Saúde, da Educação, mas mantém ainda o papel de demarcação, identificação, regularização fundiária, e atuação da sua procuradoria jurídica. Com as terras indígenas direta-

mente ligadas à administração da FUNAI, obteve-se um argumento extremamente poderoso de que era preciso contratar novos funcionários.

A contratação sempre foi uma reivindicação. A ausência da FUNAI junto a muitos povos, puxa outra questão, que é como admitir em uma estrutura velha, corrompida, patrimonialista junto a algumas administrações regionais...?

2. A reestruturação da Funai implica em mudar desde o final dos anos 1960 até agora.
 - ✓ O que seria uma "grande transformação e renovação" na Funai?
 - ✓ Quais são as grandes questões que estão colocadas para essa mudança da Funai?

Mudar toda a estrutura, significa contratar funcionários, mudar a estrutura de administração dos postos indígenas, assegurar dentro desta estrutura reformada a participação indígena nas políticas públicas, na sua gestão. Essa seria a grande transformação e renovação.

Este é um momento de mudança da FUNAI, dentro da transformação do pensamento indigenista. É uma tentativa de superar a política do sec. XX de integração dos povos indígenas, como membros de uma sociedade nacional e adotar o respeito às diferenças. Cada povo tem a sua autonomia, sua autorregulamentação. Então, se uma perspectiva é integracionista, esta agora é *diferencialista*.

Como é feita essa transformação?

¹ Todas as respostas foram construídas a partir da aula do Prof. Christian Teófilo da Silva.

O texto de criação da construção da FUNAI foi muito parecido com o texto da reestruturação do SPI, que recebia fortes insinuações de corrupção por parte dos funcionários que estavam ali já num contexto de ditadura, de administração militar. Então, a própria reestruturação do SPI foi muito parecida com as justificativas para a reestruturação da FUNAI.

O que temos que pensar é: qual é o papel de um órgão indigenista no contexto de autonomia política dos povos indígenas? Pra que serve um órgão indigenista do Estado Brasileiro, em um momento em que os povos falam por si, se representam e defendem seus próprios interesses?

As condições que a FUNAI vai trabalhar, como vai trabalhar, os recursos que vai receber, quantas pessoas vai contratar, são questões decididas pela própria FUNAI? Este campo é constituído por políticos que estão em Brasília. Quem é a FUNAI dentro do campo indigenista?

Dentro do campo indigenista, quem tem força para dizer que rumo a política indigenista vai tomar? Os povos indígenas fazem parte do campo, a academia, os especialistas em culturas indígenas, os antropólogos, os médicos, os enfermeiros, os biólogos, os engenheiros, inclusive nas hidroelétricas, os advogados, a polícia, os mineiros, os madeireiros, os empresários, os povos indígenas... Mas qual o lugar que os indígenas ocupam dentro do poder? Quanto não foi articulado pra esta reestruturação? Para contratar 3000 funcionários?

3. Para as questões indigenistas, além do campo burocrático, do Estado, do social, tem as questões políticas.
 - ✓ Qual a finalidade da articulação política para os povos indígenas?

O Estado, em todas as suas instâncias, é o campo de representação, definição das leis, dos recursos. O campo burocrático está no entorno do campo indigenista o tempo todo. Em seguida o social e, depois, o político. Além de ocupar um papel dentro da estrutura indigenista ocupa, também um papel dentro do Estado.

Em torno do campo político, tem o campo empresarial. E entre o empresarial e o político tem o campo jurídico. Para se articular e ditar o rumo do que acontece de dentro até ao que é chamado de comunidade internacional, é o que os povos indígenas conseguiram alcançar diretamente com a cooperação internacional, que define os grandes aportes de recursos, de repressão de controle sobre o nacional.

O que existe hoje é o resultado da mobilização dos povos indígenas do mundo todo para alcançar o campo internacional e definir uma nova era dos direitos dos povos indígenas. Os indígenas não são só cidadãos da aldeia, da nação. São cidadãos mundiais. Centenas de nações assinam um documento, o 169, para dizer: esses povos têm direitos específicos, diferentes dos demais da nação. Têm todo os direitos, mas têm direitos diferenciados.

Então, a articulação política dos povos indígenas tem a ver com o fato de ter de aprender a língua que é falada em cada um destes campos: ter de aprender a falar a língua da economia, da política, do comércio... Várias línguas para conseguir a articulação. E depois de aprender todas as línguas, têm que ter meta, ideia e argumento. Porque o argumento do campo político é um, do campo jurídico é outro, do campo empresarial é outro.

4. O Prof. Christian Teófilo da Silva lembra em sua aula

que sempre houve um entendimento de que os povos indígenas são minorias.

- ✓ O que isso significa na história dos povos indígenas no Brasil?
- ✓ Como é a transformação da tutela para a autonomia?

Na primeira concepção, em uma política integracionista, a finalidade de proteger os povos indígenas foi a tutela. Porque se entendia que proteger era sinônimo de tutelar. Isso só acontece porque há um entendimento que os povos indígenas são minorias. E isso significa que em uma relação de poder, os povos indígenas têm menos força para se defender diante dos interesses da sociedade colonizadora. É um diferencial de poder, que faz toda a legislação para a proteção social. No entanto, esta proteção social é entendida aqui, quase até o final do Século XX, como tutela. Por outro lado, a luta dos povos aprendendo linguagens, códigos, reunindo capital social, conseguindo transformar sociedades colonizadoras através da lei e do próprio Estado, institui a ideia de autonomia.

Então, como se substitui a tutela pela autonomia? A maioria da sociedade não tem a menor ideia de como fazer isso.

Para atender a história da autonomia depois de séculos de política integracionista e tutelar, os indígenas estão criando espaços dentro de cada campo para representação indígena. Em cada campo vai ter um representante. Será que terá tanto índio para ocupar estes espaços de representação dentro do governo municipal, estadual, ministérios públicos, etc., até chegar à esfera internacional?

Está se traduzindo cada vez mais a ideia de autonomia, pela

ideia de representação. E essa ideia de representação que transforma proteção social em ação indigenista. O que é ação indigenista? É o que se chama o tempo inteiro em política pública. Toda essa rede desemboca em política pública. A política pública no contexto tutelar, para defender o índio de uma perspectiva integracionista, pegou os territórios indígenas e deu um pedaço pequeno de terra para cada um e os transformou em mão de obra barata para empresa. Quem permitiu que isso acontecesse foi a política indigenista do sec. XX. Então, o Estado mantém povos indígenas numa posição subordinada para uma exploração capitalista.

Essa integração foi pensada na política fundiária para reduzir os territórios que, trabalhando a sua pobreza, transformá-los em reserva de mão de obra para colonização do resto do país. Exatamente nas áreas onde as administrações regionais são mais antigas é onde se registra o menor número de regiões demarcadas. Ou seja, para reestruturar a FUNAI o primeiro lugar é onde elas são mais antigas, porque simplesmente estas administrações têm cumprido o seu papel, que é não demarcar as terras indígenas, garantir que ali os índios sejam mão de obra para a sociedade colonizadora, o que de fato acontece. Do ponto de vista da administração pública a política indigenista do Sec. XX foi eficaz e eficiente, pois com muito pouco dinheiro conseguiu manter os índios numa posição minoritária, submetidos à exploração em nome da sua proteção e da sua integração.

5. O Prof. Christian Teófilo da Silva citou em sua aula, que a situação atual das políticas públicas, é "a falência do assistencialismo em nome da autonomia".
 - ✓ Qual a autonomia dos povos indígenas dentro das políticas públicas?
 - ✓ Qual a função da Funai?

O que é muito falado pelo país todo, é que as representações indígenas são lideranças que estão sendo desmobilizadas, desautorizadas. É necessário que os povos indígenas exercitem sua autonomia.

Cada vez mais a autonomia está sendo colocada como a representação. Os povos indígenas têm representantes no SPI. Mas qual a autonomia que o representante tem para falar pelo povo? E se são colocados os próprios índios para tutelar os índios, eles falando por eles mesmos, aí tem-se a legitimidade da liderança e a legitimidade do representante. Há anos na política indigenista, os dirigentes não têm legitimidade. No entanto, o campo indigenista por trás deles permitia que mandassem e desmandassem.

Ainda é preciso que sejam desenvolvidas diversas políticas públicas para chegar à autonomia necessária. Qual deve ser o posicionamento, a atitude das lideranças tradicionais, dos representantes indígenas, dos funcionários índios, dentro dessa nova política indigenista que promove uma autonomia real? O que vem a ser autonomia, afinal? É preciso definir a função de um órgão indigenista numa era de autonomia indígena. Historicamente nós viemos trabalhando com uma FUNAI que é um órgão funil. Pega todas as demandas. Esta é a responsabilidade da FUNAI. É muito conveniente para o Estado brasileiro, que a FUNAI seja um órgão pouco estruturado, sem recurso. Receba as demandas das pressões feitas pelos povos indígenas e acomode-as, não deixa-as ir adiante. Isso não tem a ver com essa ou aquela pessoa, esse ou aquele departamento. Tem a ver com o papel do órgão na estrutura do campo que ele faz parte, tem a ver com as exigências que são feitas pelo movimento indígena e pela sociedade brasileira. É um órgão conveniente para não deixar os problemas indígenas saírem do campo indigenista. Como levar a questão da autonomia indígena para todo o Estado brasileiro é o desafio que os indígenas estão enfrentando.

6. Existe na representação indígena a repetição de um certo padrão nacional.
 - ✓ Como são essas representações e seus padrões de repetição?
 - ✓ Qual o exemplo que o Prof. Christian Teófilo cita em sua aula como consequência dessas representações?

Há uma repetição de um certo padrão nacional de representação indígena. Primeiro dentro de um nível municipal que começou a organizar uma representação indígena em duas frentes: educação e saúde. E um terceiro nível de participação que não é mais dentro da burocracia, é dentro da Câmara Municipal, com políticos.

No nível Estadual tem a saúde, a educação e a Secretaria Indígena, uma espécie de mini CNPI do Estado. E no nível Federal, a FUNASA na saúde, o MEC na educação e a FUNAI.

Sempre que aparecem os povos indígenas, a Funai está presente. Ela tem representação nos conselhos de educação, de saúde, nos conselhos estaduais... Se a FUNAI cresce em representação, os indígenas crescem junto. E não o inverso.

Como exemplo, podemos utilizar o orçamento indigenista da União executado em 2009.

São representações indígenas abertas, no nível estadual e federal. É um orçamento no âmbito do Ministério da Justiça, acompanhando e centralizando todas as políticas:

Saúde	227.000.000,00
Funai	221.000.000,00
Educação	38.000.000,00
Min. Meio Ambiente	9.000.000,00
Min. Des. Agrário	4.000.000,00
Min. Cultura	1.000.000,00
Esporte	100.000,00

O Ministério da Saúde, a FUNAI, e o Ministério da Educação são os que têm mais recursos para a política indigenista. Depois, isto é espalhado pelos outros e vai diminuindo.

7. Toda a reestruturação da Funai foi feita em nome de uma reestruturação técnica.

- ✓ Isso é suficiente para as questões indígenas?
- ✓ O que é importante para os povos indígenas, para que possa discutir de igual para igual?

Ter um espaço para representação indígena, dentro da estrutura indigenista, não desembaraça os problemas técnicos. Existe uma dimensão política e outra que é técnica. Toda reestruturação da FUNAI foi feita em nome de uma reestruturação técnica, mas foi acionado um argumento político. Ou seja, o argumento não foi: a FUNAI não consegue executar seu orçamento. O argumento foi: a FUNAI tem sobre a sua administração direta o patrimônio territorial da União, terras indígenas, portanto, é necessário que tenha uma estrutura administrativa compatível.

Não é estimulando uma super-representação indígena, que você tem assegurado a aplicação do orçamento indígena. Por outro lado, quem domina a linguagem orçamentária e política são os vereadores.

Então, para os povos indígenas, dominar essa linguagem é fundamental. É possível fazer um trabalho legítimo e importante para a mobilização do recurso, do investimento, mas não se o financeiro está inteiramente na mão dos brancos, não está na mão das representações indígenas, não resolve nada. É fundamental que os indígenas possam discutir na mesma “língua”, de igual para igual.

8. “Autonomia significa seguir a sua própria norma: nomia vem de norma; e auto vem de si. Seguir sua própria lei.” Assim falou o Prof. Christian em sua aula.

- ✓ O que significa para os povos indígenas falar em cidadania?
- ✓ O Estado promove a autonomia indígena?

Seguir sua própria lei, quando se fala de cidadania, é falar da ordem política na comunidade, em uma coisa mais ampla. Não é falar da sua ordem individual. Está inserido numa ordem pública, ser igual a todos os outros. Então, em uma democracia republicana, significa ter direito como todos os outros. Dentro da concepção de cidadania para povos indígenas, tem um capítulo que diz: os índios têm direito como todos os outros pelo Estado à cidadania. Como têm direito a sua própria autonomia.

O Estado promove a autonomia dos índios através das suas políticas públicas, indigenistas. Mas é tratada como uma cidadania de segunda classe. É aplicado para um público de uma maneira, e para outro público de outra maneira, e a isso podemos chamar provisoriamente de ESTATANIA. O que significa que a cidadania pública dentro do Estado brasileiro está vinculada ao serviço de política pública que o Estado

oferece. Só é cidadão indígena no Brasil se estiver alcançado por alguma política pública. Senão, não recebe tratamento, é discriminado. Isso vai minando a autonomia. Ser submetido à políticas públicas de segunda qualidade secularmente, desestrutura a organização. O indígena não está recebendo nada de qualidade, continua inferiorizado. Não tem nem cidadania nem autonomia, tem estadia, que é ser cidadão só se fizer parte de alguma política pública do Estado. Senão, não existe.

9. A reestruturação da Funai não é um assunto da própria Funai...

- ✓ Como foi o resultado final da reestruturação da Funai?
- ✓ O que, afinal, está em jogo na Funai, principalmente, em relação à maior reivindicação do movimento indígena na última década, que diz respeito à questão territorial?

A reestruturação da FUNAI é complicada de ser abordada como um assunto que foi construído pela FUNAI. Porque o resultado final está fora da FUNAI. O orçamento está fora da FUNAI. A definição para mais de 60% da verba de política pública, não está na FUNAI.

A reestruturação da FUNAI é um assunto menor que a criação da Secretaria de Saúde indígena, do ponto de vista da administração pública, porque quem diz qual o lugar da FUNAI junto aos povos indígenas, não são os povos indígenas, é o governo.

Então, é preciso conhecer para perguntar: o que está em jogo

na FUNAI? Quais as ações diretamente vinculadas à maior reivindicação do movimento indígena na última década, que é a reivindicação territorial?

Oito ações diretamente vinculadas à questão de terras do orçamento federal em 2009:

Promoção do etno desenvolvimento. Demarcação e regularização das terras. Gestão ambiental e territorial das terras indígenas. Recuperação e conservação da biodiversidade. Fomento de projetos à gestão ambiental do PPG7. Fomento de projetos a gestão ambiental das demais terras. Saneamento básico. Assistência técnica de extensão rural às terras indígenas

Se forem somados todos esses recursos, serão R\$150 milhões destinados para isso. 150 milhões de reais é menos do que a FUNAI e o Ministério da Saúde receberam como um todo. Então, são 150 milhões para a terra. E foram liquidados e executados apenas 8%.

O que está sendo falado é: demarcação, regularização, recuperação ambiental, etno desenvolvimento, fomento a projetos, saneamento básico, tudo que envolve proteção ao território... E só 8% executado.

10. Hoje, seria necessária uma nova mobilização para a questão fundiária, para fazer com que todas as políticas convirjam para a questão territorial? Esta foi uma ideia lançada pelo Prof. Christian Teófilo em sua aula...

- ✓ Quem tem de pensar nos argumentos, nas metas, para levar para as instâncias de representação?
- ✓ Qual seria a pauta?

Talvez seja necessária uma nova mobilização contra a questão fundiária, no sentido de fazer com que todas as políticas convirjam para a questão territorial.

Os povos indígenas é que devem pensar nos argumentos e nas metas, para levar para as instâncias de representação. Senão, não avança. Tem toda uma pauta de reivindicação, de luta, de protestos, que não alcança a base, não alcança a aldeia. E cada vez mais, os índios são tirados de dentro da aldeia para ocupar posições dentro do governo.

A representação indígena aumenta a participação indígena?

Políticas indigenistas são descentralizadas. Saem da FUNAI, vão para o Ministério da Educação, da Cultura, para as esferas municipal, estadual, federal. Aumento do orçamento dá mais dinheiro, mas muitas vezes diminui a eficiência, isso não é aplicado.

Quem é que termina desautorizado, deslegitimado, sem poder?

Então, a luta é por eficiência na gestão das políticas públicas indigenistas. Este é o foco. Em quem são os responsáveis. Todos esses itens anteriores são fundamentais, e os povos indígenas já estão com $\frac{3}{4}$ nas mãos.

14 – Desafios etnoambientais

Atividades

A partir de aulas gravadas, de professores que abordam temáticas relevantes para o desenvolvimento das unidades de aprendizagem, você terá um roteiro de atividades com a finalidade de aprofundar conceitualmente os conteúdos apreendidos.

Objetivos de Aprendizagem

- ✓ Interpretar os conceitos de meio ambiente e território.
- ✓ Analisar a narrativa sobre a origem do mundo através dos desenhos indígenas.
- ✓ Explicar as noções de meio ambiente e natureza.
- ✓ Identificar a narrativa dominante a respeito da gestão dos territórios indígenas.
- ✓ Interpretar a implicação que existe, em falar em gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas.
- ✓ Explicar a participação indígena nas ações e nas políticas de gestão ambiental e territorial.
- ✓ Identificar a regularização fundiária das Terras Indígenas em relação à gestão ambiental e territorial.
- ✓ Interpretar a proteção das Terras Indígenas em relação ao tema da gestão ambiental e territorial.
- ✓ Analisar o tema da conservação em relação às Terras Indígenas.

- ✓ Identificar como o etnodesenvolvimento é pensado em relação à gestão ambiental e territorial junto aos povos indígenas.
- ✓ Explicar como são utilizados os instrumentos de planejamentos pelos povos indígenas, técnica e politicamente.

Pontos de Observação

Ao longo das aulas, é importante que você tenha “pontos de observação” específicos a respeito do conteúdo da matéria. Essa observação é fundamental para as atividades seguintes e para que aproveite ao máximo a aula da Prof. Henyo Trindade Barretto Filho.

Caso seja necessário fazer alguma anotação, dê uma pausa no vídeo.

A ideia de que a natureza é algo exterior, pré-existe. No nosso ambiente tem um elemento superimportante que é a energia. No entanto, para produzir energia modificamos o ambiente cultural. O que define um ambiente é o modo de vida de um povo e todas as suas relações. O território surge, diretamente, das condutas de territorialidade de um grupo social qualquer. Isto implica que o território tenha um histórico de relações e processos sociais e políticos. Gerir é analisar todos os efeitos e consequências de qualquer decisão que a gente tem sobre um território, sobre um recurso natural, sobre uma política. Você tem de medir todos esses elementos.

Questões

A partir dos pontos de observação e da aula da Prof. Henyo Trindade Barretto Filho, faça análises utilizando as questões para a organização do pensamento. Bom trabalho!

1. O Prof. Henyo Barretto inicia sua aula solicitando que cada um escreva o que entende por meio ambiente e por território.
 - ✓ O que os alunos escreveram?
2. A partir da segunda atividade que o Prof. Henyo Barretto propôs em aula, explique:
 - ✓ Por que a narrativa sobre a origem do mundo se faz através do texto dos índios Ticuna?
 - ✓ Por que os desenhos apresentados são considerados mapas?
3. Durante a aula os alunos fizeram algumas formulações sobre ambiente e território. Além disso, discutiram três textos.
 - ✓ Quais as conclusões que chegaram sobre a noção de meio ambiente, natureza e território?
 - ✓ Escreva uma análise sobre a discussão que travaram em sala.
4. O Prof. Henyo Barretto disse em sua aula que, hoje em dia, existe uma narrativa que domina o indigenismo brasileiro, que diz o seguinte: “boa parte da questão mundial está resolvida, que o negócio agora é a gente cuidar da administração, ou seja, da gestão dos territórios indígenas.”
 - ✓ O que é, exatamente, essa narrativa dominante?
 - ✓ Quais são os novos desafios?
5. O Prof. Henyo Barretto enfatiza que gerir alguma coisa é analisar todos os efeitos e consequências de qualquer decisão que se tenha sobre um território, sobre um recurso natural, sobre uma política. É preciso medir todos esses elementos.
 - ✓ Em que implica, exatamente, falar em gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas?
6. Algumas pessoas defendem que gestão territorial é mais abrangente que gestão ambiental.
 - ✓ Como fica a questão da participação indígena nas ações e nas políticas de gestão?
7. O Prof. Henyo Barretto levantou 5 temas relacionados com Gestão Ambiental e Territorial, conforme explicou em sua aula:

Regularização fundiária.

Proteção

Conservação (natureza, biodiversidade, recursos naturais)

Etnodesenvolvimento

Instrumentos de planejamento

A seguir, responda às questões relacionadas e esses temas:

- ✓ O que a **regularização fundiária** das Terras Indígenas tem a ver com a gestão ambiental e territorial, a partir do ponto de vista das pessoas entrevistadas?
- ✓ Como apareceu o tema **proteção**? Proteção das Terras Indígenas, proteção territorial, este é um tema da gestão ambiental e territorial?
- ✓ O tema da **conservação** (natureza, biodiversidade, recursos naturais), aparece muito associado à questão da gestão ambiental e territorial. Como é essa questão em relação às Terras Indígenas?
- ✓ O **etnodesenvolvimento** aparece mais em documentos do que nas entrevistas. O etnodesenvolvimento é pensado como gestão ambiental e territorial junto aos povos indígenas?
- ✓ O que são os **instrumentos de planejamentos**? Qual a utilização que os povos indígenas têm, efetivamente, desses instrumentos técnica e politicamente?

Lições Aprendidas

A partir dos 5 (cinco) pontos de observação, selecione na aula

que você assistiu os 5 (cinco) contextos mais representativos para cada assunto:

1. A ideia de que a natureza é algo exterior, pré-existe.
2. No nosso ambiente tem um elemento superimportante que é a energia. No entanto, para produzir energia modificamos o ambiente cultural.
3. O que define um ambiente é o modo de vida de um povo e todas as suas relações.
4. O território surge, diretamente, das condutas de territorialidade de um grupo social qualquer. Isto implica que o território tenha um histórico de relações e processos sociais e políticos.
5. Gerir é analisar todos os efeitos e consequências de qualquer decisão que a gente tem sobre um território, sobre um recurso natural, sobre uma política. Você tem de medir todos esses elementos.

Agora, a partir da sua reflexão em cima de tudo o que estudei sobre este tema, formule uma pergunta que sintetize todo o seu pensamento e/ou dúvida, e debata com outros interlocutores.

Autoavaliação

Autocorreção¹

1. O Prof. Henyo Trindade Barretto Filho inicia sua aula solicitando que cada um escreva o que entende por meio ambiente e por território.

✓ O que os alunos escreveram?

Sobre meio ambiente

Os alunos escreveram em comum uma tendência em equacionar meio ambiente com natureza. Por exemplo:

natureza
fauna e flora
biodiversidade
habitat

Isso não está errado. No entanto, também está relacionado a outras coisas que apareceram em suas respostas. Por exemplo:

lugar onde vivemos;
casa;
sistema em que estamos envolvidos;
aquilo que nos cerca.

O Prof. Henyo Barretto lembrou que casa a gente arruma, decide o que terá em volta. Ordena o que está em volta.

Um aluno escreveu:

lugar que deve ser organizado de acordo com as necessidades de cada povo.

Sobre território

Uma coisa bastante comum que aparece no que os alunos escreveram é a ideia de limite:

- » espaço físico demarcado pelo Estado;
- » definido;
- » relação de uma ocupação humana, residência de um povo;
- » área onde os povos indígenas exercem seus modos de vida;
- » associado à noção de povo, de modo de vida, exerce um direito - cultura, economia, língua;
- » terra-mãe;
- » espaço sagrado.

2. A partir da segunda atividade que o Prof. Henyo Barretto propôs em aula, explique:

- ✓ Por que a narrativa sobre a origem do mundo se faz através do texto dos índios Ticuna?
- ✓ Por que os desenhos apresentados são considerados mapas?

Cada povo tem uma forma de contar a sua história. A narrativa da origem do mundo, no livro do Prof. João Pacheco, analisado na aula, é contada de acordo com os Ticuna. Desse mundo que poderia chamar do "mundo natural", mas é também da origem dos humanos, da origem dos animais, da origem dos clãs. Os Ticuna chamam os clãs de nações. Então, é uma narrativa de origem. Da gênese dos Ticuna.

¹ Todas as respostas foram construídas a partir da aula do Prof. Henyo.

Já os desenhos todos são mapas. E mapa depende de contexto em que ele é produzido. Depende de simbolismo. É necessário estudar mais profundamente o simbolismo, para poder interpretar o que aquela imagem está dizendo. Mapa depende de significado.

É preciso perguntar qual o significado daquelas imagens. Como podemos interpretá-las?

Uma vez que temos as informações sobre o contexto em que essas imagens foram produzidas, é possível dizer se elas são ou não são mapas.

As imagens apresentadas são mapas, porque contam histórias. Representa o trajeto que o ancestral percorreu até o território. Representa o lago maior, o grande lago, as linhas representam as vilas e os lagos menores, representa o lugar que eles estão reivindicando onde eles querem cultivar a terra, produzir a sua cultura.

Embora não pareça um mapa convencional, quem desenhava estava convencido de que era um mapa, e quem recebeu e tendo interpretado, viu que tinha ali uma reivindicação territorial. E eles tiveram o território reconhecido em 1849, com base nesse desenho.

Nem todo desenho é um mapa. Uma figura muito parecida com as apresentadas na aula pode ser apenas o desenho de um sonho. Ser a representação de uma história, feito uma HQ, sobre seus ancestrais míticos. Mas alguns podem ser interpretados como mapas. Mas para isto, é preciso saber quem fez, quando fez, por que fez e com que objetivo.

3. Durante a aula os alunos fizeram algumas formulações sobre ambiente e território. Além disso, discutiram três textos.

- ✓ Quais as conclusões que chegaram sobre a noção de meio ambiente, natureza e território?

- ✓ Escreva uma análise sobre a discussão que travaram em sala.

A natureza não é uma coisa separada da nossa vida. A sociedade humana e o meio ambiente não estão separados. O que é significativo é o modo como se concebe a relação entre as coisas, entre os seres, entre os povos. As relações que eles mantêm entre si, como foi construído pelo simbolismo daquele povo específico.

Tanto os organismos como os ambientes são causas e efeitos um do outro. Um organismo ou uma sociedade pode modificar o ambiente do outro. Esse é um processo coevolutivo. Tanto o organismo modifica o meio, e ao modificar o meio ele está modificando não só as próprias condições de vida dele, como modifica as condições de vida de outros organismos.

O mesmo vale para as sociedades humanas.

No nosso ambiente tem um elemento superimportante que é a energia. Só que para produzir energia a gente modifica o ambiente cultural. Por exemplo, a hidrelétrica passa a ser o ambiente de outro povo. Que vai ter o seu ambiente modificado.

Organismo e ambiente são causa e efeito um do outro.

Não existe um único meio ambiente. Existem tantos ambientes quanto forem os organismos e as sociedades. Quem vai dizer o que é relevante para ele, é o próprio organismo e a sociedade.

Um dado ambiente vai resultar da história das atividades de todos os organismos humanos e não humanos contemporâneos e ancestrais que contribuiriam para essa transformação.

Então, quando se olha para um dado ambiente é preciso se levar em conta a história de relações desses organismos humanos e não humanos, antigos e contemporâneos, que ajudaram a formar esse ambiente.

E para saber qual é o ambiente de um determinado organismo, não o meio ambiente genérico, é necessário que se pergunte para ele. Pois é ele, por meio de sua conduta vital, que diz quais são os elementos do mundo em que vive que é relevante pra ele.

Toda e qualquer sociedade se apropria por meio das relações econômicas, sociais, políticas, culturais que ela tece, se apropria de certa parcela da sua esfera. Delimitando ali o espaço de vida e de produção. Este é o seu ambiente. E que é ao mesmo tempo o espaço em que aquela sociedade exerce as suas relações de poder. E, portanto, ao qual ela tem direito.

O que define, portanto, um ambiente, é o modo de vida de um povo. E todas as suas relações. É aquele povo que vai dizer, por meio de sua vida comum, o que é sua vida coletiva.

Para os brancos, natureza pode significar três coisas diferentes:

o mundo externo;
se somos primatas, somos uma espécie animal como qualquer outra. E que, portanto, somos parte do mundo natural. Os brancos são organismos vivos como outro qualquer; a natureza pode ser também uma concepção socialmente construída. Uma categoria com um sistema classificatório, com uma representação social. E não essa realidade objetiva, com um sistema exterior independente. O que é a natureza para um, pode não ser a natureza para outro.

Portanto, a perspectiva branca, dualista do universo, não é universal. Ela só vale para os brancos. Se formos aplicar em outro lugar, não tem sentido.

Vários estudiosos têm mostrado que a oposição entre natureza e cultura não tem significado nenhum para esses outros povos.

O ponto de vista dualista não deve ser projetado sobre outras culturas às quais elas não se aplicam.

Território, usualmente, é tratado a partir de uma ênfase político-administrativa. O espaço físico onde se localiza uma nação. Espaço, área, local. Um espaço onde se delimita uma ordem jurídica (leis, normas) e política (organização do poder).

Um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano, com suas linhas, limites e fronteiras.

Então, território na sociedade seria aquele espaço sobre o qual se projeta o trabalho daquela sociedade. Trabalho não só material, mas simbólico, mental, espiritual. O trabalho do pensamento, o trabalho do espírito. O território não é o espaço. Ele se apoia no espaço.

O espaço é anterior ao território, que se forma a partir do espaço. É uma produção a partir do espaço. Ao se apropriar de um espaço, concretamente ou abstratamente, o sujeito, seja ele um indivíduo, seja ele um grupo, territorializa o espaço. A figura do espaço sagrado para aquele povo.

A ênfase nas relações de poder, sem poder não se define o território (exercido por pessoas ou grupos) - território está muito associado a essa categoria de poder, de controle, de domínio ou de gestão, de uma determinada área.

Domínio não é só político, territorial, militar. É domínio também simbólico. É espiritual. É mental. Você sabe qual é o território.

Por isso, tem essa noção de territorialidade, usada para dar conta do esforço coletivo de qualquer grupo social, para ocupar, usar, controlar, se identificar, com uma parcela específica do seu ambiente geofísico. Convertendo, assim, em seu território.

O fato de que o território emerge, surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social qualquer, implica que

o território tenha um histórico de relações e processos sociais e políticos. Por isso que é possível afirmar que dentro do território nacional brasileiro você tem vários territórios sociais. Que são os territórios dos povos indígenas, extrativistas, ribeirinhos, de vários segmentos sociais. São seus territórios sociais. Seus territórios étnicos. Seus territórios culturais.

Faz sentido, então, falar não só em território nacional, mas em territórios sociais, étnicos, culturais.

4. O Prof. Henyo Barretto disse em sua aula que, hoje em dia, existe uma narrativa que domina o indigenismo brasileiro, que diz o seguinte: “boa parte da questão mundial está resolvida, que o negócio agora é a gente cuidar da administração, ou seja, da gestão dos territórios indígenas.”

- ✓ O que é, exatamente, essa narrativa dominante?
- ✓ Quais são os novos desafios?

Segundo o Prof. Henyo Barretto em sua aula, hoje em dia existe uma narrativa que domina o indigenismo brasileiro que diz o seguinte: boa parte da questão mundial está resolvida, agora é importante cuidar da administração. Ou seja, da gestão dos territórios indígenas.

Esta seria uma fase pós-demarcatória, em que haveria bons e novos desafios. Que seria o desafio da proteção e da gestão, no sentido da proteção e do uso sustentável dos recursos naturais das Terras Indígenas.

Então, o que é dito entre as boas práticas de gestão territorial e ambiental em curso nas Terras Indígenas, é a importância de se formar agentes indígenas. Eles são chamados de agentes agroflorestais, agentes de manejo ou agentes ambientais, para a gestão

de seus territórios e seus entornos, como forma de engajar as comunidades indígenas na construção de iniciativas coletivas, relativas ao presente e ao futuro de seus territórios e dos recursos neles existentes.

Qual a importância desses agentes, uma vez que a questão fundiária ainda não é uma questão superada?

Nesse contexto de pós-territorialidade e de retração do Estado, as sociedades indígenas estão hoje expostas, além da problemática tradicional proteção territorial e da conquista da cidadania, a novos desafios.

Esses novos desafios consistem na manutenção de complexas redes sociopolíticas externas, a fim de garantir acesso à fonte de financiamentos de programas sociais, sanitários e educativos, adaptados a sua realidade cultural, e, sobretudo, na viabilização com o apoio dos mesmos canais de um modelo de gestão econômico ambiental para os seus recursos naturais.

Está aí, outra vez, a questão para os povos indígenas, desse novo desafio, que é a gestão de seus recursos, através de agentes indígenas, formados para isso.

Mais uma questão importante do Prof. Henyo Barretto durante a aula: “a preocupação da gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas no Brasil sempre existiu para os índios, para o poder público, para as agências de financiamento, para a cooperação técnico-financeira internacional, para as entidades de apoio aos indígenas, sejam laicas ou religiosas? Essa preocupação com a gestão ambiental e territorial, ela é antiga ou é recente?”

Por um lado, a gestão ambiental e territorial, se considerarmos os modos de vida tradicionais dos povos indígenas, sempre houve. Assim como administração, cuidado, manejo, uso. Por isso, quando você cruza os mapas de Terras Indígenas com os mapas de florestas, o que você encontra de florestas remanescentes são

dentro de Terras Indígenas.

5. O Prof. Henyo Barretto enfatiza que gerir alguma coisa é analisar todos os efeitos e consequências de qualquer decisão que se tenha sobre um território, sobre um recurso natural, sobre uma política. É preciso medir todos esses elementos.
- ✓ Em que implica, exatamente, falar em gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas?

Falar em gestão territorial em Terras Indígenas implica em dizer que os povos indígenas teriam de assumir para si o apoio do Estado, a tarefa de pensar o que fazer com a terra demarcada. Como viver e gerir com os recursos que estão ali dentro. É essa a ideia de gestão.

Gerir é pensar de modo bem qualificado e ordenado como vão dar conta de transformar aquela terra, aqueles recursos, no fundamento da vida dos indígenas lá dentro. Esse é um conceito moderno. Neste sentido, é um conceito que tem sido importado para dentro das Terras Indígenas. Como se todos os indígenas tivessem que virar administradores de “empresas” e calculassem todos os investimentos que tivessem de fazer para que aqueles recursos fossem suficientes para assegurar a qualidade de vida do seu povo.

6. Algumas pessoas defendem que gestão territorial é mais abrangente que gestão ambiental.
- ✓ Como fica a questão da participação indígena nas ações e nas políticas de gestão?

A gestão ambiental estaria focada exclusivamente nos recursos

naturais e no valor utilitário desses recursos econômicos.

A gestão territorial levaria em direção aos valores não materiais, sagrados, míticos, religiosos das terras.

A discussão da participação é muito importante quando se fala de gestão ambiental e gestão territorial. Ela é estabelecida em dois níveis:

o movimento indígena, as organizações indígenas, o poder público - seja federal, estadual ou municipal;
interna ao próprio povo - à medida que todos os setores, todos os segmentos - mulheres, idosos, jovens, etc. - estão efetivamente participando do processo decisório relativo ao destino do uso do território.

7. O Prof. Henyo levantou 5 temas relacionados com Gestão Ambiental e Territorial, conforme explicou em sua aula:

Regularização fundiária
Proteção
Conservação (natureza, biodiversidade, recursos naturais)
Etnodesenvolvimento
Instrumentos de planejamento

A seguir, responda às questões relacionadas e esses temas:

- ✓ O que a **regularização fundiária** das Terras Indígenas tem a ver com a gestão ambiental e territorial, a partir do ponto de vista das pessoas entrevistadas?

A regularização fundiária das Terras Indígenas tem sido compreendida sob dois enfoques diferentes. Ora como parte da gestão ambiental e territorial, no seu sentido amplo, ora como separada, diferente.

Para algumas pessoas entrevistadas, a regularização fundiária, como concretização e a materialização do direito territorial pleno, pode ser considerada como uma fase inicial dentro de um processo mais amplo de gestão ambiental ou territorial em Terras Indígenas. Então, se é uma fase inicial, é parte da gestão ambiental e territorial. Várias pessoas entrevistadas expressaram esse entendimento. A regularização fundiária é parte do processo de gestão ambiental e territorial, embora seja apenas a parte inicial.

Porém, outros entrevistados dizem que regularização fundiária diferente, não é parte, é condição para. É sim o primeiro passo, mas é aquilo sem o que não podemos falar em gestão ambiental e territorial. Não é propriamente o início, é **condição** para o início desse processo.

Como é possível se propor a administrar alguma coisa que não está claramente definida, não está totalmente reconhecida, o direito a ela não está totalmente assegurado?

Então, têm-se essas duas visões claramente distintas, mapeadas no trabalho. Ou a regularização aparece como uma parte do processo de gestão na sua base inicial ou ela é uma condição para o início do processo.

A questão é: como é possível gerir algo que não está ainda formalmente definido, em termos de área? Se não tem nem ideia de qual é o entorno da Terra Indígena, portanto não tem como elaborar o projeto de gestão ambiental e territorial.

- ✓ Como apareceu o tema **proteção**? Proteção das Terras Indígenas, proteção territorial, este é um tema da gestão ambiental e territorial?

Para algumas pessoas entrevistadas, a gestão ambiental é mais ampla do que a proteção. Mas existem visões que consideram o contrário. E há ainda concepções que veem diferenças entre as duas noções. Algumas fazendo relações entre elas e outras pensando de modo isolado. De novo, uma variedade de concepções entre proteção e gestão ambiental e territorial.

Para alguns, a proteção é um componente da gestão. Para outros, são atividades diferentes. Mas todas são gestão ambiental e territorial.

Para alguns a proteção faz parte da gestão. A gestão seria uma ferramenta para proteger aquela terra.

Então, essa é a ideia, que os planos de gestão ambiental e territorial, os acordos, os projetos de fomento de recursos natural dentro da terra indígena... Eles são, em si mesmos, formas de proteger as terras indígenas. Porque mostra que existe uma forma específica de ocupar aquela área.

“Tudo o que você pensa sobre gestão territorial e gestão ambiental é porque você tem um foco, que é garantir que a terra indígena seja protegida. Aquela terra e aquele povo. Pra gente é difícil imaginar qualquer ação fora da proteção. A proteção para nós é o guarda-chuva.”

Para outras pessoas, gestão ambiental e/ou territorial são pensadas ou relacionadas como proteção. Mas sem que uma englobe a outra. Uma não é o guarda-chuva da outra. A concepção aqui é de ações correlacionadas com o que tem sido chamada de vigilância e fiscalização. Para essas pessoas não é possível tratar da vigilância separada da fiscalização. Ela tem de ser entendida

como uma atividade do plano de gestão, que passa pelo processo de educação, pelo processo de discussões, etc.

Então, boa parte dos planos de gestão têm componentes de vigilância e fiscalização, fazendo patrulhas dos limites da terra, assegurando que não está ocorrendo invasão.

O mais importante é ver a relação entre proteção e gestão ambiental. A gestão é o instrumento da proteção, todo plano tem de ter um componente de vigilância e fiscalização.

Boa parte dos planos de gestão territorial tem componentes de vigilância e fiscalização.

- ✓ O tema da **conservação** (natureza, biodiversidade, recursos naturais), aparece muito associado à questão da gestão ambiental e territorial. Como é essa questão em relação às Terras Indígenas?

Esse tema aparece muito associado à questão da gestão ambiental e territorial.

À primeira vista, as Terras Indígenas estão entre as áreas mais conservadas. Não só no Brasil, mas em vários lugares do mundo. Começou-se a entender que as Terras Indígenas tinham uma contribuição importante, por assegurarem os distintos modos de vida dos povos indígenas. Também contribuíam para a conservação da biodiversidade e a diversidade biológica. Além de preservar a cultura, elas contribuíam para preservar a diversidade.

Isso fez com que no caso brasileiro no PNAP (Programa Nacional de Áreas Protegidas) fossem consideradas áreas protegidas as terras indígenas e as terras quilombolas. Esse reconhecimento é muito importante, pois além de conservar a diversidade cultural, ajuda a conservar a diversidade biológica, de ecossistemas, dos recursos naturais.

Também já se observa há algum tempo que várias comunidades indígenas têm tomado iniciativas para recuperação de áreas degradadas com reflorestamento. Em muitos desses casos, não possuem apenas uma preocupação natural, de recuperar as florestas... Existe uma preocupação espiritual. Acreditam que dessa forma trariam de volta os espíritos e as forças que foram afugentadas com a devastação. É uma ação de recuperação dos suportes que dão uma vida espiritual plena. É uma concepção de mundo.

Esse foi um tema muito decorrente nas entrevistas, principalmente, com os povos do S, SE e NE.

Hoje em dia tem uma discussão de como se valoriza os serviços que são prestados pelos povos indígenas. Exatamente por eles preservarem processos ecológicos, ecossistemas, recursos, que são importantes para eles e para sociedade como um todo.

- ✓ O **etnodesenvolvimento** aparece mais em documentos do que nas entrevistas. O etnodesenvolvimento é pensado como gestão ambiental e territorial junto aos povos indígenas?

O etnodesenvolvimento foi outro tema que apareceu fortemente na discussão da questão da gestão ambiental e territorial. Em alguns documentos, o etnodesenvolvimento é considerado como uma noção ampla que engloba a gestão ambiental e territorial. Em outros documentos a gestão ambiental seria mais abrangente que o etnodesenvolvimento.

Há ainda situações em que o etnodesenvolvimento é pensado sem referências em gestão, mas como uma orientação para determinadas ações junto aos povos indígenas.

Muitas vezes, a gestão de terras indígenas envolve a realização

de atividades que fomentam a produção sustentável, propiciando aos povos indígenas sua manutenção das Terras Indígenas e o pleno usufruto dessas terras e recursos pelos povos indígenas.

A relação entre gestão ambiental e territorial e etnodesenvolvimento nem sempre se faz presente. Em algumas ações governamentais, por exemplo, etnodesenvolvimento pode aparecer apenas como referência de atividades produtivas. Em todos esses programas de etnodesenvolvimento, há um foco muito grande nas atividades produtivas, sem muita noção com o conceito de gestão. Seja ambiental, seja territorial. Mas foi um tema relevante que apareceu na pesquisa.

- ✓ O que são os **instrumentos de planejamentos**? Qual a utilização que os povos indígenas têm, efetivamente, desses instrumentos técnica e politicamente?

Essa é a conexão mais evidente. É aí que vão aparecer vários termos que aparecem no documento da PNGATI, mas que são intercambiáveis: etnolevanteamento, etnomapeamento, etnozoneamento, diagnóstico etnoambiental, diagnóstico etnoecológico.

Todos esses podem ser considerados como instrumentos de planejamento.

Não quer dizer que eles oferecem um planejamento acabado. Mas eles são instrumentos técnicos e políticos, de diagnóstico, de levantamento da situação, que vão oferecer subsídios, dados, informações aos povos indígenas, e as instituições governamentais e intragovernamentais, com as quais esses povos se relacionam, para planejar ações voltadas de gestão territorial das Terras Indígenas.

Então, quando uma terra é mapeada, são identificados os recursos que ela tem, estabelecidas as áreas de cultivo de produção,

de refúgio de caça, proteção de nascente, área cultural simbólica... É feito um diagnóstico, que será usado para planejar ações voltadas para aquela terra. Boa parte dos planos de gestão publicados hoje, foram construídos depois desse tipo de atividade.

Portanto, esses instrumentos, na maioria das situações, são considerados etapas em processos mais amplos de gestão ambiental e gestão territorial.

